

ANO
XIV
2013

3

NOVAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO NO SÉCULO XXI

Cotas femininas e
financiamento de campanha
CLARA ARAÚJO

Quais são as contribuições das
presidentas à participação política
das mulheres? Os casos de Laura
Chinchilla e Michelle Bachelet
GRACIELA INCER BRENES

O desenvolvimento social e o
empoderamento econômico das
mulheres no Brasil: uma análise
a partir de índices sintéticos
CRISTIANE SOARES

Movimentos, redes, feminismo
de Estado: a representação
extraparlamentar das mulheres
brasileiras
LÚCIA AVELAR

O conceito de Trabalho Decente
da OIT e a percepção das
mulheres brasileiras
MARIANA GIORGION

Violência contra a Mulher:
consequências socioeconômicas
JACQUELINE PITANGUY

Transmissão de valores na família
e conflitos intergeracionais:
experiências femininas
MYRIAM MORAES LINS DE BARROS

Mulheres e Vida Militar
SUZELEY KALIL MATHIAS
MARIA CECÍLIA OLIVEIRA ADÃO

Atuação das mulheres no
Poder Legislativo Federal e
Estadual e no Brasil: ainda muito
distante da paridade de gênero
DENISE PAIVA
ANA LÚCIA HENRIQUE
GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

A mulher nos espaços
de poder político
SÍLVIA RITA SOUZA



Cadernos Adenauer

Cadernos

Novas perspectivas de gênero
no século XXI



Editor responsável
Felix Dane

Coordenação Editorial
Reinaldo J. Themoteo

Conselho editorial
Antônio Octávio Cintra
Fernando Limongi
Fernando Luiz Abrucio
José Mário Brasiliense Carneiro
Lúcia Avelar
Marcus André Melo
Maria Clara Lucchetti Bingemer
Maria Tereza Aina Sadek
Patrícia Luiza Kegel
Paulo Gilberto F. Vizentini
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Revisão
Reinaldo J. Themoteo
Aline Bruno Soares

Tradução
Margaret Cohen (páginas 31-50)

Capa, projeto gráfico e diagramação
Cacau Mendes

Impressão
J. Sholna

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XIV (2013), nº 3
Novas perspectivas de gênero no século XXI
Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013.
ISBN 978-85-7504-179-6

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo
Rio de Janeiro · RJ · 22270-060
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448
adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil
Impresso no Brasil



Apresentação	7
Cotas femininas e financiamento de campanha	II
CLARA ARAÚJO	
Quais são as contribuições das presidentas à participação política das mulheres? Os casos de Laura Chinchilla e Michelle Bachelet	3I
GRACIELA INCER BRENES	
O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos	5I
CRISTIANE SOARES	
Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras	7I
LÚCIA AVELAR	
O conceito de Trabalho Decente da OIT e a percepção das mulheres brasileiras.	89
MARIANA GIORGION	
Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas	II5
JACQUELINE PITANGUY	

Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas	125
MYRIAM MORAES LINS DE BARROS	
Mulheres e Vida Militar.	145
SUZELEY KALIL MATHIAS	
MARIA CECÍLIA OLIVEIRA ADÃO	
Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero.	167
DENISE PAIVA	
ANA LÚCIA HENRIQUE	
GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA	
A mulher nos espaços de poder político	183
SÍLVIA RITA SOUZA	

Asociedade tem passado por grandes transformações nas últimas décadas. As mulheres foram promovidas a chefes da família, mas ainda carregam muitas vezes sozinhas as responsabilidades de organização do ambiente doméstico e de criação dos filhos. Cada vez mais mulheres entram no mercado de trabalho e competem por seu espaço, embora às vezes ainda com reconhecimento profissional e salarial inferior aos dos colegas do sexo masculino. Nas universidades brasileiras há hoje mais mulheres do que homens matriculados em seus cursos, inclusive naqueles que tradicionalmente oferecem mais status, como medicina.

Atualmente a ‘rainha do lar’ abre mão de sua majestade por mais democracia. As mulheres querem que os homens participem e dividam as responsabilidades domésticas, assim como lutem por suas causas e pela inclusão delas na vida pública. Elas também querem gestar e parir com dignidade, criar e educar os filhos com todo o apoio da sociedade, e garantir conforto para aqueles que já doaram tantas décadas de trabalho para a comunidade.

No âmbito profissional, as mulheres estão buscando qualificação para competir em igualdade de condições com os homens e garantir sua independência financeira e satisfação profissional. E não só! Votar é importante, mas na vida pública elas também ambicionam ser votadas. Desejam exercer o direito de participar do processo de tomada de decisões e determinar os rumos da própria vida, de sua comunidade e do país.

A diferença de gênero ainda é marcada pelo forte preconceito, ensinado na mais tenra idade, de que meninas devem ser pudicas e frágeis, enquanto os

meninos precisam estar sempre preparados para conquistar, sejam mulheres, dinheiro, espaço, território ou poder. É preciso reconhecer que há uma mudança cultural em curso, lenta mas gradual. Algumas mulheres já não aceitam sofrer violência doméstica, física, psicológica, verbal, moral e sexual caladas, como fizeram muitas das gerações anteriores. E denunciam, cada vez mais alto!

Tudo indica que estes sentimentos de empoderamento e autoestima estão aumentando com a chegada das novas gerações de meninas e mulheres. E é por isso que a Fundação Konrad Adenauer tem grande satisfação em publicar um livro sobre as mulheres do século XXI. O objetivo desta obra é abranger vários aspectos da vida feminina, suas conquistas e dificuldades, seus desafios e oportunidades.

O primeiro artigo, de autoria de Clara Araújo, apresenta a relação direta entre as eleições de mulheres, o sistema de cotas eleitorais e o financiamento de campanha. Em sua análise, ela demonstra que parte da ineficácia do sistema de cotas eleitorais está relacionada com a dificuldade das mulheres em conseguirem financiamento de campanha, tornando o dinheiro um fator chave para o sucesso eleitoral.

Em seguida, Graciela Incer Brenes nos proporciona, em uma perspectiva comparada de gênero, uma análise da atuação das presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e de Laura Chinchilla, da Costa Rica. A autora demonstra que o governo chileno, desde a campanha eleitoral, se comprometeu em atender as demandas do movimento feminista e promover políticas de gênero. Na medida em que dependeram da atuação do poder Executivo, as reivindicações foram atendidas pela presidente Michelle Bachelet. No caso da Costa Rica, embora também tenha se comprometido a incluir as políticas de gênero nas decisões da mais alta instância de poder, Chinchilla não cumpriu as demandas e as expectativas de seus eleitores seguem frustradas neste aspecto.

Cristiane Soares apresenta uma importante abordagem sobre os vários Índices de desenvolvimento ligados a gênero. Ela compara os processos e mostra as diferentes perspectivas de cada um deles.

No texto de Lúcia Avelar, a capacidade de articulação das mulheres através de movimentos sociais demonstra que elas conseguem, devido a esta atuação, pressionar os mecanismos formais de poder e ter boa parte de suas reivindicações atendidas.

Sobre o mercado de trabalho no Brasil, Mariana Giorgion trata do conceito de Trabalho Decente desenvolvido pela OIT. O artigo mostra que as mulheres brasileiras ainda recebem salários mais baixos que os homens, mesmo

quando possuem o mesmo nível de escolaridade e realizam a mesma função. As mulheres negras são as mais excluídas, pois estão majoritariamente vinculadas a trabalhos informais, que não lhes asseguram as mínimas garantias, estabilidade econômica, proteção social e suporte legal. Além da dupla jornada de trabalho e violência doméstica, as trabalhadoras brasileiras são submetidas a situações de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, o que acarreta disfunções psíquicas e físicas em suas vidas.

Jacqueline Pitanguy apresenta justamente os custos socioeconômicos da violência contra as mulheres. Seu artigo menciona não apenas o absurdo da violência psicológica, física, sexual e moral, mas enfatiza também as consequências econômicas deste processo.

No capítulo de Myriam Moraes Lins de Barros, sobre experiências femininas em transmissão de valores familiares e os conflitos intergeracionais, as mulheres das classes médias, ao longo de três gerações, conseguiram modificar a dinâmica familiar. Elas quebraram alguns paradigmas, embora tenham se mantido como referência principal dos filhos enquanto mãe.

Para tratar de mulheres e vida militar, Suzeley Kalil Mathias e Maria Cecília Oliveira Adão destacam que a abertura das Forças Armadas para a entrada feminina ocorreu de dentro para fora, como estratégia para melhorar a percepção que a população tem sobre as instituições militares, e não como pressão das mulheres por maior participação. As autoras alertam que ainda hoje as mulheres não conquistaram os principais cargos de liderança militares, embora isso tenha sido uma pressão da ONU há várias décadas.

Denise Paiva, Ana Lúcia Henrique e Gabriela Peixoto Vieira Silva apresentam um panorama sobre a atuação feminina nos poderes legislativos estadual e federal do Brasil. Iniciam com uma análise sobre as pesquisas acadêmicas voltadas para esta temática e, em seguida, abordam o processo histórico de entrada das mulheres na política, tanto daquelas que apenas participaram da campanha eleitoral quanto das que foram de fato eleitas. Além disso, as autoras investigam porque as candidaturas femininas aumentaram sem, contudo, aumentar o número de eleitas. Afinal, desde 1997 existe a previsão de cotas partidárias para mulheres e não há um preconceito significativo contra as mulheres nas enquetes com eleitores.

O último artigo do livro, de Sílvia Rita Souza, aprofundou o debate sobre as candidaturas femininas no Brasil. Para entendermos o déficit de participação feminino nas estruturas de poder, é importante analisarmos as fases deste processo: recrutamento de candidatas, capacitação das mulheres para a prática política e a campanha eleitoral. Estes três momentos apresentam caracterís-



ticas determinantes que tradicionalmente excluem as mulheres do jogo pelo poder.

O trajeto será longo até que consigamos vislumbrar igualdade de condições entre homens e mulheres, seja no âmbito doméstico ou na arena pública. Contudo, as mulheres estão se organizando. E provavelmente seguem por um caminho irreversível, que lhes dará cada vez mais chances de se prepararem e apresentarem soluções.

Esta publicação não tem a pretensão de proporcionar todas as saídas para os problemas, mas sim oferecer ferramentas. Desejamos que as mulheres consigam receber equidade de tratamento, respeito por suas escolhas, e confiança em suas decisões. E dedicamos esta publicação também aos homens, para que participem do debate e colaborem ativamente na mudança. Tenham uma ótima leitura!

ALINE BRUNO SOARES

*Coordenadora de Projetos da
Fundação Konrad Adenauer no Brasil*

CLARA ARAÚJO*

O artigo tem por objetivo articular, de forma introdutória, dois temas atuais: cotas eleitorais e financiamento de campanha. A análise das cotas no Brasil, no momento, envolve, sobretudo, a tentativa de compreender o porquê de sua (in) eficácia como estratégia de acesso feminino à representação política. Já a discussão sobre o financiamento de campanha é um tema mais amplo do debate acadêmico e político. Dinheiro e campanha política são partes integrantes de campos associados com o processo eleitoral, propaganda, mídia, entre outros tópicos. E pesquisas recentes demonstram que o dinheiro tende a ser decisivo nas chances de uma eleição.¹

Na abordagem que se segue, alguns aspectos serão apenas lembrados, mas subjazem como questões comprovadas e intervenientes: candidatos sem recursos ou sem condições de mobilizá-los para suas campanhas, independentemente do sexo, tendem a ter bem menos chances de se eleger; homens e mulheres que estão na política, ocupando cargos, tendem a ter mais chances do se eleger do que aqueles que não passaram por esses filtros e ainda que isto ocorra homens continuam com mais chances. Mulheres necessitam “correr atrás do prejuízo”,

* Agradeço a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Aline Lopes (CNPq) e Gabriel Farache (UERJ).

1 Segundo Reis, “[...] Estudo de Leany Barreiro Lemos, Daniel Marcelino e João Henrique Pederiva, analisando as disputas para a Câmara dos Deputados e para o Senado nos anos de 2002 e 2006 concluiu que “os candidatos vencedores gastaram, em média, cinco vezes mais do que os adversários”. (*Márlon Reis*, publicado em, <http://www.reformapolitica.org.br>, em 22/01/2013).

ou seja, desocupar o espaço já ocupado pelos homens para conseguir entrar de forma mais equitativa na política, já que foram explicitamente impedidas de fazê-lo nas primeiras fases dos experimentos democráticos na maior parte dos países. Entre os chamados “grupos excluídos”² da construção da Democracia Representativa, de sua inclusão inicial como representantes bem como da presença nas esferas decisórias, as mulheres construíram a principal e mais disseminada estratégia de inclusão através do “caminho curto”³ das cotas. As duas coisas, porém, seguem particularmente adversas no Brasil. Nesse contexto, a relação entre dinheiro e campanha eleitoral importa de modo particular às mulheres.

COTAS NA POLÍTICA E FATORES DE SUCESSO OU INSUCESSO

Do ponto de vista teórico, as propostas de cotas tiveram como importante sustentáculo, a chamada “Teoria da Massa Crítica”. De modo sucinto, tal teoria dizia que uma quantidade mínima (mas não tão mínima assim) de mulheres poderia fazer grande diferença no parlamento. Alguns trabalhos foram fundamentais para esta formulação e entre eles destacaram-se os de Dalherup (1988; 2003; 2006). Estes argumentaram a favor da relação positiva entre números e resultados, ou seja, defenderam que atuar como um grupo em certas questões, ainda que não majoritário, poderia fazer diferença. E as cotas (cujo patamar geral ficou em torno de 30%) constituíram a forma política empírica que traduziu a conclusão de que, a partir de um determinado patamar de presença as mulheres efetivamente fariam diferença no parlamento. Patamares de 30 a 40% tendo sido alcançados em vários lugares. Mudanças quantitativas ocorreram de modo significativo na representação descritiva.⁴ Em muitos países isso se deu em razão das cotas.⁵ Com isto mais recentemente o foco de pesquisas tem se deslocado para *verificar e avaliar se e como a relação entre presença e ação parlamentar* ocorreu. Em outros termos, para avaliar a efetiva relação entre *representação descritiva e representação substantiva*. Aqui, a temática do interesse se torna efetivamente decisiva, já que remete à pergunta: “as mulheres vão formar alianças com outras mulheres à medida que seu número

2 A categoria grupos é bastante ampla, mas me apoio aqui na formulação de Young (1990) para usar essa expressão.

3 Dalerhup (2003; 2006).

4 Representação descritiva significa a representação numérica, ao passo que a substantiva remete ao conteúdo ou à natureza dessa representação.

5 Alguns países alcançaram mais de 40% de presença feminina em legislativos nacionais. Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2012 apresenta dados interessantes sobre o *poder* para avaliar o índice de igualdade de gênero. Sobre dados mais detalhados ver www.ipu.org

“cresce no parlamento”, é dado ou é esperado que mulheres representassem os interesses das mulheres? Passou a ser importante saber como os atores do parlamento agem em relação à agenda pró-igualdade de gênero. E os casos de sucesso das cotas já com algum tempo de efetividade, como, por exemplo, os da Argentina, da Costa Rica, do México, com pelo menos 15 anos de implantação passaram a ser investigados a partir dos resultados legislativos, da ocupação de espaços no parlamento, da produção legislativa em suas diversas dimensões. Foram constatadas evidências a favor, mas também contrárias à sugerida pela Teoria da Massa Crítica. Países que adotaram cotas e tiveram um tempo razoável nessa experiência, assim como outros países que não adotaram cotas passaram a ser comparados. Há evidências de alterações na agenda, mas também de situações nas quais as mudanças políticas não ocorrem mesmo em situações de presença expressiva de mulheres (Childs e Krook, 2006). Os interesses, assim, não estariam dados pelo fato de ter mais mulheres no parlamento, ou seriam passíveis de discussão. Mas como se trata de um processo com temporalidades diferenciadas, o foco sobre as condições de funcionamento das cotas continua importante. Isto particularmente na América Latina, dada a dimensão que a experiência adquiriu na Região. Atualmente, 13 os países adotam a lei de cotas eleitorais e muitos os partidos que a assumem como conduta interna para as eleições.⁶ E esse número continua crescendo. Nem todos os que adotaram cotas tiveram resultados similares (em sentido positivo ou negativo). E entre aqueles que não a adotaram o sentido dos resultados também diferem entre si. Em outras palavras, se princípios gerais da democracia são hoje passíveis de unificação, consensuais e caminham juntos com alguns indicadores de igualdade, o mesmo não se pode dizer dos desenhos e modelos de efetivação que esta toma no momento de traduzir seus princípios e soberania através do voto. As variáveis *sistema de representação* e *modelo eleitoral* não são independentes de outros fatores. E embora com tendências mais ou menos favoráveis, a diversidade de resultados entre os modelos eleitorais, e mesmo entre países que adotam cotas parece ser um traço marcante.

Estudos comparativos trouxeram evidências que permitem alguns consensos sobre fatores que ajudam a tornar as cotas mais efetivas.⁷ De forma

6 A Argentina foi o primeiro país da América Latina a adotar as cotas. Seguiram-na outros 10 países até o ano de 2011. O Uruguai aprovou lei estabelecendo as eleições de 2014 como ano de implantação de cota de 30%. E a Colômbia, já no início da década de 2000 teve uma lei declarada inconstitucional. Recentemente, em 2011, aprovou-se nova lei definindo o mínimo de 30% de vagas para mulheres nas listas eleitorais.

7 Tais consensos não existem, porém, no que tange ao peso de cada fator.

sumária, porque já bastante discutidas, podem-se destacar os seguintes itens: i) o tipo de cota legal, para as listas e compulsória; ii) lista eleitoral: listas fechadas tenderiam a funcionar mais, desde que haja mandato de posição;⁸ iii) a existência de legislação obrigatória e punitiva aos partidos que não cumprirem a cota;⁹ e, iv) o tipo de sistema eleitoral, ou seja, a presença de proporcionalidade no sistema, possibilitaria mais a implantação de cotas.¹⁰ Observe-se que o primeiro fator, cotas legais, tem sido tratado quase como uma variável dependente. Estes fatores, além de outros mais secundários, em geral são associados com o sucesso ou o insucesso das cotas na América Latina.

Usualmente as duas comparações de referência têm sido as seguintes: tomar países com lei de cotas e compará-los entre si, antes e depois; ou o outro caminho também frequente consiste em comparar países com leis de cotas e países sem leis de cotas num mesmo período ou número de eleições. Recentemente estudos sobre as cotas na Região sustentam que o fator preponderante para o sucesso reside mais em certas características ou no seu modo de aplicação do que no cumprimento da lei em si. Efetivamente, se trata de uma nova etapa de investigação. Já se mencionou que na comparação interna à Região o Brasil é um dos países onde as cotas não apresentam resultados animadores. Por que é a pergunta que se busca responder e estimula debates. No tópico seguinte serão apresentados, brevemente, o conteúdo da última versão da Lei, os resultados gerais no período que compreende sua implantação, bem como alguns breves comentários sobre as possíveis razões para tais resultados.

LEGISLAÇÃO DE COTAS E RESULTADOS ELEITORAIS – O MAIS DO MESMO

Na lei atual, de n. 12.034 de 2009 o percentual das cotas permaneceu igual ao da Lei anterior, de 1997: mínimo de 30% para cada sexo; não há mandato de posição porque a lista é aberta e o voto é no candidato (seu número e)

8 Mandato de posição em lista fechada significa a definição não só de uma cota por sexo, mas também da ordem de apresentação de nomes de cada sexo. Isto porque, em geral a lista fechada já apresenta a prioridade de eleição de cada partido.

9 Neste caso, punições afetas ao próprio direito de concorrer. Um exemplo de punição financeira que não tem funcionado muito é o da França. A legislação aprovada define a paridade de candidaturas por sexo. O não cumprimento pelos partidos é punido com multas. Tem sido observado que, em geral, os partidos preferem arcar com as multas a subordinar suas estratégias eleitorais a essa legislação.

10 Casos de sucesso em países com sistema misto, como é o do México indicam que a parte proporcional da eleição garante melhores resultados, embora recentemente, com o aprimoramento da legislação isso comece a ser mais avaliado.

ou nome); há uma *interpretação* de que o preenchimento é obrigatório e poderá haver sanções. A redação na última Lei mudou para a seguinte frase: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Não há, na Lei, cláusulas ou sentenças definindo penalidades ou multas prévias caso não ocorra o cumprimento das cotas. É importante observar, ainda, que o termo “*deverá*” tem sido compreendido como *obrigatório*, porém nem todos os tribunais estaduais interpretam assim, só se forem acionados. E tampouco o Superior Tribunal Eleitoral\TSE a interpretou nas duas eleições sob essa nova legislação, a de 2010 e a de 2012. A Lei inova ao trazer uma cláusula sobre o uso da cota financeira que cabe a cada partido anualmente.¹¹

Desde que as cotas começaram a ser implantadas no país contabilizam-se 4 eleições federais e estaduais e 5 eleições municipais. Como já mostrado em vários trabalhos e nos dados do TSE, a evolução de candidaturas, embora pequena, tem sido bem maior do que a das eleitas. Em 2010 fora, respectivamente 19,42% de candidatas ao cargo de deputado federal e 8,77% de eleitas, percentual que se repete há 3 eleições. E 21,06% ao cargo de deputado estadual e 21,06% de eleitas. Apenas na última eleição municipal, em 2012, o percentual mínimo de 30% (31,8%) no total de candidatas ao cargo de vereador foi alcançado.¹² Apesar disto, foram eleitas 13,33% de vereadoras.

11 A última modificação na Lei Eleitoral, em 2009, além de modificar o termo sobre a obrigatoriedade das cotas, inseriu, também, uma obrigatoriedade de aplicação de percentual mínimo da cota partidária no fortalecimento da participação das mulheres – não no momento eleitoral, mas a cota que os partidos fazem jus ao longo do ano, para propaganda e, de igual modo, no tempo de propaganda que os partidos têm direito na televisão, mas fora do processo eleitoral. Estes tempos e verbas dependem do tamanho da bancada do partido na Câmara dos Deputados naquela legislatura. – contudo, por se tratar de medida recente, ainda não há pesquisas sobre o impacto.

12 Aqui, cabe uma observação relacionada com a legislação. A maior parte dos estudos tem analisado as cotas e seu cumprimento a partir do que se poderia definir aqui como fatores institucionais (partidos e legislação) e ação dos atores numa perspectiva coletiva (mulheres ativistas de partidos, candidatas ou dirigentes partidários). No entanto, resultados de uma pesquisa com candidatos ao cargo de deputado federal em 2010 revelaram que mais de 50% dos entrevistados não tinham conhecimento da sua versão recente, ou seja, a versão aprovada em 2009. E a lembrança da mesma requeria um estímulo prévio (Araújo e Borges, 2012). Com isto, pretende-se deixar para reflexão o seguinte ponto: até onde o desconhecimento – que seria também das mulheres – não reforçaria a inércia em relação às inovações legais, inércia está encontrada nas instituições em geral já que, conforme Giddens (1999) instituições são regras e práticas consolidadas e legitimadas?

Já o senado apresenta um quadro um pouco diferente, com uma proporção maior de eleitas.

Mesmo com certa dubiedade quanto à obrigatoriedade e ausência de sanções, tudo indica que o crescimento das candidaturas em 2010 e, sobretudo, em 2012 com significativo incremento no número de candidatas foi estimulado pela nova lei de cotas. As expectativas de que com o salto de candidaturas houvesse um impacto sobre a elegibilidade aumentou em 2012 pelo próprio cumprimento das cotas. Naquelas eleições pôde-se observar essa relação num contexto minimamente “adequado” à Lei. Contudo, estudos anteriores relativos à Câmara dos Deputados haviam sugerido que correlação positiva, entre percentual de candidatas e de eleitas, não vinha ocorrendo (Araújo e Alves, 2007; 2011). Mais ainda, e de forma preocupante, os dados de Araújo e Alves mostraram que a relação parecia se inverter e se mostrava declinante. Apresentavam ainda outro dado interessante e que contraria a literatura vigente e predominante sobre América Latina: ao contrário do que se esperava, em geral, no país o desempenho das candidatas tende a ser melhor em distritos eleitorais menores e menos desenvolvidos (no Brasil, distritos eleitorais são iguais a estados) e não nos grandes estados, como costuma ocorrer.¹³ Há aí já uma pista sobre a relação com o dinheiro.

Os números trabalhados pelos autores indicaram que 1994 e 2010, ano em que o Brasil elegeu a primeira mulher Presidente da República, as chances de sucesso de mulheres que se candidatam conseguirem uma cadeira na Câmara Federal em relação aos homens que se candidatam eram de 98,35% e em 2010 passaram para 40,63%. Ou seja, foram reduzidas em mais de 100%. Isto num período de 16 anos e após 4 eleições com cotas. Mas por que isto acontece e qual a saída para esta inércia, ou mesmo impasse? Duas questões têm norteado a discussão: a tentativa de explicar as causas ou fatores para este não funcionamento; e, em seguida, as alternativas ou medidas. Mas respostas ainda não existem e possíveis causas que permeiam o discurso político não são consensuais, inclusive diante de certas evidências. De fato, parte das análises se confunde com busca por uma medida política, e não propriamente com indagações sobre o porquê. Com isto, *torna sinônima*

13 A associação positiva entre tamanho do distrito e mais chances de eleição (maior distrito, maior proporcionalidade e mais chances de ingressos de *outsiders*) é predominante na literatura. Na América Latina, uma referência muito usada para o estudo das cotas tem sido (Htun e Jones, 2002; Jones, 2009). Um autor que aponta em sentido distinto, ou seja, para maior peso do tamanho dos partidos e não dos distritos sobre as chances de eleição das mulheres, é Matland (2006).

a identificação de fatores como identificação de agentes responsáveis pelo não funcionamento das cotas. E em segundo lugar, ou em seguida, como desdobramento, a prescrição sobre o que fazer com vistas ao funcionamento das cotas como legislação, em si, e não propriamente a reflexão sobre outras possibilidades de intervenção.

Há um exemplo interessante e pouco explorado que permitiria uma reflexão não tão minimalista, ou trazer à cena outras dimensões: o caso do Senado. São eleições com características mais majoritárias e, portanto, não se prestam a muitas comparações. Mas ocorrem no âmbito do legislativo, requerem um grau de articulação e capacidade de coesão de quem pretende se candidatar, exigem certas condições de apoio e capital eleitoral, inclusive na forma financeira. Por outro lado, as cotas no Brasil não se aplicam ao Senado. Diferente de outros países, como a Argentina ou Bolívia, por exemplo. E o que ocorre com as mulheres na competição para o Senado? Parece existir um padrão diferenciado. Apesar de não existirem as cotas, entre 1998 o número de candidatas registrou incremento considerável. Passou de 7,33% em 1994 para 13,28% em 2010 com algumas variações. Após 1998 houve uma estabilização das candidaturas, mas entre 1998 e 2002 a composição feminina do Senado dobrou. E ainda que os percentuais de eleitas tenham se estabilizado, estes são maiores do que os da Câmara dos Deputados. Em 1994 a porcentagem correspondia a 7,41% e em 2010 a 14,81%. Uma questão a investigar, portanto, consiste em comparar e identificar os elementos decisivos para uma eleição nos universos mais proporcionais e em eleições mais concentradas. E quais os filtros decisivos, considerando-se a inexistência e a existência das cotas e os resultados aparentemente inversos. Em relação às eleições com cotas existem alguns itens mais discutidos e focados. De forma sumária, vamos identificá-los para podermos passar ao segundo eixo deste artigo.

Como vem sendo discutido, não há consenso sobre o peso dos fatores que respondem por essa falta de impacto. No Brasil, há, porém, o reconhecimento de que um desses fatores é a ausência de sanções. Em seguida surgem outros dois aspectos importantes: o sistema de lista eleitoral e o financiamento de campanha. Quanto às sanções, primeiro cabe notar que não há qualquer definição mais clara ou tipificação na Lei atual. Segundo, a interpretação do TSE, estendida aos tribunais regionais, tem sido a de que é necessário que os mesmos sejam acionados por um ente externo para que julguem a situação. Já quanto à falta de vontade política ou de compromisso dos partidos de cumprir, embora seja um fator muito assinalado, e até mesmo destacado como central, não há evidências de que existam resistências às mulheres no momento de

definição das listas. É de outra natureza constatar que os perfis e chances de eleição podem interferir no momento de definir as prioridades eleitorais. Do ponto de vista eleitoral vê-se que não é apenas o cumprimento das cotas, pois que muitos dos partidos que cumpriram as cotas em outras eleições, ou nas últimas, não elegeram mulheres, ou mesmo homens, o que reforça a ausência dessa relação mais normativa.

Os partidos são muito pragmáticos. Candidaturas que dão voto são aceitas e até estimuladas. E por serem pragmáticos, a depender do tipo de sanção estabelecida, da relação custo/benefício, compensa não cumprir. Um exemplo é o caso da França que opera com listas fechadas e tem uma Lei de Paridade de candidaturas. Há na Lei de paridade indicações claras de multas para os partidos que não cumprirem as cotas. Algumas análises mostraram que para alguns partidos é politicamente preferível pagarem as multas e garantirem sua engenharia política a sacrificarem suas metas de eleição- isto é mais grave em sistemas mistos ou majoritários onde só um candidato por distrito será eleito. Em outros lugares, faz-se um cálculo do número de candidatos que se acha possível eleger e disto depende a ordem e a alternância.

Para concluir esta parte, há a necessidade de uma reflexão sobre a ação das próprias mulheres que compõem os partidos, em suas direções, movimentos e nos momentos das candidaturas. Como *agência* de sujeitos coletivos *mulheres em partidos*, sobretudo, e diretamente interessados nos resultados do processo tem ocorrido no Brasil no momento eleitoral?, E por último há que se observar o papel da corte constitucional, do judiciário no cumprimento da Lei, ponto muito discutido em outros países da América Latina. Já há muito tempo que análises mostraram o quanto a definição clara de sanções e as cortes eleitorais têm sido importantes para fazer com que as cotas aconteçam (Polanco, 1999, Peschard, 2002, Piatti-Crocker, 2011).

No que diz respeito ao tipo de lista vários artigos têm discutido o tema. Embora a Reforma esteja na pauta política do país, esta questão, porém, ultrapassa o debate sobre qual o melhor caminho para adotar as cotas. O debate sobre *lista fechada e lista aberta é complexo e isto se manifesta* também no Brasil. Colocar esse como ponto central na reforma política já seria problemático. E fazê-lo sem incluir outras alternativas de listas, e ainda de forma dual – ou lista aberta ou lista fechada¹⁴ – tende a se configurar como um minimalismo democrático. Isto implica claro, um ponto de partida e de chegada: a compreensão

14 Sabe-se que existem alternativas como as listas flexíveis, o voto em dois nomes, entre outros, mas estas surgem pouco no debate brasileiro.

de que o gênero perpassa, mas não independe de outros temas caros à ideia de democracia e de autonomia, bem como de seus impactos sobre homens e mulheres eleitores, os quais vão além da adoção da Cota. Podemos perguntar, por exemplo, como fica o eleitor nessa triangulação; como resolver a relação entre autonomia do eleitor\cidadão e o voto em cada tipo de lista; qual o peso e poder que se confere aos partidos, ou melhor, aos dirigentes em cada uma delas. Em que medida as organizações partidárias possuem processos horizontalizados de indicação de candidatos e estão submetidas a regras transparentes, inclusive na composição do perfil dos candidatos? Diante disto, quais poderiam ser as alternativas que assegurassem maior relação entre candidato e partido, formas públicas de financiamento de campanha e, ao mesmo tempo, evitassem que as direções partidárias tivessem a força que têm quando indicam as suas prioridades? Inclusive compatibilizando com formas de financiamento. O que dizer ou por que não introduzir a alternativa da chamada *lista flexível* – vota-se a lista e num candidato em seu interior, para se escolher a ordem de candidatos – ou lista de voto duplo,¹⁵ quando se vota em 2 nomes e isto permite ao eleitor aliar preferências ideológicas e compromisso de inclusão, por exemplo? Por que tais experiências têm passado ao largo do debate e das propostas dos movimentos de mulheres? Enfim, são perguntas que interferem nas definições sobre as condições sistêmicas mais ou menos democráticas e também mais favoráveis para o acesso das mulheres às instâncias de representação política legislativa.

Por último destaca-se a reeleição como o fator com maior peso nas chances de eleição, quando comparadas com variáveis sociodemográficas como *sexo, escolaridade, idade, estado civil*, IDH; e também com variáveis políticas tais como *tamanho dos partidos, tamanho dos distritos e percentual de candidaturas* (Araújo e Alves, 2007; 2011). Estudo recente sobre prefeitos eleitos e gênero mostrou situação semelhante (Brollo e Triano, 2012). A reeleição e a posse de outros cargos eletivos implicam ou supõem, também, outros tipos de recursos e infraestrutura que muitas vezes concorrentes sem mandatos não detêm¹⁶ E há ainda o agravante das condições de desigualdade e pobreza que caracterizam o país. Se as chances das mulheres são menores em geral, dadas as desigualdades de gênero historicamente identificadas, o tipo de sistema pode operar mais ou

15 Caso do Peru.

16 Machado (2012) mostrou como isto ocorre, por exemplo, entre candidatos ao cargo de deputado federal no caso de Blog's de campanha. Constatou ser mais comum blog's entre candidatos que possuíam mandato.

menos favoravelmente em alguns aspectos.¹⁷ E a reeleição, que supõe, óbvio, a eleição, depende de capitais, inclusive de financiamentos e doações, salvo pouquíssimas exceções. Com isto se introduz o segundo e último ponto deste artigo: o financiamento de campanha. No âmbito dos fatores relacionados acima, tudo indica que os tipos de financiamento tendem a operar como dimensão maior do problema quando articulados à lista aberta e em comparação a forma de lista fechada. E isto, sem dúvida, tem impacto sobre as cotas. Ou seja, numa lista com sanção e mandato de posição previamente definida, o papel do financiamento para o indivíduo/candidato não irá contar tanto como na lista aberta onde todos os indivíduos tem que buscar parte substancial de seus recursos. Tal hipótese pode ser aventada em razão das características rapidamente mencionadas acima. Somem-se a isto, os custos de campanhas em um país com dimensões continentais como o Brasil e as suas condições socioeconômicas desiguais e não é difícil entender, mesmo sem demonstrações numéricas, o porquê de se tornar um empreendimento mais complexo para a maior parte das mulheres que potencialmente poderiam querer ser candidatas.¹⁸ O problema dos custos de campanhas eleitorais, porém, não são exclusivos do Brasil, atingem também os homens e diferentes tipos de sistemas eleitorais. E, como salienta Reis (2013), doações vultosas saem de diversas formas para partidos, e não apenas para candidatos. Por isto aspectos envolvidos no financiamento de campanha em si merecem comentários preliminares a fim de fornecer elementos para pensar a relação entre cotas e financiamento.

DINHEIRO, GÊNERO E CHANCES DE ELEIÇÃO

O financiamento de campanhas eleitorais constitui por si um campo de investigação, embora não possa, de fato, ser analisado isoladamente. De acordo com alguns autores (Rocha et al, 2013), estudos recentes sobre financiamento de campanha têm se pautado por duas perguntas básicas: (1) Como e em que medida o *gasto de campanha* influencia os resultados eleitorais? (2) Como e em que medida as *contribuições de campanha* influenciam o comportamento

17 Vários autores (Norris, 1993, Matland, 2002, Rule) mostraram, por exemplo, que sistemas proporcionais tendem a ser mais favoráveis às mulheres e minorias do que sistemas majoritários. Isto, porém, não pode ser isolado de outros fatores históricos e socioeconômicos.

18 Não se está tratando aqui de outros aspectos que fazem parte do pacote da democracia e se relacionam direta ou indiretamente com eleições, como a participação cívica e o associativismo.

congressual? (Jacobson, 1985; Smith, 2001, *apud*, Rocha et al, 2013). No âmbito deste artigo apenas a primeira pergunta será objeto de breves reflexões.

Em muitos estudos tem sido tratado como uma “variável endógena”, dado o peso e a significância encontrados. (Caselli et al, *apud* Barollo e Treicino, 2012). O dinheiro conta. E não só conta, como é variável cada vez mais relevante nos processos eleitorais, desde o momento de eleger, mas também no momento anterior, conhecido como o do recrutamento eleitoral (Alexander e Shiratori, 2004; Fuentes, 2004; Zovatto, 2005; Sacchet e Speck, 2012; Cervi, 2010, p.163). Conforme observaram Sacchet e Speck:

“Os recursos financeiros não influenciam apenas o resultado eleitoral, mas também o processo de definição das candidaturas. Um primeiro crivo na seleção de candidatos, ou na decisão de concorrer como tal, são os recursos financeiros, os quais podem suceder tanto da condição social dos candidatos, como da sua articulação com agentes financiadores – via de regra estas dimensões estão conectadas” (2012:).

A influência do dinheiro a partir de um foco mais amplo, para além do financiamento ou de quem financia uma eleição específica, mas relacionado com o próprio processo democrático é outra, e talvez mais necessária, forma de problematizar a questão (Fuentes, 2004). Segundo o autor,

“[...] quando nos referimos a la relación dinero y política, estamos hablando de seis ámbitos legales analíticamente distinguibles: el financiamiento de procesos electorales o campañas políticas, las regulaciones sobre grupos de apoyo en épocas electorales, la potencial influencia proselitista del gobierno de turno durante una campaña, el financiamiento permanente de partidos políticos, el lobby o influencia de grupos de interés a la actividad pública y el potencial conflicto de intereses que se puede dar entre representantes del Estado y sus intereses particulares en la aprobación de una ley o su implementación (Fuentes, 2004, p. 13).

Então no financiamento das campanhas há diferentes interesses e atores em disputa e participando direta ou indiretamente do jogo político. Esses “vetores” estabelecem um tipo de relação ou interferência que envolvem as candidaturas, os partidos e também os governos e o Estado. Por isto, formas de intervenção que as tornem mais transparentes e democráticas seriam uma constante e um requisito a ser pensado. Em outras palavras, não se trata de

problema meramente técnico, mas político, relacionado com as formas de regular, definir e controlar o financiamento na reprodução e aprimoramento da natureza democrática que a política deve ter. Ainda segundo Fuentes (2004), as formas como tal relação deve ocorrer ou, considerando os aspectos acima, os problemas de *quem* e *como* se deve financiar as campanhas, são analiticamente agrupadas em duas “famílias” ou tradições básicas. A primeira é definida pelo autor como “estadunidense”. Esta tradição teria aversão à intervenção do Estado e tenderia a enfatizar ou destacar que “[...] la actividad política debe ser financiada por aquellos interesados em difundir sus ideas.” A segunda é definida como de matrizes europeia e canadense. Esta, segundo o autor, sustenta que o financiamento estatal “[...] debe prevalecer por razones doctrinarias (la igualdad de expresar las opiniones), pero también prácticas (el costo de la actividad política)” (Fuentes, 2004, p. 20).

No Brasil, o debate que se desenvolve há algum tempo sobre uma Reforma Eleitoral traz entre seus temas os dois aspectos discutidos anteriormente: a alteração do sistema de lista – de lista aberta para lista fechada; e a criação do financiamento público de campanha. Ambos polêmicos por sua natureza, como mencionado. Ambos estão também particularmente ligados ao problema do *gap* de gênero e à efetividade das cotas. Como foi discutido acima, as listas são consideradas variável importante desde que as cotas foram adotadas (Alves, 2005; Htun e Jones, 2002; Araújo e Alves, 2007; 2011).¹⁹ Mas a influência do dinheiro é também objeto e parte da trajetória dos estudos sobre Mulheres e Política. E a ausência de efetividade das cotas nos marcos do sistema eleitoral existente ampliou o foco sobre esta influência. Assim, é possível sugerir que as dimensões sistematizadas por Fuentes (2004), ao analisar o custo das campanhas, podem interagir com a dimensão de gênero para potencializar ou obstaculizar as campanhas das mulheres. Há diversos estudos que apresentam evidências empíricas, consistentes e apontam para impactos objetivos. Podem ser relacionados com a competição eleitoral e o financiamento das campanhas, o peso do dinheiro *vis-à-vis* outros fatores mensuráveis que influenciam a elegibilidade, o envolvimento e apoio dos partidos; bem como possíveis *lobbys* dos grupos de interesse (IPU, 2000; Alvares, 2004; Sacchet e Speck, 2012; Santos et al, 2012; Araújo e Borges, 2012; Speck e Sacchet, 2012). Outras pesquisas que investigaram o ângulo da percepção, mostram que o dinheiro entra como fator relevante quando candidatas ou parlamentares falam sobre

19 Ver sobre isto, Jornal Cfêmea (www.cfemea.org) e Articulação de Mulheres Brasileiras-AMB (www.amb.org)

dificuldades e obstáculos para se eleger (IPU, 2000; Survey Consórcio Bertha Lutz, 2012; Araújo e Borges, 2012).

Cervi (2010) analisou as eleições municipais no Brasil e tentou correlacionar os fatores que ajudam a explicar a relação entre dinheiro e eleição. Chegou às seguintes conclusões gerais em relação ao aspecto do financiamento para o período analisado:²⁰ a rubrica *pessoa jurídica* respondia por 20,4% das declarações; a de pessoa física respondeu por 51,6% do total; as doações de pessoas jurídicas corresponderam a 28% do total dos recursos partidários. Com esses dados, conclui que o “dinheiro faz diferença” e a um maior volume de recursos financeiros correspondem mais votos e mais chances de vitória. Em seguida analisou esse fator relacionando-o com Ideologia Partidária, Região do país e IDH (índice de Desenvolvimento Humano). Os recursos não correlacionam com qualquer dessas variáveis. Em outros termos, eles se sobrepõem. Contudo, o mais importante, segundo o autor, é que “[...] a disponibilidade de recursos em si não explica a eleição, mas o % de recursos de *pessoas jurídicas* grifo nosso) teve impacto maior sobre votos válidos do que o total de recursos da campanha [...]”. Há, portanto, uma relação forte e positiva entre alocação de dinheiro de empresas e entidades e sucesso eleitoral. E há uma relação inversa em se tratando dos candidatos derrotados. Achados semelhantes foram encontrados para outros cargos: deputado estadual, federal, senador e governador.

Dois trabalhos recentes (Sacchet e Speck, 2012; Speck e Saccet, 2012) analisaram um conjunto de variáveis associadas com campanhas e demonstraram a importância e o peso do dinheiro nas chances de eleição. De igual modo constataram que a importância estaria relacionada a dois aspectos: o financiamento obtido e o patrimônio dos candidatos. E embora os autores salientem a importância de outras dimensões que atingem ambos os sexos, apresentaram evidências importantes de que os lugares de gênero contam e muito na obtenção do financiamento de campanha. Através de levantamento minucioso das fontes acessíveis no TSE nas eleições de 2010,²¹ mostraram que há, “[...] uma alta correlação entre financiamento e sucesso eleitoral no Brasil. Em 2010, para o cargo de deputado federal, esta foi de 0,78 para as mulheres e 0,62 para os homens,[...]” (Sacchet e Speck, 2012) No mesmo sentido dos achados de Cervi, as desigualdades se mostraram no volume geral dos patrimônios declarados, nos tipos de patrimônio e na relação entre tais características e os

20 Recordando sempre que as bases são as declarações de gastos junto ao TSE.

21 O TSE constitui a fonte oficial de declaração de bens, rendimentos e gastos de campanha. E é, portanto, a fonte acessível e se baseia em quem declarou o quê.

universos de candidatos e de eleitos. Conforme ressaltaram “[...] ter herdado ou acumulado grandes riquezas não é garantia de sucesso, mas aumenta em cinco vezes as chances de se eleger” (Speck e Sacchet 2012 p. 204). No que diz respeito à análise do financiamento mais direto das campanhas, esses autores chamam atenção para alguns aspectos fundamentais, os quais vão em sentido próximo ao do estudo anterior: além de desiguais em volume (mulheres declararam gastar bem menos), as receitas de campanha são desiguais nos tipos: *peças jurídicas foram mais encontradas entre candidatos do sexo masculino e peças físicas entre candidatas*; o volume do financiamento partidário tende a ser maior entre os homens; nos estados da federação, assim como nos partidos onde as mulheres obtiveram mais recursos seus desempenhos foram melhores (Sacchet e Speck, 2012, p. 448). Em suma, parece não existir dúvida de que o dinheiro conta; a forma como o dinheiro chega, de certo modo diz algo e define o peso do candidato e da campanha – recursos de pessoas jurídicas, embora constituam numericamente menos, são bem mais significativos em volume; tais recursos estão mais presentes entre candidatos, ao passo que candidatas têm mais registros de doações de pessoas físicas e em menor volume.

Relacionado com o mesmo período, porém com um universo mais restrito, Araújo e Borges (2012) confirmaram, assim como em outros estudos²² que para cargo de deputado federal os homens apresentam mais chances de serem eleitos do que as mulheres. Isto quando relacionam um conjunto de variáveis, porém, inicialmente sem incluir o dinheiro.²³ No entanto, quando o dinheiro é incluído, medindo o efeito da interação entre sexo e a receita declarada da campanha e controlando as outras variáveis, os resultados se modificam bastante. O dinheiro passa a ser a variável mais importante e o sexo deixa de contar. No estudo, para surpresa dos autores, quando o volume de recursos passa de um determinado patamar e se torna bastante elevado, no universo estudado, as chances das mulheres passam a ser maiores do que as chances dos homens. Ou seja, “[...] as Razões de Chances dos sexos variam de acordo com as categorias da receita da campanha [...] diferentemente do encontrado nos modelos sem interação, as mulheres apresentam mais chances de serem eleitas do que os homens quando a campanha recebeu investimentos supe-

22 Em Araújo; Alves, 2007; 2010

23 As variáveis foram: sexo, escolaridade, faixa etária, estado civil, tamanho do partido, posição do candidato antes das eleições- se político deputado federal, outros ou outras ocupações-, tempo usado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, receita declarada de campanha. De igual modo, a fonte usada foi o TSE. O nível analisado foi o de Deputado federal no item relativo à prestação de contas e dinheiro gasto na campanha.

riores a R\$ 1 milhão” (p. 328).²⁴ Os autores mostraram que, isoladas todas as outras variáveis, e considerando o universo coletado, quando candidatos e candidatas tinham mais de 1 milhão de reais estas últimas tinham mais chances. Abaixo de um milhão as chances se invertiam e as mulheres passavam a ter bem menos do que os homens. Os autores ressaltaram, porém, um dado muito relevante: do total de candidatos que declararam receitas da campanha superiores a R\$1 milhão, apenas 6% eram do sexo feminino. E sugerem que “as mulheres possuem mais dificuldades em arrecadar mais receitas para a campanha a deputado federal, mas ao obterem mais recursos, suas chances de serem eleitas aumentam”. Uma explicação possível, a ser testada, consiste exatamente no viés de gênero. Na média, mulheres enfrentam um conjunto de obstáculos que antecipadamente limitam suas chances, e possuem menos redes de apoio financeiro, assim como estão menos em cargos, entre outros aspectos. Desse modo, quando ela consegue arrecadar mais de 1 milhão, ou quando já possuem tais recursos, conforme mostraram também é porque fazem parte de uma elite que passou por um filtro bastante estreito. Isto é claro ao observarmos o pequeno percentual de mulheres nessa faixa. Retomando então Fuentes (2004), podemos relacionar os achados acima com algumas das dimensões destacadas pelo autor. São elas: i) o financiamento da campanha em si, através dos volumes encontrados; ii) a ação e envolvimento dos partidos políticos, através dos investimentos dos partidos declarados pelos candidatos de acordo com o sexo; iii) o problema dos grupos de interesse, através dos tipos de doações e de seus diferenciais por sexo; iv) assim como o problema dos *lobby*, também através dos tipos de financiamentos e de seus volumes.

Ora, se estes problemas, além de éticos, envolvem o controle democrático e as chances minimamente equitativas entre os candidatos, podemos pensar então num duplo problema, já que nos tópicos elencados, em geral, as mulheres aparecem, sistematicamente em desvantagem. Ao mesmo tempo, e como mostraremos também mais abaixo, o fato de ser mulher pode deixar de contar se e quando o patrimônio e as trajetórias de mulheres e homens se igualam. Se isto é fato, ser um candidato com redes e outros recursos pode fazer a diferença, assim como pertencer a uma lista cuja legislação define determinados lugares de elegibilidade. Mas não podemos descartar que tais tendências sejam encontradas em processos eleitorais com listas fechadas. Os recursos destinados aos partidos vêm também por meio dos candidatos e definem lugares de

24 Vale lembrar que o modelo foi feito para mensurar um universo determinado, conforme explicado pelos autores no artigo mencionado.

prioridade eleitoral, assim como expressam os potenciais de portabilidade e captação de capitais de tais candidatos. Mas tudo indica que nas competições nas quais as listas são completamente abertas e a ação dependem mais dos indivíduos candidatos estes fatores tendem a ter maior impacto.

Em outras palavras, a resposta para campanhas de sucesso, sobretudo iniciais, pode estar ligada à origem social, à trajetória política e às redes sociais nas quais essas mulheres estão (ou ainda não estão) inseridas.

O que observamos no aumento das candidaturas femininas, seja para deputado federal, estadual ou mesmo vereador que foi o aumento mais expressivo, é que o volume total de votos obtidos pelas mulheres não se alterou muito. E as votações expressivas costumam permanecer concentradas em determinadas candidatas, reproduzindo a mesma dinâmica dos candidatos. O padrão tem sido que poucas mulheres se elegem com votações bem expressivas; ou podem ser eleitas no cálculo do quociente partidário. De certa forma, não se pode descartar o fato de que um mercado eleitoral inflacionado por candidatos pode até mesmo dificultar as condições de visibilidade da maior parte. Aqui, é a competitividade que necessita ser avaliada. Isto faz sentido no Brasil se pensarmos que é permitido a um partido ou coligação lançar até 150% do total de cadeiras em disputas. E existem 30 partidos reconhecidos. E nesta, em condições eleitorais do sistema brasileiro, a existência de redes, sejam de apoio financeiro ou de outras formas de apoio contam, mas parece que a primeira conta muito.

Duas iniciativas importantes, embora ainda tímidas diante dos desafios discutidos, foram incorporadas na Lei de 2009: a inclusão de um percentual dos fundos partidários que, obrigatoriamente, devem ir para investimentos em mulheres militantes e/ou filiadas, fora do período de campanha; e a obrigatoriedade de um percentual mínimo de alocação do tempo da propaganda partidária, também fora do período eleitoral. Isto significa algum tipo de presença e possibilidades iniciais de construção de estruturas de apoio. Mas suas dimensões são diminutas diante do que o chamado mercado eleitoral exige atualmente no Brasil. Algum tipo de ação para as campanhas em si necessita ser pensada e este é um desafio.

ALGUNS PONTOS PARA DEBATE

Uma questão, a saber, é quanto à natureza da demanda diante dessas desigualdades. Em outros termos se, constatadas as condições desiguais de captação de recursos entre candidatos e candidatas, a demanda deve ser por *equidade*

nas mesmas possibilidades que se apresentam para os homens – o que implicaria, por exemplo, reclamar uma fatia de doações de pessoas jurídicas destinada a cada sexo -, *ou se isto inclui mudar as regras*, tornando-as mais transparentes, democráticas e menos mediadas por interesses de mercado econômico e grandes empresas. Ao colocar essa pergunta\ questão se está remetendo à concepção de que o financiamento, embora necessário de ser entendido em si, não é, uma variável endógena. Os volumes de recursos gastos pelas mulheres que se elegeram na média se aproximam dos padrões dos homens que se elegem e se distanciam da maior parte das mulheres, assim como dos homens que não se elegem.

No caso específico do Brasil, uma segunda pergunta consiste em pensar por qual veio o debate sobre Reforma Política merece ser privilegiado. O problema da lista completamente aberta parece, de fato, ser elemento limitador, para mulheres e outros grupos historicamente desprivilegiados. Mas como conduzir a discussão sobre lista sem descuidar de um debate mais substantivo sobre a natureza e o sentido da Representação Política, a relação e os significados de representações *descritivas* e *substantivas* e como pensamos estas duas dimensões em relação às mulheres. No debate sobre lista ampliar o horizonte implica pensar se a sustentação da proposta de lista fechada resulta de crença, compreensão de que o papel e o peso do partido devem ser maiores no Sistema Eleitoral, e por consequência, ter medidas que beneficiem mulheres, ou porque este tipo de lista é o que mais asseguraria o mandato de posição e as sanções, ou seja, as cotas. Ou se existem alternativas que garantam uma triangulação mais equilibrada entre partido, candidato e eleitor.

Alternativas poderiam ser pensadas no âmbito da própria eleição, ainda que neste sistema. As propostas de financiamento público estatal estão sempre no debate e, em princípio, seria um enorme ganho para as mulheres. Mas são objetos de muita polêmica. Alguns críticos do esquema de financiamento atual propõem, por exemplo, que doações de pessoas jurídicas sejam proibidas. Só pessoas físicas poderiam doar, e com limites. Isto pode ser um passo para coibir o poder do mercado. Mas não só. Conforme observa Cervi (2010), a busca por apoio direto do eleitor e a chamada “campanha corpo-a-corpo” pode aproximar mais um tipo de dinâmica criada pela ideia de representação democrática e que se encontra diluída nos esquemas atuais de financiamento. E isto, sem dúvida, abre indiretamente maiores possibilidades para as mulheres, pois são elas que, atualmente, usam mais esses recursos (Araújo e Borges, 2010).

Talvez medidas não ideais, porém mais factíveis possam ser pensadas. O financiamento regulado entre tipos de doadores, junto a um recurso mínimo, que não necessariamente é financeiro, como o acesso ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral- HGPE pode ter grande impacto sobre as chances das candidatas.²⁵ E isto associado a sanções efetivas e a uma ação pública dos movimentos de mulheres, partidários e fora deles, no momento eleitoral pode alterar as tendências observadas até o momento.

Há exemplos interessantes de estratégias de fundos financeiros construídas por redes de mulheres, voltadas para apoiar mulheres em eleições, como a Emily List nos Estados Unidos e outras iniciativas. Mas estas se colocam, ainda, num patamar alternativo ou *outsider* do sistema. E há que se perguntar se as mulheres já não estão muito tempo fora e em desvantagem para investir as energias centralmente neste tipo de estratégia. Ou, ao contrário, pensar como propor medidas que democratizem o processo e o tornem mais transparente e acessível.

Mais uma vez, há uma premência. No passado foram as mulheres que mudaram primeiro demandaram e mudaram as regras da cidadania; recentemente, a ideia e proposição de cotas também se constituiu e se constitui numa alteração de regras de acesso. Então, é possível pensar também que, mais do que definir regras que nos acomodem num sistema estabelecido e com falhas, se podem alterar tais regras para além de uma acomodação numa “zona de conforto” do *maestrem*. O desafio não é fácil, mas as mulheres fizeram e continuam a fazer a história.

Clara Araújo é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ e coordenadora do Núcleo de Estudos em Desigualdades e Relações de Gênero – NUDERG/UERJ.

25 Em pesquisa conduzida por Mattos (2010) no âmbito do Consórcio Bertha Lutz, constatou-se que parcela significativa do eleitorado toma a Propaganda Gratuita em rádio e televisão como referência para formar sua opinião sobre voto.

- ALEXANDER, H. e SHIRATORI, R. (Orgs). *Comparative Political Finance among Democracies*. Bolder, CO: Westview Press, 2004.
- ALVES, J. E. D. A Mulher nas Eleições de 2004: Avaliação da Política de Cotas no Brasil. Trabalho apresentado no XXV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología – LASA. Porto Alegre, 22-26 de agosto, 2005.
- _____. Diferenças Sociais e de gênero nas intenções de voto para presidente em 2010. In: Alves, J.E.D.; Pinto, C.; Jordão, F. (orgs) *Mulheres nas Eleições 2010*. Rio de Janeiro: ABCP\SPM, 2012.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as quotas. *Dados*. vol.50, n.3, p. 535-577, 2007.
- _____. Participation of women in the elections of 2002, 2006 and 2010: the quota policy and the brazilian electoral system. In: PIATTI-CROCKER, Adriana (ED) *Diffusion of gender quotas in Latin America and beyond – Advances and setbacks in the last two decades*. New York: Peter Lang Ed, 2011.
- ARAÚJO, C.; BORGES, D. O gênero, os elegíveis e os não-elegíveis: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: Alves, J.E.D.; Pinto, C. e Jordão, F. (orgs) *Mulheres nas Eleições 2010*. Rio de Janeiro: ABCP\SPM, 2012.
- BROLLO, F.; TROIANO, U. What Happens When a Woman Wins a Close Election? Evidence from Brazil, 2012. Texto acessado em: www.harvard.com
- CERVI, E. U. (2010). Financiamento de Campanha e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições das pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais dos estados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 135-167, julho/dezembro de 2010.
- CHILDS, S.; KROOK, M. L. Should Feminists Give Up on Critical Mass? A Contingent Yes. *Politics & Gender* 2 (4), p. 522-30, 2006.
- DAHLERUP, D. From a Small to a Large Minority: Women in Scandinavian Politics. *Scandinavian Political Studies*, 11, p. 275–298, 1988.
- _____. Comparative Studies of Electoral Gender Quotas. PAPER PRESENTED AT INTERNATIONAL IDEA WORKSHOP: The Implementation of Quotas: Latin American Experiences. Lima, Peru, 23–24 February 2003.
- _____. (ed.). *Women, quotas and politics*. New York: Routledge, 2006.
- FUENTES, S. C. *El costo de la democracia*. Santiago de Chile: FLACSO-Nueva Serie\ Transparencia Internacional, 2004.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. Teoria social hoje. São Paulo. UNESP, 1999. 609 p.
- HTUN, M.; JONES, M. P. Engendering the Right to Participate in Decision-Making: electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. In: Craske, Nikki and Molyneux, Maxine (Eds) *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*. NeHampshire: Palgrave, 2002.

- JACOBSON, G. Money and votes reconsidered: congressional elections, 1972–1982. *Public Choice*, Volume 47, Issue 1, pp: 7 – 62, 1985.
- KROOK, M. L. *Quotas for Women in Politics – gender and candidate selection reform worldwide*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MATLAND, R. Estrategias para Ampliar la Participación Femenina en El Parlamento. El Proceso de Selección de Candidatos Legislativos y los Sistemas Electorales. In: Montalvo, M. e Ballington, J. (eds.), *Mujeres en el Parlamento – Más allá de los Números*. Estocolmo, IDEA, 2002.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. ‘If Only More Candidates Came Forward’: Supply-Side Explanations of Candidate Selection in Britain. *British Journal of Political Science*, 23, p. 373-408, 1993.
- MIGUEL, S. M. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000.
- POLANCO, J. J. La Representación Política de las Mujeres en América Latina. *Revista América Latina Hoy*. Universidad Complutense/Universidad de Salamanca, Madrid e Salamanca, fevereiro, 1999.
- ROCHA, E.; LAVAREDA, A. Quanto vale um prefeito? O custo das candidaturas ao cargo de prefeito em 2012 no Brasil. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.12-23, Jan. 2013.
- REIS, Marlon Inconveniências das Doações Eleitorais por empresas.” Publicado em www.reformapolitica.org em 21\01\2013. Acessado em www.cfmea.org em 05\02\2013.
- SACCHET, T.; SPECK, B. (2012). Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos” In: Alves, J.E.; Pinto, C. e Jordão, F. (orgs), *Mulheres nas Eleições de 2010*. Rio de Janeiro: ABCP e SPM, 2012.
- SAINSBURY, D. The politics of increased women’s representation: The Swedish case. In: Lovenduski, J. & Norris, P. (eds), *Gender and party politics*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1993.
- _____. *Gender, equality and Welfare State*. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.
- _____. Women’s Political Representation in Sweden: Discursive Politics and Institutional Presence. *Scandinavian Political Studies*, 27, p. 65–87, 2004.
- IOUNG, Iris Marion *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, vol.XI, n.2, p.287-315, 2005.

Quais são as contribuições das presidentas à participação política das mulheres? Os casos de Laura Chinchilla e Michelle Bachelet

GRACIELA INCER BRENES

As mulheres constituem metade da humanidade e, portanto, um dos setores mais sub-representados pelo sistema democrático, pois não têm participação proporcional nos governos ou no processo de tomada de decisões. Trata-se de um fenômeno muito particular, pois, apesar de nossa sociedade ter tendência a excluir os grupos minoritários, neste caso, a questão abrange nada menos do que cerca de 50% da população. Isto, no entanto, não diminui a importância de nenhum dos outros grupos discriminados. Sabiamente, José Miguel Insulza, Secretário Geral da Organização de Estados Americanos declarou que “a democracia sem as mulheres é apenas meia democracia” (2006, citado por CIDH, 2011).

Historicamente, as mulheres foram excluídas dos espaços público-políticos e confinadas aos espaços privado-doméstico-reprodutivos, motivo pelo qual, o seu exercício de cidadania sempre foi dificultado por obstáculos. Além disso, viram violado um de seus principais direitos políticos, reconhecido pelo direito internacional, o direito à participação política, segundo o qual “todas as pessoas têm direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas de seu país. Todas as pessoas têm direito a participar do governo de seu país, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos”(art. 21, Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948)¹. De acordo com esta-

1 Os direitos políticos são garantidos por grande número de instrumentos do direito internacional, como o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Carta Democrática Interamericana e os instrumentos para a eliminação da discriminação contra as mulheres.

tísticas da União Interparlamentar (2012), apenas 20,3% dos cargos legislativos são ocupados por mulheres (apenas 9339 de um total de 46068 parlamentares). De todas as regiões do mundo, somente os países nórdicos apresentam uma participação equilibrada, com 42% enquanto a América Latina mantém a segunda colocação, com 23,8% de representação feminina. Três regiões do mundo não alcançam sequer 20% e seis países apresentam 0% de mulheres em seus Congressos; tudo isto apesar das leis de cotas que foram implementadas em vários países e unicamente considerando os dados de apenas um dos poderes políticos. Além do mais, como será visto no decorrer deste artigo, a simples ocupação de assentos não garante uma participação real.

Em anos recentes, a análise tem sido focada na relação entre democracia e igualdade, isto é, na capacidade das democracias de representar as necessidades de diversas populações de maneira inclusiva, “partindo do fato de que a diferença não deve supor desigualdade” (Torres, 2010). A democracia é um sistema de governo no qual a vontade e necessidades do povo devem ser abordadas em um marco de igualdade, reconhecendo sua autonomia e sua pluralidade. Sem democracia não é possível o exercício dos direitos políticos. Portanto, a participação política das mulheres em suas dimensões quantitativa e qualitativa, depende dos instrumentos do sistema político e dos componentes da democracia representativa que influenciam de forma significativa o acesso das mulheres ao poder.

Os recentes governos de mulheres e novas administrações na América Latina, como os de Michelle Bachelet, Dilma Rousseff, Laura Chinchilla e Cristina Kirchner geraram expectativas a respeito da contribuição das mulheres para uma democracia mais inclusiva e, em especial, para a promoção da igualdade de gênero em geral e a participação política das mulheres em particular. Mas, terá sido positiva a presença de mulheres no poder executivo para o fortalecimento da participação política das mulheres? O presente artigo aborda a contribuição de duas presidentas latino-americanas, Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica), sendo que uma delas terminou o seu mandato em 2010 enquanto a outra ainda ocupa a presidência e são levados em consideração os riscos que isto implica. Estas mulheres foram escolhidas como modelo, pois são casos muito diferentes em um mesmo contexto latino-americano, o que fornece grande riqueza à análise². Para isto, descreve-se brevemente o panorama da participação das mulheres em nível

2 A autora é costarrriquenha e, por isso, demonstra grande interesse pelo governo Chinchilla.

latino-americano e os obstáculos que devem enfrentar. Posteriormente, são descritas as dimensões para análise do impacto de governos de mulheres e, então, são desagregados para sua aplicação aos casos de Laura Chinchilla e Michelle Bachelet.

DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES E AÇÕES AFIRMATIVAS NA AMÉRICA LATINA

A fim de compreender a enorme defasagem com relação ao respeito dos direitos humanos e políticos das mulheres, é necessário entender que os direitos humanos foram definidos e entendidos a partir de uma linguagem masculina, com “o homem como centro do pensamento humano, do desenvolvimento histórico, protagonista único e parâmetro da humanidade” (Torres, 2010, p. 31). Conseqüentemente, as mulheres foram pensadas como minoria, como sujeitos de direito por extensão, em vez de titulares, e suas diferenças e necessidades foram negligenciadas. Somado a isto, a cidadania foi entendida por muito tempo como um conceito abstrato, “sem corpo, sem classe, sem etnia e sem gênero” (Sagot, 2012, p. 30). É por esse motivo que o direito das mulheres ao sufrágio não foi reconhecido até o início do século XX³ e, por isso, nos encontramos no alvorecer do reconhecimento de seus direitos políticos.

No presente artigo entende-se a “participação política” a partir de uma aceitação integral, como o envolvimento das mulheres em instâncias de tomada de decisões com a possibilidade de influenciar assuntos nos âmbitos tanto público quanto privado (INAMU, 2011). De acordo com esta definição, o conceito transcende a representação política e assuntos relacionados com o governo para abranger o exercício da cidadania ativa, o que inclui o enfrentamento de diversas formas de poder e de dominação:

É assim entendido que toda a participação das mulheres, enquanto tenha por objetivo a transformação das condições materiais e subjetivas de existência – em particular suas condições de subordinação e de discriminação – é política. Sob esta ótica, o político é concebido como a busca de participação em projetos emancipatórios para as mulheres (INAMU, 2011, p. 196).

3 O primeiro país da América Latina a implementar o sufrágio das mulheres foi o Equador, em 1929.

A maioria das autoras que estudaram o tema concordam com que a participação política não pode ser medida unicamente em termos quantitativos, mas em um sentido mais qualitativo, ou seja, na medida em que a citada participação consegue representar, posicionar e executar os interesses e as necessidades das mulheres.

Como indicado anteriormente, as mulheres na América Latina representam 22,8% dos assentos nos congressos, levando, assim, a região a ser aquela com maior representação feminina no mundo depois dos países nórdicos. Segundo um relatório da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2011), entre os países com maior representação de mulheres encontram-se Cuba (43,2%), Costa Rica (38,6%) e Argentina (38,5% na Câmara e 35,2% no Senado). No nível executivo, o percentual de mulheres em funções ministeriais triplicou e atinge 24%, e sete mulheres chegaram à presidência através de eleições populares. Apesar destas realizações, que levaram anos de lutas dos movimentos feministas, reformas eleitorais, ações afirmativas e ações positivas institucionais, entre outras, os dados mostram uma persistente desigualdade. Além disso, em especial no nível executivo, as mulheres continuam ocupando funções de suplência ou de “segunda categoria”.

As ações afirmativas foram imprescindíveis para o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres⁴ e o incremento de sua participação política na América Latina. As denominadas “cotas de participação política” foram fundamentais para a candidatura de mulheres para cargos eletivos no poder. Estas ações podem ser definidas como mecanismos corretivos que estabelecem um percentual mínimo (que deve ser considerado como ponto de partida e não como limite máximo) de mulheres na conformação dos cargos eletivos de poder político (Bareiro, Lópe, Soto e Soto, 2004). Estão reguladas nas legislações nacionais e, dependendo de cada país, contam com diferentes medidas de sanção perante o não cumprimento. De forma geral, a experiência nos países tem demonstrado que o mecanismo de cotas deve ser complementado com a paridade e alternância de sexos. De acordo com estes mecanismos, ao rol de cargos e as listas de eleição popular devem ser integradas por 50% de mulheres e 50% de homens utilizando a alternância de sexo. Estas melhorias, mais do que servir de complemento, foram fun-

4 Uma ação afirmativa deve ser entendida como uma medida temporária que tem como objetivo corrigir condições persistentes de discriminação (Torres, 2010). As práticas desiguais exigem tratamento desigual. O conceito também é conhecido como discriminação positiva ou discriminação inversa, ou ainda como políticas de diferenciação para a igualdade.

damentais na definição do alcance de uma igualdade real, pois descobriu-se que em alguns países o mecanismo de cotas foi aplicado e as mulheres foram incluídas no percentual definido, mas em cargos não eletivos, ou seja, com muito pouca ou nenhuma probabilidade de chegar ao poder (CIDH, 2011). O percentual mínimo de participação varia em cada país, mas tende a oscilar entre 30% e 40%. Finalmente, cabe dizer que o êxito dos mecanismos descritos depende em grande medida do funcionamento do sistema eleitoral e as medidas de sanção aplicadas quando do não cumprimento existentes em cada nação.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Uma vez descrito o contexto latino-americano que enquadra a participação política das mulheres, considera-se necessário a reflexão sobre as principais limitações à sua participação política para o entendimento de possíveis obstáculos nos governos concretos liderados por Laura Chinchilla e Michelle Bachelet.

Como primeiro ponto e elemento central, a persistência de uma discriminação histórica das mulheres e sua consequente desvalorização e o desprezo por suas capacidades e seu desempenho, faz com que sejam postas à prova assim que ingressam na vida pública. Não somente é demandado que elas cheguem aos cargos de poder com maior qualificação do que os homens (Torres, 2012; CIDH, 2011; De los Ángeles, Fernández y Oliva, 2012), mas também são mais exigidas e julgadas com mais rigidez. O marco cultural machista manifesta-se de múltiplas formas e em inúmeros níveis, desde ter que pedir permissão ao companheiro para comparecer às urnas, passando pela negativa de vários países (dos quais muitos são Estados parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos) de implementar ações afirmativas em benefício da participação política das mulheres, até o denominado “telhado de vidro” no qual se converteram as cotas de gênero por não serem vistas como percentual mínimo de participação. Este primeiro fator limitante também afeta a manutenção da brecha entre igualdade formal e igualdade substantiva (também conhecidas como de jure e de facto, Torres, 2010), pois compartilhar assentos não significa necessariamente compartilhar poder. Segundo Torres (2010), para que as mulheres alcancem a igualdade real, devem existir três condições: a igualdade de oportunidades, a igualdade de acesso às oportunidades e a igualdade de resultados.

O papel social imposto às mulheres, de trabalhadoras domésticas, mães e cuidadoras, condiciona sua autonomia e sua liberdade. Sua exclusividade

para com as responsabilidades familiares tem efeitos importantes no uso do tempo, de tal forma que, ou limita o seu acesso a oportunidades, ou afeta seu desempenho (Secretaria Presidencial para a Igualdade da Mulher, 2011). Apesar da mulher ter conseguido conquistar alguns espaços de domínio público, ainda não superou o peso do privado-doméstico, motivo pelo qual teve que assumir duplas jornadas e até triplas jornadas. Flórez-Estrada (2010) afirma que a mudança de paradigma para “mulher provedora remunerada” ao entrar no mercado de trabalho (p. 88), longe de incentivar tarefas doméstico-reprodutivas compartilhadas, se converteu em um acúmulo de funções.

Várias autoras identificam o que pode ser chamado de uma “masculinização do âmbito político” (Torres, 2010, Fernández, 2008), como um dos principais fatores limitantes à participação das mulheres. Um entorno dominado por homens leva estes a escolherem outros homens como candidatos e preferirem as habilidades tradicionalmente masculinas, pois as consideram mais competitivas. Consequentemente, muitas mulheres reproduzem padrões políticos e ideológicos masculinos e deixam de lado as demandas de gênero. Assim, representa um obstáculo para as mulheres em dois sentidos: tanto para chegar ao poder, como para se manter nele.

Um fator limitante importante para chegar ao poder são os recursos econômicos, situação que se relaciona com outras manifestações de discriminação estrutural contra as mulheres, como as diferenças salariais, o trabalho doméstico não remunerado, o desemprego e as limitações de acesso, uso e controle dos recursos econômicos (CIDH, 2011). Para conduzir campanhas e manter o apoio político, é preciso contar com os recursos econômicos necessários.

A perseguição política e a violência sofrida pelas mulheres uma vez no poder, também foi identificado como importante fator restritivo para a representação e a participação política das mulheres (Bou, 2012). Rojas (2012) identifica seis principais atos de violência contra as mulheres: pressão para que renunciem a seus cargos; atos de violência sexual, física e psicológica e excessos no uso da autoridade; impedimento ao exercício de suas funções; congelamento ilegal de seus salários; discriminação e calúnia.

Estas limitações demandam ações afirmativas em sua totalidade, porque ao estar relacionadas entre si, uma limitante se converte em força motriz de outra. Por exemplo, o fato de uma mulher não contar com apoio para cuidar de seus filhos e realizar suas tarefas domésticas, repercutirá no tempo disponível que terá para exercer suas funções políticas. Mesmo que o seu rendimento não deva ser comparado ao de um homem que não tem estas obrigações, é o que acontece e, ainda será testada e julgada em suas funções.

É difícil medir empiricamente a existência de uma relação positiva entre a presença de mulheres em cargos políticos e o impacto que isto produz na sociedade e nas demais mulheres (Fernández y Rubilar, 2011). Alguns autores identificaram diferentes significados da representação política das mulheres (Schwindt-Bayer, 2005, citado por Fernández e col., 2011; Franceschet, 2008). Das diversas dimensões encontradas, concordam com pelo menos três: o impacto descritivo, o substantivo e o simbólico. O impacto descritivo refere-se à similaridade na composição entre representantes e representados, isto é, o grau no qual a proporção real dos representantes se aproxima da realidade do número de mulheres da população (neste caso, refere-se ao nível de paridade, 50% de mulheres e de homens). O significado substantivo alude à congruência entre os interesses das pessoas representadas e dos representantes, ou neste caso, ao nível de promoção e defesa dos interesses e necessidades das mulheres. Finalmente, o significado simbólico se concentra nos sentimentos, percepções e avaliações que os representantes geram nos representados. No presente artigo, são analisados os governos de Chinchilla e Bachelet sob o ponto de vista destas três dimensões.

Cabe, neste ponto, aprofundar o significado simbólico das representações femininas, considerando as expectativas geradas pelas mulheres em cargos de poder importantes (Loiz e Diz, 2006, citado por Fernández e col., 2011). Por um lado, acredita-se que as mulheres eleitas servirão de modelos para outras mulheres e que, desta forma, conseguirão difundir a mensagem de que a política é um espaço no qual podem participar com a mesma plenitude que os homens. Por outro lado, espera-se que as mulheres possam influenciar e mudar a cultura política, por meio de perspectivas diferentes. Finalmente, cria-se a expectativa de que as mulheres influenciarão os estilos de liderança política.

Existe ampla literatura sobre os “estilos de liderança femininos”. As principais conclusões caracterizam a liderança das mulheres como abertas, inovadoras, não competitivas, flexíveis, comunicativas, consultivas e cooperativas (Fernández, 2008; Torres, 2011). Também indicam que as mulheres preferem estilos mais democráticos e humanizados, enquanto os homens estão inclinados a estilos mais diretivos e de controle:

Considera-se também que [as mulheres] são capazes de encarar a solução de conflitos de modo tal que todos saiam ganhando, sobre a base de um estilo de maior diálogo e mais pedagógico. Para isso, desenvolvem, segundo este

ponto de vista, uma atitude mais receptiva, compreensiva e participativa, anti-hierárquica e anti-burocrática, que favorece os valores e as ações coletivas. Isto permite gerar políticas de cuidado e de apoio mútuo mais próximas dos sentimentos das pessoas e a denominada “inteligência emocional” (Fernández, 2008, p.62).

Entretanto, alguns autores consideram que estes supostos estilos femininos de liderança constituem uma desvantagem no âmbito político, pois as mulheres não conseguem se adaptar aos jogos políticos, aos mecanismos de “lealdades e influências” (Torres, 2010) e pela ênfase que dão às relações humanas. Consequentemente, muitas mulheres terminam masculinizando seus estilos de liderança através de um processo de socialização ao entrar na vida pública.

O GOVERNO CHINCILLA (2010-2014, COSTA RICA) E SEU LEGADO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Laura Chinchilla Miranda é a primeira mulher na Costa Rica, e a quinta na América Latina, a ser eleita para exercer a presidência de um país. Filha de um funcionário público e de uma “dona de casa”, conseguiu crescer profissionalmente e se inserir na vida pública com sucesso logo após seus estudos universitários na Costa Rica e no exterior (Biblioteca da Assembleia Legislativa, 2012). Antes de chegar à presidência, já havia construído uma vasta e bem sucedida trajetória política. Ocupou os cargos de ministra e de vice ministra de segurança pública. Além disso, foi a primeira vice presidenta da república e ministra da justiça durante a administração anterior à sua, de Óscar Arias Sanchez (2006-2010). Foi deputada na Assembleia Legislativa e também foi titular de outros cargos importantes como presidenta do Centro de Inteligência Conjunta Antidrogas, presidenta do Conselho Nacional de Migração, membro do Conselho Nacional de Drogas, do Conselho Nacional de Segurança e do Conselho Acadêmico da Escola Nacional de Polícia. Foi eleita candidata presidencial pelo Partido Liberação Nacional.

Impacto simbólico

De acordo com uma pesquisa telefônica realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos Políticos e a Escola de Sociologia da Universidade da Costa Rica (2010, citado por Flórez-Estrada, 2010), Laura Chinchilla foi eleita principalmente por mulheres e idosos (dos quais, como indica a autora, pode-se supor que a metade

sejam mulheres)⁵. Os resultados da pesquisa indicam as três principais motivações das eleitoras para sua escolha, citadas da maior à menor frequência: a capacidade e a personalidade da candidata, suas propostas de campanha e o fato de ser mulher. Sobretudo a última característica reflete claramente as expectativas que a candidatura de Laura Chinchilla gerou nas mulheres e, especialmente, nas mulheres com maior nível de escolaridade, em comparação com o seu principal rival eleitoral. A partir disso, a autora conclui que foi o sentido comum de reivindicação e avanço das mulheres que promoveu o voto de homens e mulheres pela candidata. Em outras palavras, o eleitorado relacionou o sexo da candidata com a promoção da defesa dos interesses e demandas das mulheres. Outras especialistas no tema (Torres, 2013) consideram que seu gênero, mais do que um compromisso com a agenda da mulher, representou a renovação da imagem da política partidária e do partido que ela representava. Isto pode ter levado ao questionamento de uma cidadania saturada de propostas antiquadas.

Depois de dois anos de governo, apesar de não existirem estudos concretos sobre o tema, é previsível que as expectativas por uma “agenda mulher” ou por alguma influência na cultura política tenham diminuído, pois os dados e acontecimentos indicam que os interesses específicos das mulheres não foram uma prioridade para o seu governo, como observado na análise a seguir.

Cabe refletir neste ponto, qual seria o impacto simbólico de um governo liderado por uma mulher que fosse considerado e lembrado como um governo deficiente. Apesar de ainda faltar mais de um ano para o governo Chinchilla terminar, as pesquisas indicam constantemente que os cidadãos da Costa Rica têm uma imagem cada vez mais negativa de sua administração⁶. Se combinamos este resultado com o julgamento severo feito às mulheres de uma sociedade machista e com as expectativas frustradas daquelas mulheres que votaram nela pelo fato de ser mulher, o impacto simbólico para uma nova candidata poderia ser muito negativo. De fato, uma pesquisa recente elaborada por CID-Gallup (crhov.com, 2013) mostra que a maioria das pessoas entrevistadas (43%) acredita que as mulheres não têm nenhuma probabilidade de chegar à presidência novamente, pelo menos não antes do decurso de mais dois mandatos presidenciais. 32% consideram que as possibilidades são muito remotas (para um total de 75% de baixa probabilidade), 14% acreditam haver alguma probabilidade e apenas 7% acreditam que as probabilidades são altas.

5 As estatísticas do Supremo Tribunal Eleitoral contêm informações das eleições presidenciais desagregadas por sexo, mas não por sexo e por adesão política.

6 O objetivo deste artigo não é fazer um diagnóstico do desempenho de Laura Chinchilla como presidenta em um aspecto geral. Por isso, são ressaltadas apenas as percepções dos cidadãos.

Impacto substantivo

Se partíssemos do fato de que a maioria das mulheres que votou em Laura Chinchilla esperava que ela implementasse uma agenda em defesa das mulheres, a informação disponível indica que o impacto substantivo de sua administração foi mínimo. Um dos três programas sociais do denominado “Bem estar e proteção dos mais vulneráveis” dá suporte à teoria de que o sexo de Laura Chinchilla gerou expectativas de avanço em políticas para a igualdade, sobretudo ao lembrar que suas propostas de campanha se transformaram na segunda razão para a preferência do eleitorado. Trata-se do Programa Nacional de Cuidado, que tinha como objetivo oferecer redes e espaços para atender crianças e idosos, o que se tornou uma necessidade, sobretudo para mulheres de estratos sociais mais baixos que não contam com recursos econômicos para utilizar creches e asilos privados. Flórez-Estrada (2010) considera que, mais do que um genuíno interesse da candidata pelo uso do tempo das mulheres e por maximizar o seu acesso às oportunidades, tratou-se de um “oportunismo eleitoral”, valendo-se destas necessidades. Além disso, seu apoio a esta iniciativa parecia ter um compromisso maior com a reconstituição da família tradicional costarriquenha e com um resgate das ameaças que gera a incorporação das mulheres no mercado de trabalho. A proposta estava mais vinculada ao cuidado de menores do que ao questionamento da divisão sexual do trabalho (Torres, I, 2013):

Na medida em que o efeito buscado pela Rede de Cuidado é – como afirmam a PIEG⁷ e o Plano de Governo de Chinchilla – principalmente facilitar que as mulheres trabalhadoras cumpram de maneira mais eficiente, nas novas condições, com o papel tradicional de mães, isto é, de reprodutoras e protetoras da força de trabalho do presente e do futuro, e, na medida em que não há um questionamento da divisão sexual do trabalho nem da maternidade como destino social das mulheres, mas uma “promessa” de ratificá-la, esta proposta de programa de Chinchilla, em seu caráter conservador – de proteção e resgate dos valores tradicionais costarriquenhos –, explicaria seu poder de apelar não apenas às mulheres, mas também a muitos homens (Flóres-Estrada, 2010, p. 95).

7 Plano de Ação para a Política Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero 2007-2017 do Instituto Nacional para as Mulheres.

Finalmente, posto que a candidata não havia planejado como montar esta rede nem como financiá-la (o que foi demonstrado posteriormente)⁸ pode-se concluir que esta não era realmente uma das prioridades de seu plano de governo. O Balanço do I Plano de Ação da Política Nacional para a Igualdade e a Equidade de Gênero (2011) relata que, entre os anos de 2008 e 2011, foram realizadas 15 ações para o quesito “O cuidado é responsabilidade social”, que merece uma classificação de alcance “moderado”.

Salvo esta iniciativa de campanha, que não chegou a ser implementada, não se pode identificar medidas que demonstrem um interesse pelas reivindicações das mulheres, salvo algumas muito concretas como a outorga de créditos bancários para mulheres empresárias. No entanto, as reações perante assuntos relacionados com os direitos humanos das mulheres lançam luz acerca da postura e de suas prioridades. Por exemplo, a atitude passiva da Presidenta ante a possibilidade de legalizar a técnica de fertilização *in vitro* (doravante FIV) na Costa Rica parece indicar um desinteresse profundo pelos direitos sexuais e reprodutivos e mostra novamente uma posição conservadora com respeito à autonomia da mulher sobre o seu corpo e as formas “naturais” de reprodução e de constituição familiar. No dia 28 de novembro de 2012, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença contra o Estado da Costa Rica por ter proibido a FIV no ano 2000 e por não ter acolhido as recomendações da CIDH no ano 2010 de levantar a proibição, garantir o acesso à técnica e indenizar material e moralmente as vítimas. Antes de vencer o prazo outorgado pela Comissão, o governo redigiu um projeto de lei para legalizar o método, mas este foi rejeitado pela Assembleia Legislativa. A presidenta respondeu à rejeição com indiferença e não solicitou uma prorrogação alegando que ela não percebia “uma atitude séria e consensual” de avançar a matéria (La Nación, 2011). A sentença da Corte, que tem sede na Costa Rica, foi a segunda sentença contra o Estado e dita que “O Estado deve adotar, com a rapidez possível, as medidas apropriadas para tornar sem efeito a proibição de praticar a FIV e para que as pessoas que desejem fazer uso desse método de reprodução assistida possam fazê-lo sem encontrar impedimentos ao exercício dos direitos que foram encontrados vulneráveis na presente sentença” (CIDH, 2012, p. 114).

8 Ver informativo No. DFOE-SAF-IF-07-2012 da Controladoría da República sobre o cumprimento de metas do plano nacional de desenvolvimento 2011-2014.

Impacto descriptivo

O impacto descriptivo de uma administração não é totalmente atribuível ao presidente ou à presidenta de uma nação uma vez que pretende medir a similaridade na composição entre representantes e representados. No entanto, dependendo do sistema de nomeação dos cargos, a presidenta terá influência direta na existência ou não de paridade nos diferentes poderes do Estado. Por exemplo, a representação relativamente alta de mulheres na Assembleia Legislativa da Costa Rica (38,6%) se deve à aplicação, nas eleições nacionais de 2010, da Reforma do Código Eleitoral de 2009, que introduz a paridade na candidatura a cargos de eleição popular, exige a alternância por sexo, além de estipular a não inscrição daqueles partidos políticos, estatutos, listas eleitorais e para cargos em órgãos de direção e representação política, que não cumpram com estas disposições (Torres, 2010)⁹. Esta reforma entrou em vigor em uma administração anterior, pelo qual a conformação do poder legislativo não mantém relação alguma com Laura Chinchilla.

Nos cargos do Poder Executivo, onde a participação das mulheres tem sido minoritária, Laura Chinchilla nomeou o maior número de ministras da história da Costa Rica (42,8%, com nove cargos de um total de 21 ministérios; várias delas renunciaram posteriormente a seu cargo, diminuindo a proporção para 20% em outubro de 2012). Mesmo assim, chama a atenção que não tenha indicado nenhuma mulher para a vice presidência, quando as três administrações anteriores o haviam feito (incluindo sua própria indicação durante o governo de Arias, Zúñiga, 2013). Além do mais, o fato de ter substituído as mulheres que renunciaram a seus cargos de ministras por homens, indica que a paridade na realidade nunca foi um elemento importante para a conformação de seu gabinete.

O GOVERNO BACHELET (2006-2010) E SEU LEGADO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Verónica Michelle Bachelet Jeria foi, assim como a presidenta costarriqueña, a primeira mulher a assumir o cargo em seu país. Foi presidenta da República do Chile entre março de 2006 e março de 2010. Foi a primeira

9 Antes desta reforma, o código eleitoral havia estabelecido, em 1998, uma cota mínima de 40% de mulheres; no entanto, devido a não ter sido introduzida a paridade ou a alternância, os partidos políticos colocavam as mulheres em cargos não eletivos, ou seja, com pouca ou nenhuma possibilidade de serem eleitas.

presidenta pro tempore da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e, atualmente, é chefe da ONU Mulheres (UN Women, ou United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women). Sua vida política foi marcada pela ditadura militar e por seu pai, que foi oficial general da força aérea e membro do governo de unidade popular liderado por Salvador Allende. Após o golpe de estado de 1973, foi detido e morreu na prisão. Michelle Bachelet ingressou nas fileiras do partido socialista enquanto estudava medicina, motivo pelo qual decidiu partir para o exílio no início da ditadura. Retornou ao país em 1979 e se juntou a movimentos de oposição. No ano 2000, após uma carreira política discreta, foi nomeada Ministra da Saúde pelo presidente Ricardo Lagos Escobar. Dois anos depois, foi nomeada Ministra da Defesa, tornando-se a primeira mulher na América Latina a ocupar esse cargo. Foi eleita candidata presidencial para as eleições de 2005 pela Coligação de Partidos pela Democracia (Biblioteca do Ministério da Saúde, 2011).

Impacto simbólico

Michelle Bachelet ficou conhecida quando exerceu as funções de Ministra da Saúde e da Defesa. Isto, junto com sua campanha de governo e suas características pessoais não tradicionais (solteira, socialista, agnóstica, mãe de um filho e de duas filhas de diferentes pais) ganhou a simpatia das mulheres, que, pela primeira vez votaram majoritariamente pelo partido que ela representava (Burotto y Torres, 2010); mulheres que provavelmente sentiam-se excluídas e que não se encaixavam no estereótipo de mulher. Sua candidatura gerou oposição machista e grandes questionamentos pelo fato de ser mulher; “foi uma campanha de grande violência verbal e simbólica, como nunca antes visto no país, com duras críticas de homens, apoiadas inclusive por mulheres, como pode ser observado na imprensa da época” (Valdés, 2012, p.10). É interessante que durante a maior parte dos primeiros governos da Coligação, o apoio vinha principalmente dos homens, enquanto a candidatura de Michelle Bachelet se transformou numa quebra neste sentido, pois aumentou a aprovação das mulheres sobre a dos homens¹⁰. Ela havia gerado tal nível de expectativas nas mulheres que sua vitória foi rodeada de comemorações. No entanto, quando assumiu a presidência, começou a se instalar o sentimento de que não importava qual seria o resultado de seu governo, uma mulher havia

10 Michelle Bachelet ganhou as eleições em segundo turno eleitoral. No primeiro turno, obteve 45,95% dos votos (precisava ter 50% mais um voto). No segundo turno, venceu com 53,5%. Os analistas atribuem a diferença às mulheres (Valdés, 2012).

chegado ao poder e iria estabelecer uma consciência de gênero (Fernández e Rubilar, 2011).

Bachelet também conseguiu impactar de maneira positiva a opinião pública acerca das mulheres como líderes políticas. Diversas pesquisas mostram que, antes de seu governo, e inclusive no início do mesmo, um percentual menor (entre 48% e 54%) de pessoas estava em desacordo com a afirmação “os homens são melhores políticos que as mulheres” (Fernández e Rubilar, 2011). Isto quer dizer que este percentual considerava que os homens não são melhores políticos do que as mulheres. Os resultados da mesma pesquisa em 2009 registram um aumento para 62% de respostas em desacordo, do que se pode concluir que mais pessoas passaram a ter uma opinião favorável às mulheres em cargos de poder. Portanto, o impacto simbólico de Michelle Bachelet foi prolongado, no sentido de que não somente gerou expectativas durante sua campanha eleitoral e sua vitória, como conseguiu permear as opiniões da sociedade acerca da participação política das mulheres pelo menos durante o seu governo.

Finalmente, é importante ressaltar que algumas autoras identificam um impacto simbólico de seu governo em nível cultural, ao “feminizar” a sociedade e a política. Valdés (2012) ressalta por exemplo, que

Sua ação contribuiu para aumentar o grau de modernidade cultural e democratizou a sociedade em seu conjunto: a rejeição à discriminação e à violência contra as mulheres, o reconhecimento das capacidades das mulheres e de seus direitos no âmbito trabalhista, político e reprodutivo, a rejeição ao machismo e a extensão de experiências de responsabilidade compartilhada, etc. (p.10).

Impacto substantivo

Diversos autores concordam que Michelle Bachelet mostrou preocupação e interesse pela reivindicação das mulheres e o melhoramento de sua qualidade de vida desde o início de sua administração (Fernández e Rubilar, 2011; Burotto e Torres, 2010; Valdés, 2012).

Os programas de fortalecimento da agenda de gênero são tantos que é difícil resumi-los; então, seguem, os considerados como tendo maior impacto positivo para as mulheres. Os programas “Chile Cresce Contigo” e a “Reforma do Sistema de Proteção Social” geraram maiores oportunidades de emprego para as mulheres e a mitigação das desigualdades de gênero ao incorporar a Pensão Básica Solidária e um abono por filho nascido para cada mãe. O pro-

grama “Chile Solidário” priorizou os lares dirigidos por mulheres na seleção das famílias pobres, eliminou a discriminação nos seguros de saúde para mulheres em idade fértil, implementou a lei de igualdade salarial para homens e mulheres e o código de Boas Práticas no desempenho do emprego feminino (Fernández e Rubilar, 2011).

Michelle Bachelet também respondia favoravelmente às demandas de organizações sociais que exigiam os direitos das mulheres. Um exemplo foi a sua resposta às mobilizações exigindo a distribuição universal da “pílula do dia seguinte” após a negativa do Tribunal Constitucional. Em resposta, direitos reprodutivos foram consagrados em uma lei promulgada em 2010¹¹.

Durante o seu governo, o SERNAM (Serviço Nacional da Mulher) elaborou a “Agenda de Gênero 2006-2010” que buscava basicamente cumprir quatro objetivos: eliminar ou reduzir a discriminação contra as mulheres; eliminar ou reduzir as diferenças entre homens e mulheres, incluindo as que existem entre mulheres de diferentes etnias, setores populares, etários, sociais, etc.; ampliar os direitos e responsabilidades das mulheres no âmbito público e os dos homens no âmbito privado; e contribuir para o empoderamento das mulheres como sujeitos sociais e para o desenvolvimento de suas potencialidades em novos âmbitos. Esta agenda incluía orientações para a sua colocação em prática por parte dos organismos públicos. Ao final do período, o SERNAM elaborou o Terceiro Plano de Igualdade entre Mulheres e Homens 2010-2020, que “buscava aprofundar as políticas de igualdade, abordar âmbitos deficitários quanto aos direitos e à condição das mulheres, assim como os novos problemas que surgem em uma sociedade que se moderniza e globaliza” (Valdés, 2012, 0. 12).

Finalmente, outras medidas pontuais foram fortalecer o Conselho de Ministros para a Igualdade de Oportunidades e facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho através da criação de creches e jardins de infância.

Segundo Fernández e Rubilar (2010), o impacto substantivo do governo de Bachelet em matéria de gênero e direitos humanos ficou evidenciado pela VI Pesquisa Nacional de Corporação Humana, realizada em 2009, na qual entre outras coisas, foi perguntado às mulheres chilenas se teria havido avanço em matéria de direitos das mulheres durante seu governo, perante o que uma vasta maioria (80,3%) respondeu que nesse momento as mulheres tinham mais direitos que antes, 16% afirmaram que tinham os mesmos direitos e apenas 2,4% disseram que elas tinham menos direitos que antes.

11 Trata-se da Lei 20.418, que exige informar e orientar em matéria de regulação sobre fertilidade.

Impacto descriptivo

Michelle Bachelet havia anunciado em sua campanha que sua primeira medida como presidenta seria nomear um gabinete ministerial paritário, no qual as mulheres não ocupariam ministérios tradicionalmente “femininos” e cumpriu sua promessa. Também indicou mulheres para metade das subsecretarias. Em pouco tempo pediu que fosse formado um grupo de trabalho que estudasse e elaborasse uma proposta para o código eleitoral vigente com o objetivo de implementar uma lei de cotas, entre muitas outras reformas. No entanto, a coalizão de governo rejeitou esta proposta. Cabe destacar que os conteúdos e recomendações em matéria de igualdade de gênero do documento são muito amplos e orientadores. Apesar de que a tentativa não teve êxito, reconhece-se o significado simbólico de ter apresentado a reforma:

Independente da proposta não ter chegado a ser apresentada ao Congresso, esta foi a primeira vez que o Poder Executivo enviou um sinal no sentido de passar uma lei de cotas femininas – previa reforma do sistema eleitoral vigente – assumindo, também, as repetidas recomendações dos organismos internacionais com relação à situação de sub-representação das mulheres chilenas em cargos de indicação e de eleição popular (Fernández e Rubilar, 2011, p. 150).

Bachelet fez várias outras tentativas para implementar uma reforma eleitoral que considerasse um sistema de cotas para a paridade, mas nenhuma teve êxito. Ao fim de seu mandato, o projeto não chegou a ser discutido no Congresso e o Chile continuou sem um sistema de cotas (Araneda, 2012). Ao assumir a presidência, seu sucessor, Sebastián Piñera, montou um gabinete com apenas 6 ministras (de 20), o que representa um retrocesso e um freio no processo em direção a uma maior representação política feminina.

CONCLUSÕES

O breve percurso das mulheres pelo mundo da política e dos espaços públicos tem se mostrado complexo, difícil e injusto. Um dos objetivos do presente artigo é, precisamente, dar conhecimento destas complexidades e adversidades na América Latina e contribuir, desta maneira, para a sensibilização dos imaginários sociais sobre esta matéria.

Constantemente, questiona-se o impacto das mulheres em importantes cargos de poder político e faz-se a relação com o avanço dos direitos das mulheres e a participação política. Elas abriram o caminho para outras mulheres? Quais são suas contribuições? A análise do impacto dos governos neste sentido não é simples ou unidimensional. A chegada de Laura Chinchilla ao poder gerou grandes expectativas, todavia, o impacto substantivo e descritivo de sua administração foram mínimos em matéria de gênero. Isto somado à avaliação negativa de seu governo, poderia fechar a porta para outras mulheres porque “ficou demonstrado” que “a política não é coisa de mulher” na Costa Rica. Apesar de ser lógico e justo esperar, como mulher e portanto representante das mulheres, que ela se interessasse pelos direitos delas e os defendesse, também é certo que é vítima de uma sociedade que a põe à prova unicamente por seu sexo. A reflexão convida à elaboração de estudos mais profundos.

Michelle Bachelet conseguiu implementar uma ampla agenda de gênero e, com isso, até modificar de forma positiva o imaginário das pessoas sobre os governos nas mãos das mulheres. Portanto, o impacto simbólico de sua administração foi muito forte. Por outro lado, devido ao sistema “de consensos” ou binominal do Chile, não foi possível estabelecer um sistema de cotas no sistema eleitoral. Por consequência, a agenda de gênero prosperou enquanto ela esteve no governo, mas tem sido truncada pelo seu sucessor.

O acima exposto demonstra o papel central da institucionalidade na garantia dos direitos humanos e políticos das mulheres, pois a menos que existam instituições duráveis que promovam estes direitos, os avanços em matéria de gênero serão passageiros. A administração Bachelet constitui um exemplo claro do quanto é imprescindível atacar a discriminação contra as mulheres em todas as frentes, pois neste caso a vontade política não foi suficiente para promover a igualdade de gênero. Por isso, a sensibilização da sociedade em seu conjunto, dos partidos políticos, das instituições e dos homens – que se encontram ainda mais alienados e em sua maioria se mostram endurecidos mediante a discriminação das mulheres – constitui uma tarefa pendente e primordial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SECRETARIA PRESIDENCIAL PARA A IGUALDADE DA MULHER. *A participação política das mulheres na Colômbia: Avanços, desafios e análise sobre a presença e o acesso das mulheres aos espaços de decisão do país*. Em: Observatório para Assuntos de Gênero. Colômbia, 2011.
- ARANEDA, S. Participação política das mulheres no Chile 2011. *Revista de Direito Eleitoral*, Supremo Tribunal Eleitoral da Costa Rica, Nr. 13, p. 282-303, 2012.
- BAREIRO, L; LÓPEZ, O.; SOTO, C.; SOTO, L. *Sistemas eleitorais e representação feminina na América Latina*. Em: Série Mulher e Desenvolvimento. Santiago do Chile: CEPAL, 2004.
- BIBLIOTECA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Biografia de Laura Chinchilla Miranda*. Em homenagem ao dia internacional da mulher, 8 de março. Área de orientação ao usuário e gestão de serviços, 2012.
- BIBLIOTECA MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Biografia Dra. Michelle Bachelet Jeria*. Governo do Chile, 2011.
- BOU, Z. Violência e perseguição política: a função jurisdicional e a experiência da Costa Rica. *Revista de Direito Eleitoral*, Supremo Tribunal Eleitoral da Costa Rica, Nr. 13, p. 238-247, 2012.
- BUROTTO, A. e TORRES, C. *E votamos nela. Michelle Bachelet: visões feministas*. Santiago do Chile: Fundação Instituto da Mulher, 2010.
- CIDH. *O caminho para uma democracia substantiva: a participação política das mulheres nas Américas*. Série III. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2011.
- CIDH. *Caso Artavia Murillo e outros (“fecundação in vitro”) vs. Costa Rica. Sentença de 28 de novembro de 2012 (exceções preliminares, mérito, reparações e custas)*. São José: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2012.
- CONTROLADORIA DA REPÚBLICA DE COSTA RICA. *Informativo No. DFOE-SAF-IF-07-2012. Análise sobre o cumprimento de metas do Plano Nacional de Desenvolvimento 2011-2014, primeiro semestre 2012*. Área de Fiscalização do Sistema de Administração Financeira da República, 2012.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, 1948.
- FERNÁNDEZ, M.; OLIVA, D. Presidentas latino-americanas e igualdade de gênero: um caminho sinuoso. *Nova Sociedade*, No. 240, p. 119-133, 2012.
- FERNÁNDEZ, M. e RUBILAR, F. Em nome do gênero: o caso de Michelle Bachelet. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9, p. 135-156, 2011.
- FERNÁNDEZ, A. As mulheres na política latino-americana. Novas lideranças, velhos obstáculos. *Nova Sociedade* No. 218, p. 57-71, 2008.

- FLÓREZ-ESTRADA, M. A campanha de Laura Chinchilla e as mulheres: oportunismo ou compromisso com um novo pacto sexual? *Rev. Ciências Sociais Universidade da Costa Rica*, 130, p. 85-99, 2010.
- FRANCESCHET, S. *A representação política das mulheres em um país sem lei de cotas: o caso do Chile*. Em: *Mulheres e política na América Latina: sistemas eleitorais e cota de gênero*. 1 ed. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL PARA AS MULHERES. *Primeiro Estado dos direitos das mulheres na Costa Rica*. 1. ed. Coleção Estado dos Direitos das mulheres na Costa Rica, Nr. 1. São José: Instituto Nacional para as Mulheres, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL PARA AS MULHERES. *Balço do I Plano de Ação da Política Nacional para a Igualdade e a Equidade de Gênero*. São José: Secretaria Técnica da PIEG, INAMU, 2011.
- MURILLO, A. *Chinchilla joga a toalha com a fecundação in Vitro*. Artigo publicado no jornal *La Nación*, 16/06/2011.
- ROJAS, M. “Perseguição e violência política em razão do gênero”: afetam o trabalho político e a gestão pública das mulheres. *Revista de Direito Eleitoral*, Supremo Tribunal Eleitoral da Costa Rica, Nr. 13, p. 248-258, 2012.
- SAGOT, M. Demandas da exclusão: representatividade democrática e cotas de participação política na Costa Rica. *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 4, Nr. 130, p. 29-43, 2010.
- SOTO, J. *Após três anos de governo, Chinchilla diminui probabilidades eleitorais das mulheres*. Artigo publicado no jornal digital *crhoy.com*, 31.01.2013
- TORRES, I. Entrevista pessoal, 2013.¹²
- TORRES, I. *Costa Rica: movimento de mulheres e liderança*. Em: *Desafios da liderança das mulheres na América Central*. Managua: Centro de Direitos Constitucionais, 2011.
- TORRES, I. *O sistema eleitoral da Costa Rica na participação e representação política das mulheres*. Costa Rica: UN-INSTRAW y UNIFEM, 2010.
- UNIÃO INTERPARLAMENTAR (2012) Women in national parliaments. Women in politics (Mulheres em parlamentos nacionais. Mulheres na política). Extraído de <http://www.ipu.org/iss-e/women.htm>, 21 de janeiro de 2013.
- VALDÉS, T. *Democracia e participação política das mulheres. Notas de uma trajetória militante*. Chile: Observatório de Gênero e Equidade, 2012.

12 Socióloga, pós-graduada em Ciências Sociais e mestrado em Relaciones Internacionales y Cooperación. Especialista em derechos humanos de las mujeres e igualdad de género. Integrante del Centro de Estudios en Derechos y consultora independiente. Experiencia profesional en temas vinculados con derechos de las mujeres e igualdad de género; diseño, negociación, gerencia y evaluación de proyectos en la materia; formación; e investigación.

ZÚÑIGA, I. Entrevista pessoal, 2013.¹³

13 Licenciatura en Ciencias Políticas, Maestría en Sociología y Doctorado en Gobierno y Políticas Públicas. Experta en Género. Fue miembro de la Junta Directiva del INAMU (Instituto Nacional de las Mujeres) y Regidora Municipal. Jefa del Centro de Investigaciones Legislativas de la CEDIL, de la Asamblea Legislativa de Costa Rica. Directora de la Red Global de Información Jurídica-GLIN Costa Rica.

○ desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos¹

CRISTIANE SOARES

I. INTRODUÇÃO

O uso de indicadores sintéticos ou compostos nos relatórios sociais ganhou visibilidade quando as Nações Unidas, em 1990, passou divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH surgiu como uma medida alternativa para se medir o desenvolvimento dos países, dado que o crescimento da renda nacional *per capita* se mostrou limitado, a partir de um conceito de desenvolvimento mais amplo e baseado na idéia de *capabilities*² introduzida por Sen.

O IDH leva em consideração as dimensões de renda, educação e longevidade. Mais recentemente essas dimensões foram renomeadas para transmitir a ideia de que o desenvolvimento implica ter uma vida longa e saudável, ampliar o conhecimento e ter um padrão de vida decente. Atualmente os indicadores que compõem o IDH são: expectativa de vida ao nascer, anos médio de escolaridade, anos médio esperado de escolaridade e renda nacional *per capita*.

Apesar de ter incorporado mais duas dimensões além da renda, o IDH tem sido alvo de várias críticas. Fukuda-Parr (2003) ressalta, por exemplo, que

1 As informações do presente artigo são de responsabilidade da autora e não refletem a posição da instituição a qual pertence.

2 Para Sen (1999), o conceito de *capabilities* significa ter acesso aos recursos necessários para uma vida saudável, decente e não excludente na sociedade em que vivem.

a popularidade do IDH tem contribuído para consolidar uma visão limitada de desenvolvimento, que deixa de lado aspectos relacionados ao capital humano e às necessidades básicas. Vale ressaltar, no entanto, que as ideias de bem-estar social, desenvolvidas por Sen (1999), inspiradoras do IDH, levam em consideração as oportunidades, as liberdades e as necessidades fundamentais dos indivíduos.

Na discussão entre os ‘meios’ e ‘fins’ do desenvolvimento, Sen (1999) afirma que as liberdades dependem de outros determinantes além do crescimento do PIB *per capita*, da industrialização, do avanço tecnológico, embora seja um meio para a expansão das liberdades individuais. Entretanto, para ele, ver o desenvolvimento como expansão das liberdades significa também voltar a atenção para os fins que o tornam importante. Desta maneira, o desenvolvimento significa remover as principais fontes de privação das liberdades, tais como pobreza, carência de oportunidades, carência de serviços públicos, etc.

Neste sentido, Anand & Sen (1994) consideram que o desenvolvimento humano é um recurso que contribui para a geração da renda, mas esta não constitui uma medida direta do padrão de vida. Logo, é importante ter clareza na relação entre os meios e fins nas teorias de capital humano ou desenvolvimento dos recursos humanos, na qual o bem-estar é tratado como um meio para o crescimento econômico.

Além do debate acerca dos ‘meios’ e ‘fins’ do desenvolvimento, mais recentemente o conceito de desenvolvimento tem sido redesenhado para incorporar outras abordagens como a noção da iniquidade. A versão inicial do IDH não leva em consideração as desigualdades regionais, a distribuição de renda, que o desenvolvimento se constrói e é apropriado de forma desigual entre homens e mulheres e outros grupos populacionais, etc. A criação dos índices de gênero das Nações Unidas, em 1995, já dá indícios da necessidade de se repensar o desenvolvimento seguindo as ideias originais de Sen, de que a remoção das iniquidades (ou as fontes de privação das liberdades) é elemento constitutivo do processo de desenvolvimento.

Com relação aos índices de gênero disponíveis, a noção de equidade e de redução das brechas entre homens e mulheres se tornou um aspecto fundamental. E diferentemente do conceito de desenvolvimento humano ou de bem-estar social, em que as dimensões representativas desse conceito ainda são objeto de discussão, no caso dos índices de gênero parece que há certa clareza acerca das principais fontes de privação das liberdades individuais das mulheres, tais como a participação econômica e a tomada de decisão, o empou-

deramento político, o acesso à educação, o acesso aos recursos e aos direitos de propriedade, acesso à saúde e o combate à violência, etc³.

O presente artigo está organizado em cinco seções incluindo essa parte introdutória. Na segunda seção destacamos os principais índices sintéticos internacionais, as dimensões adotadas e a posição do Brasil em cada um deles. Na terceira, são analisados os indicadores de avanço social e empoderamento econômico das mulheres para o Brasil e Grandes Regiões, a partir dos índices IDSgen e IDG elaborados por Soares (2010). Os índices foram calculados com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos 2006, 2009 e 2011. Os resultados do IDSgen e do IDG desagregados por sexo e cor/raça são analisados na quarta seção. Por fim, a quinta seção traz os principais resultados do estudo.

2. O QUE DIZEM OS ÍNDICES DE GÊNERO INTERNACIONAIS

Existem vários índices internacionais que buscam medir o desenvolvimento das mulheres, a desigualdade de gênero ou a brecha entre homens e mulheres no âmbito social, político e econômico. Os mais conhecidos são os índices calculados pelas Nações Unidas e pelo Fórum Econômico Mundial. Em 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a divulgar junto com o índice de desenvolvimento humano o *Gender-related Development Index* (GDI) e o *Gender Empowerment Measure* (GEM). A partir de 2010, esses índices deixaram de ser divulgados no relatório de desenvolvimento humano, sendo introduzido um novo índice: o *Gender Inequality Index* (GII).

O GDI foi criado com as mesmas dimensões do IDH, mas com o objetivo de mensurar as diferenças no desenvolvimento entre homens e mulheres. Os indicadores nas dimensões de expectativa de vida, educação e renda foram desagregados por sexo e transformados índice através do cálculo do percentual do valor do sub-índice feminino em cada dimensão em relação ao valor obtido para os homens, gerando assim uma média simples entre essas razões. O GEM, por sua vez, busca captar o avanço das mulheres em aspectos onde elas são frequentemente excluídas, tais como a participação política e o empoderamento econômico. O índice é calculado por meio de três dimensões: renda, participação em cargos profissionais e gerenciais e participação política.

3 É importante destacar que a IV Conferência Internacional da ONU sobre as Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, foi fundamental para a identificação das principais fontes de privação das liberdades das mulheres.

Os índices GDI e o GEM têm sido criticados (e mal interpretados) enquanto medidas específicas de desigualdade de gênero⁴. Com efeito, em 2006, o PNUD realizou um workshop para identificar aspectos onde esses indicadores pudessem ser melhorados ou elaborar uma medida alternativa para mensurar a equidade de gênero como um elemento do desenvolvimento humano. A partir de 2010, o Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR) passou a divulgar o *Gender Inequality Index* (GII) e, como o próprio nome sugere, ele foi criado para ser uma medida de equidade de gênero.

O GII é calculado a partir de três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho. Ele é composto de cinco indicadores: mortalidade materna, taxa de fecundidade na adolescência, população com pelo menos educação secundária, distribuição dos assentos no parlamento⁵ entre homens e mulheres e taxa de participação no mercado de trabalho. A principal diferença metodológica desse índice em relação os anteriores, além da escolha dos indicadores, é a forma de cálculo. Nesse caso, são mensurados índices separados para homens e mulheres e cada um mostra a perda em potencial de desenvolvimento humano devido à desigualdade entre os sexos na obtenção dessas dimensões. Note que, no caso dos homens, a média geométrica entre os indicadores considera apenas as dimensões de empoderamento e participação no mercado de trabalho. Por fim, o índice de desigualdade de gênero é obtido a partir de uma média harmônica entre os índices masculino e feminino⁶.

Conforme mostra o quadro 1, o Brasil tem aumentado o índice de desenvolvimento relacionado ao gênero. A análise da posição do País no *ranking*, por sua vez, é dificultada dado que o número de países não é o mesmo nos relatórios. Uma das dificuldades do GEM era a obtenção dos dados, mas as informações para 1995 e 2009 já indicam um avanço do País em relação aos indicadores de empoderamento político e econômico. O novo índice de gênero, embora apresente um valor inferior aos índices anteriormente calculados, possui uma posição no *ranking* inferior ao GDI e um pouco superior à do GEM. Em 2011, a posição do Brasil no GII era 80ª, inferior a de países da América Latina como Chile (44a), Argentina (45a) e Uruguai (48a).

4 Acerca das críticas aos índices GDI e GEM ver Hirway, I. & Mahadevia, D. (1996); Dijkstra, A. G. & Hanmer, L. C. (2000); Klasen, S. (2006); Schuller, D. (2006) e Klasen, S. & Schuller, D. (2009).

5 No caso brasileiro podemos fazer a tradução para assentos na Câmara de Deputados.

6 Para um maior detalhamento da metodologia do GII ver: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_TechNotes.pdf

Outro índice bastante conhecido é o *Global Gender Gap Index* (GGI) divulgado pelo Fórum Econômico Mundial desde 2006. O GGI é calculado a partir de 14 indicadores divididos em quatro dimensões: participação econômica e oportunidade (5), educação (4), saúde (2) e empoderamento político (3). Por ser um índice que está mais preocupado com o *gap* (brecha) entre homens e mulheres no campo social, político e econômico, a metodologia consiste basicamente na transformação dos indicadores em razões e posterior atribuição de pesos de acordo com a maior variância ou desvio padrão⁷. Assim como os demais índices, o GGI assume valores entre 0 (desigualdade) e 1 (igualdade). Os dados da tabela 1 mostram que o País avançou em 2012 comparado com os valores da primeira divulgação, em 2006, embora se tenha verificado uma piora entre 2009-2011. O maior avanço foi verificado em 2012 quando o Brasil atingiu sua melhor posição (62a). Segundo o relatório, esse aumento do índice é resultado da melhora nas dimensões de educação e empoderamento político, como o percentual de mulheres em cargos ministeriais que passou de 7% para 27%. Vale ressaltar que apesar desse avanço significativo na dimensão de empoderamento político, cujo sub-índice passou de 0,05 em 2011 para 0,13 em 2012, esse ainda constitui o pior sub-índice para o caso brasileiro.

Estes dados do Fórum Econômico Mundial para o Brasil de certa forma ‘conversam’ com os resultados apresentados pelo Gender Equity Index (GEI) da rede formada por organizações não governamentais Social Watch, que ressalta o baixo nível alcançado pelo País na dimensão de empoderamento político, embora tenha uma mulher na presidência. O GEI é calculado a partir de três dimensões: educação, atividade econômica e empoderamento das mulheres. Os indicadores correspondem aos gaps (brechas entre homens e mulheres) na taxa de alfabetização, matrículas ou frequência escolar nos três níveis de ensino, renda, taxa de atividade, posições técnicas, cargos gerenciais e no governo, participação no parlamento (Câmara de Deputados) e em postos ministeriais. O índice é calculado a partir da média dos gaps obtidos em cada dimensão.

Em 2012, o País obteve um índice de 0,72, cujo melhor resultado foi alcançado na educação (0,98) e o pior referente ao empoderamento (0,43). Entre 2004 e 2008, o relatório aponta uma evolução de 16,1% no índice, abaixo apenas do Peru e Equador no contexto latino-americano.

7 Ver World Economic Fórum (2012) para maiores detalhes acerca da metodologia.

Quadro I

Ano do Relatório de Desenvolvimento Humano	Índices das Nações Unidas – Brasil							
	HDI	Rank	GDI	Rank	GEM	Rank	GII	Rank
2011	0,718	84	ND		ND	ND	0,449	80
2009	0,813	75	0,810	63	0,504	82	ND	ND
2005	0,792	63	0,786	52	ND	ND	ND	ND
2001	0,750	69	0,743	64	ND	ND	ND	ND
1995	0,804	63	0,709	53	0,358	58	ND	ND

Fonte: Fórum Econômico Mundial.

Tabela I. *Global Gender Gap Index – Brasil. 2006 a 2012*

Ano	GGI	Rank	Var. %
2006	0,6543	67	
2007	0,6637	74	1,44
2008	0,6737	73	1,51
2009	0,6695	81	-0,62
2010	0,6655	85	-0,60
2011	0,6679	82	0,36
2012	0,6909	62	3,44

Fonte: UNDP, Human Development Report 1995-2011.

Os índices *Social Institutions and Gender index* (SIGI), produzido pela OECD, e o *Women's Economic Opportunity* (WEOI), elaborado pelo Banco Mundial, embora não sejam tão conhecidos, consistem também em outras medidas globais do avanço das mulheres. O SIGI, diferentemente dos índices já mencionados, se concentra nas instituições sociais como fonte das desigualdades de gênero. O índice se baseia em cinco dimensões (conduta discriminatória da família, integridade física restrita, preferência por filhos do sexo masculino, recursos e direitos restritos e liberdades civis restritas) e 12 indicadores⁸. De acordo com o relatório de 2012, o Brasil ocupa a 8ª posição com um índice de 0,1085. Entre essas dimensões, a melhor posição do País se encontra nas dimensões de liberdades civis (16ª) e integridade física (17ª) e a pior dimensão corresponde ao acesso a recursos e direitos de propriedade (66a)⁹.

8 Ver OECD (2009) para detalhes acerca dos indicadores que compõem o SIGI.

9 Dado que no País não há evidências de preferência por filhos homens se poderia imaginar que esta seria a melhor dimensão; no entanto, foi utilizado como *proxy* a distribuição por sexo do trabalho infantil que, no caso brasileiro, afeta principalmente os meninos.

O índice WEOI busca mensurar o acesso às oportunidades econômicas pelas mulheres por meio de cinco dimensões: trabalho, acesso ao crédito, educação e formação, normas sociais e atitudes e ambiente econômico. O Brasil, no ranking global, ocupa, em 2010, a 38ª posição com um índice de 61,2, cuja melhor posição está na dimensão de trabalho (31ª) e a pior na de ambiente econômico (70ª). Vale ressaltar que, neste índice, o Brasil é o país melhor posicionado na comparação com os demais países da América Latina.

Os índices apresentados acima, embora apresentem diferentes indicadores e metodologias, tem um aspecto comum que é a comparação entre os países. Cada indicador tem objetivos distintos, isto é, medir o desenvolvimento, a equidade, a brecha entre os sexos, as normas sociais, o grau de oportunidades, etc o que dificulta a comparabilidade entre eles. Este aspecto fica claro ao evidenciar as diferentes posições que os países ocupam no ranking global em cada índice. No entanto, essas medidas sintéticas de certa forma se complementam ao abordar diferentes questões sobre as capabilities dos indivíduos e mostram que o desenvolvimento dos países perpassa também a busca pela equidade entre os grupos sociais. Por outro lado, essa diversidade de índices e metodologias dificulta a operacionalidade dos mesmos, enquanto ferramentas balizadoras e de orientação para as políticas públicas mais voltadas para a realidade do País. Com efeito, a próxima seção traz os resultados de dois índices nacionais construídos com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que apresenta a vantagem de facilitar o monitoramento a cada ano.

OS INDICADORES DE AVANÇO SOCIAL E EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES: O QUE PODEMOS AFIRMAR NO CASO BRASILEIRO?

Nos últimos anos o País tem tido alguns avanços sociais significativos, mas estes avanços não tem sido suficiente para superar um quadro histórico de desigualdades regionais, de cor ou raça e de gênero. Os dados do relatório Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro (BRASIL, 2013) apontam para um crescimento econômico acompanhado de uma melhora na distribuição de renda, principalmente entre os mais pobres. Nos últimos 10 anos houve um aumento da escolaridade e um crescimento progressivo da frequência escolar. No campo do trabalho houve uma expansão do emprego seguido de uma crescente formalização e proteção social. O relatório apontou ainda um maior acesso aos bens e serviços e um aumento da expectativa de vida do brasileiro e redução da mortalidade infantil, como exemplos de indicadores de avanço na área da saúde.

Soares (2010) calculou um índice de desenvolvimento social com uma perspectiva de gênero que leva em consideração as dimensões de saneamento, rendimento, escolaridade e condições de trabalho. A partir da adoção de um conceito de desenvolvimento, a autora defende que homens e mulheres devem garantir um mínimo acerca dessas dimensões que seria ter acesso aos serviços básicos de água, esgoto e coleta de lixo; um rendimento que não seja inferior ao salário mínimo estabelecido por lei; uma escolaridade igual ou superior a quatro anos para que não seja considerado analfabeto funcional e tenha a oportunidade de participar do mercado de trabalho e que a inserção não se dê de forma precária.

Os indicadores selecionados foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios¹⁰ e passaram por um processo de normalização para transformação em índice. Após o cálculo dos sub-índices, aplicou-se uma média aritmética para os mesmos, resultando num valor entre zero e 111. A classificação do índice de acordo com os níveis de desenvolvimento obedeceu ao seguinte critério apresentado no quadro 2:

Quadro 2

Escala	Valores
Muito Alto	0,900 – 1
Alto	0,800 – 0,899
Médio Alto	0,700 – 0,799
Médio Baixo	0,500 – 0,699
Baixo	0 – 0,499

A atualização do Índice de Desenvolvimento Social sensível ao gênero (IDSgen) mostrou que o País teve um avanço, entre 2006 e 2011, nos indicadores que compõem o índice; entretanto, as mulheres se encontram num patamar de desenvolvimento social relativamente inferior. O IDSgen das mulheres passou de 0,654 para 0,693, valor que representa um desenvolvimento médio baixo, diferentemente do índice observado para os homens que, já em 2006, apresentava um nível de desenvolvimento médio alto (Tabela 2). O resultado mais baixo para as mulheres foi em grande medida influenciado pela dimensão de rendimento, onde 49,6% das mulheres têm rendimento inferior a um salário mínimo. Nas Regiões Norte e Nordeste este percentual chega a 60%.

10 A escolha da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios se justifica também pelo fato de a mesma ser anual, permitindo assim um acompanhamento dos indicadores e do índice a cada ano.

11 Ver Soares (2010) para uma discussão mais detalhada da metodologia.

Tabela 2. *Evolução do índice de Desenvolvimento Social (IDS gen) – Brasil e Grandes Regiões. 2006, 2009 e 2011*

Grandes Regiões	2006		2009		2011	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	0,701	0,654	0,720	0,672	0,738	0,693
Norte	0,545	0,491	0,560	0,516	0,568	0,535
Nordeste	0,513	0,517	0,539	0,542	0,574	0,573
Sudeste	0,833	0,762	0,846	0,775	0,856	0,791
Sul	0,745	0,672	0,764	0,696	0,781	0,716
Centro-Oeste	0,687	0,624	0,710	0,637	0,741	0,677

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006, 2009 e 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 15 anos ou mais de idade.

Com relação à variação do IDSgen no período, podemos afirmar que o avanço social foi praticamente o mesmo tanto para homens quanto para as mulheres, mantendo as características de desigualdade. De acordo com a abordagem regional, o Nordeste apresentou a maior variação do índice. É nessa região, inclusive, que se tem verificado uma expansão e intensificação dos programas sociais e de transferência de renda. A região Norte apresentou o menor índice de desenvolvimento social para as mulheres, embora tenha passado de um nível de desenvolvimento baixo para médio baixo. Há uma discrepância expressiva dos índices entre as regiões. Em 2011, as mulheres da região Norte tinham um IDSgen de 0,535, enquanto na região Sudeste o valor era 0,791.

O menor nível de desenvolvimento para as mulheres nas regiões Norte e Nordeste é bastante influenciado pelos indicadores de saneamento e rendimento. Verificou-se que no Norte 90,7% das mulheres vivem em domicílios com pelo menos uma condição de saneamento inadequada. Já no Nordeste, o percentual de mulheres com rendimento inferior a um salário mínimo é de 60,8%. A região Nordeste também se destaca pelos piores indicadores apresentados nas dimensões de educação e trabalho. Temos que, em 2011, 28,3% das mulheres nessa região eram analfabetas funcionais e 25,5% estavam na condição de desocupada ou ocupada em trabalhos precários.

De acordo com a evolução dos quatro indicadores que compõem o IDSgen, os dados para o Brasil mostraram que, no caso das mulheres, a maior variação ocorreu na dimensão de trabalho (uma redução de 4,9 pontos percentuais na proporção de mulheres desocupadas ou em trabalhos precários). No Nordeste essa redução foi ainda maior (7,1 p.p.). Na abordagem regional,

vale ressaltar a redução de 9,2 pontos percentuais na região Norte relativo à proporção de mulheres em domicílios com pelo menos uma condição de saneamento inadequada (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3. *Indicadores do IDS gen – Brasil e Grandes Regiões. 2006*

Grandes Regiões	Proporção de pessoas em domicílios com alguma das condições de saneamento inadequada		Proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo		Proporção de pessoas desocupadas ou com trabalho precário	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	46,4	43,4	29,3	49,6	22,9	21,8	20,8	23,4
Norte	92,1	90,7	35,5	60,4	28,1	24,6	26,1	27,7
Nordeste	71,4	68,5	47,5	60,8	37,6	31,5	38,2	32,5
Sudeste	18,6	16,8	21,0	43,9	15,8	17,3	11,4	17,3
Sul	48,9	46,4	20,3	42,1	15,7	17,4	17,0	25,0
Centro-Oeste	66,7	62,7	23,5	48,9	20,9	19,1	14,0	19,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 15 anos ou mais de idade.

Tabela 4. *Indicadores do IDS gen – Brasil e Grandes Regiões. 2011*

Grandes Regiões	Proporção de pessoas em domicílios com alguma das condições de saneamento inadequada		Proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo		Proporção de pessoas desocupadas ou com trabalho precário	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	41,5	38,8	25,5	45,7	21,0	19,8	16,7	18,5
Norte	83,9	81,6	35,4	57,6	27,7	23,0	25,8	24,0
Nordeste	63,8	60,3	41,6	56,9	33,7	28,3	31,6	25,5
Sudeste	16,5	14,7	18,1	39,9	14,4	15,4	8,8	13,7
Sul	43,3	41,2	17,0	37,4	15,1	16,3	12,1	18,5
Centro-Oeste	56,9	54,1	18,1	42,7	19,0	17,4	9,6	15,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 15 anos ou mais de idade.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), cujo objetivo é avaliar a evolução do empoderamento econômico das mulheres, verificou-se que os homens apresentaram uma redução no IDG de 0,538 para 0,508. As mulheres tiveram um ligeiro aumento do índice no período ao pas-

sar de 0,430 para 0,447, cujo valor ainda representa um nível de desenvolvimento baixo. Com efeito, essa dinâmica contribuiu para a redução do gap entre homens e mulheres.

Em 2011, somente a região Centro-Oeste apresentava um IDG superior a 0,5 para as mulheres, onde se verificou, inclusive, a maior variação do índice. A redução da desigualdade de gênero no IDG ocorreu em todas as regiões, embora a redução mais acentuada do gap tenha ocorrido na região Sul (Tabela 5).

Tabela 5. *Evolução do Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) – Brasil e Grandes Regiões. 2006, 2009 e 2011*

Grandes Regiões	2006		2009		2011	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	0,538	0,430	0,519	0,439	0,508	0,447
Norte	0,421	0,343	0,430	0,443	0,416	0,377
Nordeste	0,383	0,332	0,400	0,419	0,378	0,346
Sudeste	0,616	0,482	0,589	0,551	0,571	0,493
Sul	0,599	0,447	0,602	0,540	0,555	0,465
Centro-Oeste	0,604	0,496	0,587	0,560	0,585	0,535

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006, 2009 e 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 25 anos ou mais de idade.

Assim como observado para o índice de desenvolvimento social, em 2011, a região Nordeste possui o menor nível de desenvolvimento referente ao empoderamento econômico das mulheres (0,346). O maior índice, por sua vez, está na região Centro-Oeste (0,535). Uma explicação para esse resultado é a influência das características do Distrito Federal que, dado o peso do setor público, há uma maior proporção de mulheres em cargos de chefia, com os maiores rendimentos e maior escolaridade.

Com relação à dinâmica dos indicadores do IDG, verificou-se que dos quatro indicadores que compõem o índice, três registraram uma queda entre 2006 e 2011. Houve uma redução da participação feminina no mercado de trabalho, com maior impacto na região Nordeste¹².

12 Dado o contexto de queda da taxa de desemprego nos últimos anos, esta redução da participação implicou num aumento da inatividade. É possível questionar ainda se essa redução da participação das mulheres no mercado de trabalho no Nordeste não está sendo influenciado pelos programas sociais, que tem privilegiado a concessão de benefícios às mulheres.

Outro resultado observado foi a redução da participação de mulheres em cargos de chefia 13 de 5,1% para 4,3%. A região Centro-Oeste apresenta um percentual ligeiramente superior em relação às demais regiões em virtude dos cargos do setor público, onde a desigualdade de gênero ainda se mantém, mas a oferta de cargos é maior e o acesso é diferenciado.

Tabela 6. Indicadores do IDG – Brasil e Grandes Regiões. 2006

Grandes Regiões	Taxa de atividade		Proporção de pessoas em cargos de direção		Proporção de pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	83,8	59,1	7,3	5,1	14,3	8,0	8,7	12,9
Norte	88,0	60,6	4,8	3,7	9,1	6,0	4,5	8,1
Nordeste	84,1	57,9	4,5	3,8	6,5	4,3	4,3	8,8
Sudeste	81,9	57,8	8,4	5,8	18,2	10,2	11,9	15,6
Sul	85,5	63,8	9,2	5,6	17,2	7,4	9,0	13,2
Centro-Oeste	86,3	59,8	9,3	6,1	17,1	11,2	9,1	15,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 25 anos ou mais de idade.

Tabela 7. Indicadores do IDG – Brasil e Grandes Regiões. 2011

Grandes Regiões	Taxa de atividade		Proporção de pessoas em cargos de direção		Proporção de pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	81,6	56,1	5,7	4,3	12,2	7,5	10,7	17,2
Norte	86,1	58,1	4,1	3,0	8,0	5,9	6,6	13,3
Nordeste	81,2	52,5	3,9	3,3	5,9	4,3	6,1	12,4
Sudeste	80,4	56,3	6,5	4,7	15,0	8,9	13,7	19,9
Sul	81,8	59,7	7,0	5,0	14,7	7,5	11,2	17,0
Centro-Oeste	85,2	59,5	6,4	5,2	16,6	11,5	12,7	20,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 25 anos ou mais de idade.

- 13 Para a classificação de pessoas em cargos de chefia foi considerado a CBO-domiciliar. Nesse grupo incluem os membros superiores e dirigentes do poder público, os dirigentes de empresas e organizações e os gerentes.

Com a queda da desigualdade e o aumento da classe média no País, isto é, o processo de distribuição de renda levou a uma redução do percentual de pessoas com os maiores rendimentos no mercado de trabalho. A queda no percentual de pessoas com rendimento de cinco salários mínimos ou mais foi mais acentuada para os homens, reduzindo assim a lacuna entre homens e mulheres quanto a esse aspecto.

O maior avanço do IDG foi com relação ao indicador de escolaridade. A proporção de mulheres com ensino superior supera a dos homens em quase 7 pontos percentuais, aumentando o gap que favorece as mulheres. Os resultados apresentados mostram que houve um ligeiro aumento do índice de empoderamento e uma redução da desigualdade de gênero; entretanto, essa melhora é resultado de dois aspectos: uma redução do índice para os homens e uma escolaridade mais elevada para as mulheres.

4. AS DESIGUALDADES RACIAIS NO CONTEXTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

A análise conjunta das desigualdades de gênero e de cor/raça mostrou que no campo social os homens brancos e as mulheres brancas têm um índice de desenvolvimento médio alto; diferentemente dos negros, cujo índice de desenvolvimento pode ser classificado como médio baixo. Entre 2006 e 2011, todos os grupos sociais segundo o sexo e cor/raça tiveram um avanço, principalmente os negros cujo índice social avançou de 0,627 para 0,682 no caso dos homens e de 0,585 para 0,639 entre as negras. Esse resultado permitiu uma ligeira redução da desigualdade entre negros e brancos. No entanto, o mesmo não se pode afirmar acerca da desigualdade de gênero. Essa praticamente se manteve nos últimos cinco anos. A distância (gap) do IDSGen entre homens e mulheres em 2011 era de 0,05 para os brancos e 0,04 para os negros (Tabela 8).

Com relação aos indicadores que compõem o IDSGen verificamos que os maiores avanços ocorreram no indicador de saneamento, principalmente entre os homens negros (uma redução de 7,9 pontos percentuais). Para as mulheres negras essa redução foi de 7,1 pontos percentuais; mas vale ressaltar que, em 2011, 47,5% das mulheres negras viviam em domicílios com alguma condição de saneamento inadequada (Tabela 9).

Tabela 8. *Evolução do IDSGen e do IDG segundo o sexo e cor/raça – Brasil. 2006, 2009 e 2011*

Índices	2006		2009		2011	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IDSGen						
Branços	0,775	0,715	0,788	0,730	0,799	0,747
Negros	0,627	0,585	0,655	0,610	0,682	0,639
IDG						
Branços	0,695	0,550	0,663	0,559	0,651	0,569
Negros	0,365	0,283	0,374	0,304	0,369	0,312

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006, 2009 e 2011. Elaboração própria.

Tabela 9. *Indicadores do IDSGen segundo o sexo e cor/raça – Brasil. 2006 e 2011*

Cor/raça	Proporção de pessoas em domicílios com alguma das condições de saneamento inadequada		Proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo		Proporção de pessoas desocupadas ou com trabalho precário	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2006								
Branços	35,8	33,6	22,6	43,4	16,3	16,6	15,5	20,1
Negros	57,4	54,6	36,1	56,6	29,7	27,6	26,2	27,1
2011								
Branços	32,6	30,3	20,1	39,8	15,1	15,4	12,4	15,7
Negros	49,5	47,5	30,5	51,6	26,4	24,2	20,6	21,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 e 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 15 anos ou mais de idade.

As mulheres negras também apresentaram um avanço significativo no indicador de trabalho. Houve uma redução de 5,9 pontos percentuais na proporção de pessoas desocupadas ou em condições de trabalho precárias. Em 2006, o percentual de negras nesta condição era de 27,1% e, em 2011, o percentual caiu para 21,2%. No entanto, é importante destacar que das quatro dimensões analisadas, o pior indicador observado é a condição de rendimento das mulheres negras. Em 2011, temos que 51,6% das mulheres negras não têm rendimento ou este é inferior a um salário mínimo.

A maior disparidade entre homens e mulheres no campo social é verificada para o indicador de rendimento. Em 2006, o gap era de 20,9 pontos

percentuais entre os brancos e de 20,5 p.p. entre os negros. Em 2011, este gap sofreu um ligeiro aumento na população negra (21,1 p.p.). O percentual de homens negros sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo era de 30,5%, percentual consideravelmente menor se comparado às mulheres (51,6%). As mulheres de cor branca têm um rendimento pior comparado inclusive com os homens negros; isto é, o percentual de mulheres brancas com baixos rendimentos era 39,8% (contra 30,5% entre homens negros).

Os resultados do Índice de Desenvolvimento de Gênero – IDG indicaram um avanço para as mulheres no que se refere ao empoderamento econômico. Entretanto, o valor do índice é significativamente inferior comparado com o índice de avanço social. As mulheres de cor branca apresentam um IDG de 0,569, o que corresponde um nível de desenvolvimento médio baixo. As mulheres negras, por sua vez, têm um índice baixo de 0,312. Em 2006, esses valores eram um pouco menor (0,550 e 0,283, respectivamente). Como observado, os avanços na área social foram mais expressivos que aqueles indicadores mais relacionados à desigualdade de gênero, como a participação no mercado de trabalho, o acesso a cargos de chefia, o acesso a uma renda mais elevada e o acesso à educação superior (Tabela 10).

Tabela 10. Indicadores do IDG segundo o sexo e cor/raça – Brasil. 2006 e 2011

Cor/raça	Taxa de atividade		Proporção de pessoas em cargos de direção		Proporção de pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2006								
Branco	82,8	58,5	10,6	7,2	21,3	11,8	13,5	18,5
Negro	84,9	59,7	3,8	2,6	6,7	3,4	3,4	6,1
2011								
Branco	80,5	55,9	8,3	6,2	18,0	11,0	16,1	23,4
Negro	82,8	56,4	3,2	2,3	6,5	3,7	5,4	10,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 e 2011. Elaboração própria.

Nota: Indicadores para a população de 25 anos ou mais de idade.

As mulheres negras apresentam um IDG menor que a metade do índice dos homens brancos, inferior inclusive ao IDG dos homens negros. O gap entre os índices das mulheres negras e brancas é de 0,257. No que se refere ao empo-

deramento econômico, a desigualdade de cor supera a desigualdade de gênero. Com relação a este último, verificou-se uma redução entre 2006 e 2011; entretanto, a desigualdade de gênero é maior na população de cor branca.

O avanço do IDG foi influenciado principalmente pelo indicador de educação superior que é maior para as mulheres. Em 2006, o percentual de mulheres ocupadas de cor branca com 15 anos ou mais de estudo era de 18,5 e passou para 23,4, em 2011. O percentual de homens com essa escolaridade em 2011 é inferior ao que as mulheres tinham em 2006 (16,1%).

A desigualdade de gênero entre brancos e negros teve um aumento entre 2006 e 2011 nos indicadores de participação no mercado de trabalho e de escolaridade. Com relação a este último, o aumento é resultado da maior escolaridade das mulheres. A combinação desse indicador de escolaridade com o de rendimento mostra que apesar das mulheres ocupadas serem mais escolarizadas, esse resultado não se configura nas características de rendimento. Em 2011, observou-se que 18% dos homens de cor branca tinham um rendimento do trabalho superior a cinco salários mínimos. Entre as mulheres brancas esse percentual era de 11% e entre as negras correspondia apenas a 3,7%.

A desigualdade no mercado de trabalho também se manifesta no que se refere à ocupação de cargos de chefia/ direção. As mulheres negras são as que menos ocupam esses cargos (2,3%). A desigualdade de cor entre as mulheres também é significativa, visto que o percentual de mulheres brancas em cargos de direção é quase três vezes o das negras.

Criada em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem como uma de suas competências, elaborar e implementar políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero. Desde quando foi implantado, em 2004, o Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) versa em seu primeiro capítulo a igualdade no mundo do trabalho. Entretanto, as ações voltadas para a igualdade no mundo no trabalho têm referências anteriores como, por exemplo, o Programa Brasil, Gênero e Raça que iniciou em 1997 pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Com essa perspectiva, em 2005, a SPM lançou o Plano Pró-equidade de Gênero e Raça. Na parte inicial do Programa, o processo de adesão atuou basicamente em empresas públicas (num total de 16 adesões). Já na quarta edição (2011/2012), com 95 organizações participantes (sendo 88 públicas), uma das bases do programa é a “superação da desigualdade de remuneração e de ocupação dos cargos gerenciais, onde a disparidade salarial e o acesso a cargos entre homens e mulheres, brancos (as) e negros (as) ainda é mui-

to grande”. Reconhecendo que os processos de sensibilização, capacitação e mudança cultural e organizacional levam tempo para se ter resultados mais efetivos; fica claro, no entanto, que apesar do crescimento significativo das adesões (mais que quintuplicou em seis anos), os indicadores de mercado de trabalho apontam que as desigualdades de gênero e raça permanecem ainda praticamente inalteradas e com um quadro de baixo desenvolvimento para as mulheres negras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos índices sintéticos de gênero internacionais e nacionais mostrou um avanço no processo de desenvolvimento brasileiro, seja no campo social quanto naquele relativo ao empoderamento político e econômico. Entretanto, apesar desses avanços, o País não tem sido capaz de superar as desigualdades. A melhora no IDSgen de certa forma reflete os avanços nos indicadores sociais de um modo geral, mas a introdução da perspectiva de gênero serviu para mostrar que o processo de desenvolvimento tem se dado de forma desigual entre homens e mulheres, brancos e negros e nas regiões do País.

A manutenção do gap de gênero no IDSgen, entre 2006 e 2011, é um resultado que contribui para o debate de que a adoção de políticas universais não necessariamente reduz as desigualdades, reforçando a defesa da existência de políticas afirmativas e/ou focalizadas. A introdução da abordagem de cor/raça no IDSgen foi importante porque mostrou que apesar da disparidade de gênero praticamente se manter, o gap entre brancos e negros no desenvolvimento social reduziu. No entanto, vale ressaltar que as mulheres negras apresentam o pior índice de desenvolvimento social.

No caso do IDG, cujo índice abrange aspectos onde, historicamente, as desigualdades de gênero são mais acentuadas, como a participação no mercado de trabalho, a ascensão às posições de chefia, o recebimento de maiores salários e o acesso à educação superior, o avanço no caso brasileiro ocorreu de forma mais modesta. Este pequeno avanço somente foi possível porque nos últimos anos as mulheres tiveram um aumento expressivo no nível de escolaridade, considerando que houve uma redução nos demais indicadores. Além disso, há um aspecto relevante nessa discussão de gênero que é o atraso e abandono escolar nos jovens do sexo masculino. A concepção da figura masculina como provedor ainda é muito forte na sociedade, fazendo com que muitos adolescentes e jovens abandonem a escola. Contudo, vale destacar a redução mais acentuada do gap de gênero no IDG.



Apesar de algumas limitações dos índices sintéticos, a análise dos índices de gênero mostrou que o desenvolvimento brasileiro tem se dado de forma desigual, sendo necessárias políticas públicas para um desenvolvimento inclusivo e mais igualitário entre as regiões do País e grupos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAND, S. & SEN, A. Human Development Index: Methodology and Measurement. Occasional Paper 12, Human Development Report Office, 1994.
- BRASIL. Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2013.
- DIJKSTRA, A. G. & HANMER, L. C. Measuring Socio-Economic Gender Inequality: Toward an Alternative to the UNDP Gender-Related Development Index. *Feminist Economics*, Volume 6, Number 2, p. 41 – 75, 2000.
- ECONOMIC INTELLIGENCE UNIT. Women's Economic Opportunity Index, 2010. http://graphics.eiu.com/upload/WEO_report_June_2010.pdf
- FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities. *Feminist Economics*, 9(2-3), p. 301-317, 2003.
- GAYE, A., et al. Measuring Key Disparities in Human Development: The Gender Inequality Index. Human Development Research Paper 2010/46. UNDP, New York, 2010.
- HIRWAY, I. & MAHADEVIA, D. Critique of Gender Development Index: Towards an Alternative. *Economic and Political Weekly*. Vol. 31, No. 43, p. WS87-WS96, 1996.
- KLASEN, S. UNDP's Gender-Related Measures: Some Conceptual Problems and Possible Solutions. *Journal of Human Development and Capabilities*, Vol 7 243-274, 2006.
- KLASEN, S., & SHULLER, D. Reforming the Gender-Related Development Index (GDI) and the Gender Empowerment Measure (GEM): Some Specific Proposals. Ibero America Institute for Econ. Research (IAI) Discussion Papers 186, 2009.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT CENTRE. Social Institutions and Gender Index (SIGI), 2009. <http://genderindex.org/methodology>
- PERMANYER, I. The Measurement of multidimensional gender inequality: continuing the debate. *Journal of Social Indicators Research*, Online ISSN 1573-02921. Springer, Netherlands, 2009.
- SCHULER, D. The Uses and Misuses of the Gender-related Development Index and Gender Empowerment Measures: A Review of the Literature. *Journal of Human Development*, Vol. 7, p. 161-181, 2006.
- SEN, A. Development as Freedom. New York: Anchor Books, 1999.
- SOARES, C. Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do desenvolvimento social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero*. Edição Especial. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

- SOCIAL WATCH. Gender Equity Index (GEI) 2012. Relatório online acessado em www.socialwatch.org
- SOCIAL WATCH. Gender Equity Index (GEI) 2008. Relatório online acessado em www.socialwatch.org
- UNDP. Human Development Report. New York, 1990. Relatório online acessado em <http://hdr.undp.org/en/repor> Gender Equity Index (GEI), 2012ts/
- _____. Human Development Report. New York, 1995. Relatório online acessado em <http://hdr.undp.org/en/reports/>
- _____. Human Development Report. New York, 2010. Relatório online acessado em <http://hdr.undp.org/en/reports/>
- _____. Human Development Report. New York, 2011. Relatório online acessado em <http://hdr.undp.org/en/reports/>
- World Economic Fórum. The Global Gender Gap Report 2012. Geneve, 2012. Relatório online acessado em <http://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2012>

Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras



LÚCIA AVELAR

APRESENTAÇÃO

Ao introduzirmos o debate sobre o atual estágio da representação política das mulheres na democracia brasileira, apresentaremos num breve relato o quadro teórico de referência sobre associativismo e representação, ou sobre as vias de conexão entre sociedade e Estado no Brasil contemporâneo, diversas daquelas com autorização eleitoral (Pitkin, 1967). Em seguida, discutiremos a representação das mulheres nas novas instâncias participativas abertas nos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar no país e que incrementaram a qualidade e a igualdade da representação de segmentos eleitoralmente sub-representados.

Desde meados da década de 1990, os pesquisadores apontavam como um verdadeiro paradoxo a reduzida presença das mulheres nos poderes Executivo e Legislativo diante das importantes conquistas logradas no campo da legislação e das políticas voltadas às mulheres (Htun, 2002). Pois, se não era pela representação eleitoralmente autorizada, quais seriam os canais pelos quais as demandas do associativismo feminino eram exitosas a ponto de aprovar leis e políticas a elas favoráveis? O argumento que progressivamente emergia era o de que a construção de outras formas de representação extraparlamentares, fundadas nas relações constitutivas entre a sociedade e o Estado, melhoraram a qualidade e a igualdade na representação da sociedade civil e das mulheres,

“facilitando a deliberação pública e criando oportunidades para os cidadãos e grupos participarem diretamente na governança” (Fung, 2003). Associativismo e pluralização da representação tornaram-se temas centrais de pesquisa diante das inovações institucionais ocorridas no passado recente no Brasil (Avritzer, 2002; 2011; Gurza Lavalle; Houtzager; Castello, 2006).

A hipótese era a de que os múltiplos mecanismos que operavam entre os grupos organizados e as estruturas do Estado estariam viabilizando o atendimento das demandas dos grupos eleitoralmente sub-representados. Por meio do associativismo e da participação em instâncias ofertadas pelo Estado, como por exemplo o Orçamento Participativo, os Conselhos e as conferências temáticas, em conexão com os movimentos, redes temáticas, ONGs, comissões e secretarias, estariam influenciando o conteúdo da agenda pública, legitimando temas não privilegiados pelos restritos canais advindos do voto (Mansbridge, 2003). Em suma, os interesses articulados nas organizações civis e sedimentados nas redes aglutinadoras desses interesses passaram a ser transmitidos aos governos em paralelo aos canais tradicionais de representação (Fung, 2003).

Alguns estudos levados a termo em países de tradição democrática já analisavam a influência crescente dos movimentos sobre a agenda pública, um fenômeno nomeado como ‘diferenciação democrática’, expressão cunhada para abarcar o mosaico de organizações coletivas com agendas próprias na tentativa de influenciar os governos (Pharr; Putnam, 2000; Wampler, 2011). Em artigo influente de 1997, David Plotke já instigava o debate afirmando que a representação deveria ser pensada além das urnas e abrangia um amplo arco de práticas democráticas. Urbinati e Warren (2008) afirmavam que o interesse crescente pelo tema da representação devia-se ao fato de que outras vias informais de representar eram evidentes. Eram representantes autoautorizados, verdadeiras coletividades representativas que procuravam influenciar os governos, os discursos públicos e a cultura, enfatizando os limites da representação pela via eleitoral (Kitschelt, 2000).

A experiência associativa brasileira na ditadura (1964-1985) e na redemocratização do país chamava a atenção dos observadores estrangeiros. Apesar da emergência de públicos participativos em países vizinhos, o caso brasileiro, especialmente com o Orçamento Participativo de Porto Alegre, transformou-se em vitrine de como a gestão pública pode ser democratizada com a participação de segmentos historicamente excluídos (Abers, 2001). A implantação dos Conselhos Gestores – de saúde, de economia, da criança e do adolescente, da educação, da cultura etc. –, prevista na Constituição de 1988, foi também um vetor do estímulo à participação e à gestão compartilhada.

Organizados autonomamente durante a ditadura, os movimentos de mulheres, ONGs e redes de *advocacy* tiveram importante atuação no período da Reforma Constitucional e, depois, se prolongaram nos novos espaços abertos pelos governos democráticos.

Nas palavras de Rangel (2012),

As mulheres tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes... por meio do novo patamar institucional de intermediação entre Estado e sociedade e de representação nas formas de participação... tornando mais claras as relações entre representação substantiva e descritiva das mulheres e o impacto dos movimentos feministas sobre as políticas.

ALGUNS RESULTADOS

Para se ter ideia do sucesso da representação das organizações de mulheres, o Cfemea, ONG feminista e braço legislativo da Articulação das Mulheres Brasileiras, uma das mais importantes do país, analisou as leis federais aprovadas desde 1888, quando ocorreu legalmente o fim da escravidão, e constatou que, no que tange aos direitos das mulheres, das 249 leis aprovadas, duzentas o foram após a Constituinte de 1988, um marco na mobilização das mulheres na política brasileira (Ogando, 2011, com base nos dados do Cfemea). Um marco, porque os movimentos de mulheres conseguiram que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas ao texto constitucional. A partir de 1990, as organizações feministas junto à Câmara Federal, assim como nas agências estatais, têm logrado avanços na legislação no campo dos direitos das mulheres, com exceção para a legalização do aborto, tema transversal às muitas instituições representadas na Câmara, com fortes opositores (Rangel, 2012). Mas, entre outros aspectos, a legislação avançou na criminalização da violência doméstica e do assédio sexual; no seguro-saúde para a reconstrução de mamas em caso de câncer; em licença-maternidade; em inovações no Código Civil quanto à igualdade de homens e mulheres no casamento; na eliminação do pátrio poder; no seguro-desemprego para trabalhadoras domésticas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); em leis que dispõem sobre a efetivação de ações que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres de colo uterino e de mama (2008) e na assistência jurídica para as mulheres em situação de prisão (2008). Em abril de 2013, foi aprovada a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que legisla sobre os direitos das

trabalhadoras domésticas, mais uma vitória após anos de mobilização da categoria profissional.

INSTÂNCIAS DE MEDIAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O ESTADO

Ao pesquisar as instâncias de mediação das organizações de mulheres e de redes feministas com o Estado às quais denominou de Instâncias de Mediação de Temas de Gênero (IMTG), Patrícia Rangel (2012) constatou a existência de agências de políticas para as mulheres, conselhos das mulheres, procuradorias das mulheres, bancadas nacionais, delegações, comissões de assessorias, agências administrativas e comissões parlamentares, enfim, um mosaico de organizações e redes com representação nas diferentes instâncias governamentais. Para a autora, as referidas instâncias em conjunto com as *femocratas* incrementaram a representação das mulheres nos governos, colocando na agenda das burocracias públicas as demandas feministas.

A autora ressalta a importância das três principais redes de articulação das plataformas feministas: a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a União Brasileira de Mulheres (UBM). São organizações formais e juridicamente estabelecidas em todo o território nacional. Para exemplificar, Patrícia Rangel aponta que a AMB tem em seu ápice o Comitê de Política Nacional, com 81 representantes dos agrupamentos estaduais, três secretarias executivas e coordenadoras executivas nacionais com oito regionais no país. Essa rede dialoga com as agências estatais e com a ONG CFemea – organização com mais de 20 anos de existência e braço legislativo da AMB – em ações de *advocacy* advindas dos movimentos de mulheres. No seu quadro encontram-se pesquisadoras, redatoras, jornalistas, assessoras, todas militantes feministas que trabalham junto aos deputados, em parceria com a bancada feminina no Congresso. Os trabalhos de mobilização, articulação e representação dessa ONG giram em torno de quatro temas: ‘Poder e Política’, ‘Enfrentamento à Violência de Gênero’, ‘Direitos Sexuais e Reprodutivos’ e ‘Trabalho e Proteção Social’. Por meio da *advocacy*, que é a ação coletiva, pública e política em defesa dos direitos das mulheres, a finalidade é democratizar a esfera pública e conquistar mais justiça e igualdade (Rodrigues, 2010). Diferentemente dos *lobbies*, cujas ações se dão de modo mais ou menos clandestino, para benefício de grupos particulares de interesses, as ações de *advocacy* dirigidas ao Estado, aos partidos políticos e organizações da sociedade civil têm como objetivo ampliar alianças e promover mudança nos valores tradicionais de gênero. A AMB também se

articula com outras ONGs, como o SOS Corpo (Recife) e o Cunchã Coletivo Feminista (Natal), ambos bastante influentes e que mobilizam organizações de mulheres de todo o país.

Do lado do Estado, as agências de política para as mulheres são, entre outras, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, fundado em 1985, ligado ao Ministério da Justiça, e a Secretaria de Direitos das Mulheres (Sedim), fundada em 2002, sob o governo Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula foram criadas a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Política de Promoção à Igualdade Racial (Seppir), ambas com *status* de Ministério. A Seppir mantém programas para as mulheres negras, trabalhando em parceria com a SPM, com lideranças feministas reconhecidas, com mecanismos de consulta, formulação e financiamento de projetos. O feminismo estatal em ambas instâncias do Executivo é inquestionável (Bohn, 2010).

ARTICULAÇÃO ENTRE PARES E COM O ESTADO

As redes feministas AMB, UMB e MMM articularam-se horizontal e verticalmente para a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), na instituição da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e da Seppir, na realização da I Conferência Nacional de Política para Mulheres, na elaboração do Plano Nacional de Política para Mulheres e na criação das cotas por sexo. O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres é o principal espaço institucional de participação da Articulação de Mulheres Brasileiras no governo federal, mas todas as outras redes também ali se representam. As redes feministas se articulam com outros atores, como a Seppir, o Conselho Nacional de Saúde, o da Juventude e o da Comunicação. No plano horizontal as redes mantêm como aliados organizações de *advocacy*, como o Social Watch Brasil, a Abong, o Inesc e a rede Feminista de Saúde, entre outros. Trata-se de uma interação vertical e horizontal impossível de ser descrita, mas que compartilha e fortalece as temáticas principais ou frentes com o fim de alcançar visibilidade na agenda pública.

As organizações civis no campo da saúde são das mais antigas. No Executivo federal encontram-se a Rede Nacional Feminista de Saúde do Ministério da Saúde e a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, com institucionalidades reconhecidas. Destacados ativistas tornaram-se quadros governamentais, mudando a orientação do Ministério da Saúde para políticas voltadas a coletividades mais amplas. Os programas para a saúde da mulher são parte dessa história de construção política

de um ponto de vista político institucional e sociológico, não porque seus atores são atores políticos tradicionais e nem porque são subordinados aos seus ditames, mas porque o Estado e as instituições políticas de um lado e os atores da sociedade civil e os cidadãos, de outro, tornaram-se mutuamente constitutivos. (Gurza Lavalle; Vera, 2011)

No Ministério do Desenvolvimento Agrário encontra-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), que desenvolve estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e acolhe a formulação de planos para as mulheres do campo, em parceria com a Secretaria Especial de Política para Mulheres e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) em suas seções municipais e estaduais. Promove feiras feministas de economia solidária juntamente à Rede de Produtoras Rurais. O projeto Formação e Articulação das Mulheres Rurais nos Territórios de Cidadania é mais uma de suas iniciativas. Ademais, o Aegre acolhe as demandas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), outra organização de destaque de trabalhadoras rurais.

O Ministério da Justiça além de acolher o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher trabalha em parceria com movimentos e redes feministas na formulação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. É também ali que se encontra o Departamento Nacional Penitenciário, assim como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e suas Secretarias estaduais. Já o Ministério de Desenvolvimento Social incorporou em seus quadros lideranças feministas que trabalham nos programas de combate à fome e no Bolsa Família e estabelecem cooperação com outros ministérios e agências estatais, na promoção de programas e políticas para as mulheres.

FEMINISMO DE ESTADO

A chave unificadora para entender a representação das mulheres além do âmbito parlamentar é o conceito de feminismo de Estado. Ele é definido como “as atividades de feministas e *femocratas* nos governos e administrações” ou como o feminismo institucionalizado em agências públicas, ou ainda como a capacidade do Estado em responder às demandas das agências feministas, ou simplesmente como a *advocacy* dos movimentos de mulheres no âmbito do Estado (Lovenduski, 2005). *Femocratas* são feministas que trabalham na burocracia do Estado, influenciando o processo político na formação da agenda pública com os temas de interesse das mulheres, incrementando o debate,

ênfatisando a sua importância para as mulheres e influenciando nas decisões da burocracia do Estado.

Na construção política do feminismo de Estado destaca-se o percurso histórico dos movimentos feministas ao feminismo acadêmico, e dele aos cargos públicos e estatais. Mesmo com as históricas tensões entre a militância feminista e a acadêmica, tratadas em alguns estudos (Teixeira, 2012), elas mantiveram laços de transversalidade e de cooperação mútua. Ou, em outras palavras, militantes e acadêmicas acabaram nutrindo-se mutuamente. Daí a afirmação de que uma questão latente de pesquisa é “qual o impacto do feminismo acadêmico no feminismo de Estado”. No estudo citado de Lovenduski para os países europeus a mesma questão foi tratada, concluindo-se que “a progressiva representação das mulheres em cargos de confiança na administração do Estado foi um projeto das *femocratas*”.

Teixeira (2012) entrevistou feministas que fizeram tal percurso e descreve o caminho: seguiram da militância contra a ditadura à militância feminista, de onde muitas mulheres se alçaram às universidades, fundaram ONGs, ocuparam cargos nos governos. A experiência política somada à reflexão acadêmica inaugurou um novo espaço de militância, a militância acadêmica, particularmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, em Letras e Literatura, na Saúde Pública e em Demografia.¹

No âmbito do feminismo de Estado, tomemos como exemplo o caso da ministra da Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros. Em entrevista à pesquisadora Sônia Alvarez (2012) ela relata a dinâmica de militantes de movimentos que passam à militância acadêmica e depois se alçam aos cargos de governo, sejam eles nos municípios, nos estados ou no executivo federal. Vinda do movimento negro, Luiza acompanhou a autonomização do movimento de mulheres negras até chegar a ministra. Seu tema é o do racismo institucional, e seu trabalho no Estado se volta para a implementação de medidas que o combatam. Ela aponta como exemplo de um projeto de política pública a inclusão no II Plano de Política para as Mulheres da meta de formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Segundo a ministra, é prática co-

1 A produção de conhecimento na área contou com o estímulo de instituições e agências de fomento, como foi o caso na década de 1980 da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, que lançaram editais para oito concursos sobre gênero. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) criou em 1980 o Grupo de Trabalho GT Mulher. A partir de então proliferaram os Núcleos de Pesquisa nas Universidades.

num nas escolas a avaliação preconceituosa do desempenho de estudantes negros, reforçando o preconceito ao longo de gerações. Outras metas são a redução do analfabetismo das mulheres negras e maior ingresso no ensino superior, o que veio a gerar a polêmica discussão de cotas para negros nas universidades.

Tendo vivenciado o processo participativo do movimento negro em suas distintas fases, a ministra Luiza Bairros acompanhou a organização política dessa população e a formação das múltiplas identidades, como a dos quilombolas, dos jovens, das lésbicas e das trabalhadoras domésticas. Para ela um dos maiores ganhos do movimento das mulheres negras foi terem assegurado espaço político no campo das organizações civis, sem o que seria impossível a visibilidade dos problemas das questões específicas que as afetam. No fórum da Articulação das Mulheres Brasileiras, o feminismo negro hoje goza de uma situação legitimada, com menores tensões diante de outros grupos do feminismo, no Estado mas, também, na sociedade civil: “Sou ministra, mas nunca saí do movimento negro. Você não sai disso!”, diz Luiza Bairros, sintetizando o postulado da mútua determinação pela consonância entre os padrões de institucionalização de interesses e conflitos no Estado e os padrões de mobilização e organização societal (Gurza Lavalle, 2011).

ESPAÇOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS AGÊNCIAS ESTATAIS E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES

As dinâmicas da ligação entre a sociedade e o Estado, apontadas anteriormente, somam-se outras experiências de representação e controle da sociedade civil em geral e, em particular, dos grupos organizados de mulheres. Entre elas incluem-se as Conferências Nacionais de Mulheres, os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo, três espaços de inovação institucional e de representação voltados à gestão compartilhada na definição de políticas e acompanhamento da implementação. Tais instâncias também se articulam com os movimentos, associações e ONGs locais, particularmente nos casos em que as mulheres recebem formação para se tornarem representantes nessas áreas participativas. São inúmeras as experiências em que as secretarias municipais de mulheres e ONGs feministas formam as mulheres para serem delegadas e conselheiras nas Conferências Estaduais e Nacionais, nos Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo.

A seguir, uma breve análise de tais experiências.

As Conferências Públicas Nacionais tornaram-se espaços de ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no país (Avritzer, 2012; Petinelli, 2011). Elas são promovidas pelas agências estatais e organizadas tematicamente, envolvendo governo e sociedade civil (Moroni, 2005; Pogrebinski; Santos, 2011). São precedidas por etapas municipais e/ou estaduais e regionais. Desde sua criação (1940) até 2010, foram realizadas 111 conferências nacionais, das quais 99 ocorreram após 1988, 72 delas entre 2003 e 2010, durante os dois governos Lula (Petinelli, 2011). Foram iniciativas dos Ministérios e Secretarias da Presidência. A Secretaria Especial de Direitos Humanos promoveu 24 conferências sobre seis temas, e o Ministério da Saúde organizou nove conferências em torno de nove temas. Estudando os públicos participativos das Conferências, Petinelli e Avritzer concordam em que é a saúde, antiga área de participação dos atores da sociedade civil, a que apresenta maior intensidade de envolvimento. Com forte mobilização nas últimas três décadas, seu impacto sobre as políticas públicas foi positivo, pois se incrementaram os vínculos institucionais e não institucionais das novas formas de representação (Avritzer, 2012).

Em 2004 realizou-se a I Conferência de Política para as Mulheres, que procurou estabelecer as diretrizes para o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNM I). A segunda conferência ocorreu em 2009. Ambas foram precedidas por conferências municipais e regionais, em torno de 2 mil encontros municipais e 26 estaduais. Foram envolvidas cerca de 240 mil pessoas nos 2 anos de encontro, com 50% de atores estatais e 50% de movimentos e entidades civis. As conferências de promoção de igualdade racial contaram com a participação de 140 mil pessoas de associações e movimentos de mulheres e do movimento negro. Ambas debateram temas de natureza social para a melhoria das condições das mulheres e dos negros. A inserção das propostas definidas por meio da deliberação pública foi medida, conforme se verifica na pesquisa apontada (Petinelli, 2011), e influenciou a formação da agenda de políticas públicas, pois quase a metade das propostas aprovadas foi inserida na agenda do governo federal.

É significativa a articulação que antecede as conferências nacionais no âmbito dos municípios – são as Conferências Municipais de Mulheres. Elas são convocadas pelos Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres, ou Coordenadorias, ou Secretarias, em parceria com as secretarias estaduais das mulheres, mobilizando gestores, associações e entidades da sociedade civil

organizada, para discutir temas como a autonomia econômica e a participação das mulheres nos espaços de poder, sobre educação e saúde, segurança etc. O mapa da distribuição das conferências municipais é uma tarefa ainda a ser realizada, mas basta uma busca nos *sites* dos municípios brasileiros, sobretudo os de maior porte, para mensurar sua ocorrência.

Tomamos, a título de exemplo, a Coordenadoria Estadual da Mulher do estado de Santa Catarina ao convocar a realização das Conferências Municipais de Políticas Públicas (www.cem.sc.gov.br).

A Coordenadoria Estadual definiu os eixos temáticos, de modo a orientar o trabalho em cada município. Formulou as orientações gerais para a participação, tais como o número de representantes da sociedade civil e dos governos, e definiu, para a conferência estadual, o número de delegadas municipais conforme a densidade demográfica de cada município.

Assim também ocorreu no estado de Minas Gerais (www.conselhos.mg.gov.br). O Conselho Estadual da Mulher elaborou o regimento interno da III Conferência Estadual para Mulheres, com a participação de 17 integrantes para definir a estrutura e composição da Comissão Organizadora. Representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), da Associação de Lésbicas de Minas (Alem), da Associação Mulheres Brasileiras (AMB), do Núcleo de Estudos Política para as Mulheres (Nepem-UFMG), da Rede Feminista de Saúde (RFS), da União Brasileira de Mulheres (UMB) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), entre outras.

OS CONSELHOS

Os Conselhos Gestores locais são outra forma de participação institucional definida a partir do marco legal. São amparados por legislação nacional e têm como características a formulação, o acompanhamento e a fiscalização das políticas nas três esferas governamentais – municipal, estadual e nacional (Lüchmann, 2012).

As áreas dos Conselhos são aquelas das políticas governamentais, como as de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, planejamento urbano e transporte. Eles são constituídos com representantes do Estado e de organizações civis, que dividem a definição da agenda e da dinâmica da deliberação.

Os Conselhos Gestores vistos sob o crivo da representação têm merecido a atenção de analistas que procuram saber em que medida tais espaços estão efetivamente ampliando o acesso político de grupos sub-representados, pelo

fato de que seus interesses nunca entram na agenda dos representantes eleitoralmente autorizados, cuja representação é definida territorialmente, não contemplando as dimensões de gênero, classe e etnia (Cohen; Rogers, 1995; Urbinati; Warren, 2008; Lüchmann, 2011).

Para apresentar brevemente a participação das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas tomamos da literatura alguns exemplos que nos permitem avaliar se nessa instância a sub-representação feminina é a mesma dos governos e parlamentos, ou se nela as mulheres encontram melhores oportunidades de apresentar seu universo de interesses. De saída os estudos de Bonino e Bruera (2005) concluem que as mulheres compõem a maioria dos participantes, mas são os homens que se encontram nos espaços de poder e decisão (Ribeiro, 2011). Uriella Ribeiro propôs-se a discutir a dinâmica participativa dos Conselhos Municipais de Saúde sob a perspectiva de gênero, perguntando se ali as mulheres encontrariam oportunidade de maior representação e se os Conselhos respondem às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Ela analisou 13 Conselhos, pesquisando documentos e atas produzidos entre 2003 e 2007. Um dos focos de análise consistiu em registrar o número de mulheres participantes e confrontá-lo com a frequência em que elas se manifestavam verbalmente ao longo das reuniões. As mulheres falantes eram, no geral, as representantes dos governos, as doutoras, que acumulam o cargo de profissionais da saúde e de representação estatal. Nos espaços de decisão e poder dos Conselhos os homens ocupavam a maioria, particularmente aqueles que representavam o governo.

Nenhum dos 49 Conselhos Gestores locais de saúde analisados privilegia o tema da saúde da mulher, embora no plano nacional, em virtude da pressão dos movimentos de mulheres, venham se multiplicando secretarias e comitês bem-sucedidos na elaboração de planos e políticas de saúde para as mulheres. Ainda é preciso avançar muito na pesquisa empírica para se avaliar tal processo de representação nos Conselhos, mas os primeiros sinais indicam que a atuação das mulheres é limitada e que sua representação segue as clivagens da representação pelo voto.

Mas há áreas de maior envolvimento das mulheres, as áreas sociais. A pesquisa de Lüchmann e Almeida (2010) avaliou a presença das mulheres nos Conselhos Gestores de dois municípios do estado de Santa Catarina – Chapecó e Itajaí –, concluindo sobre o predomínio da “conselheira mulher, com faixa de 40 anos, alta escolaridade, casada, católica e branca”. A predominância delas foi constatada nos Conselhos de Assistência Social (80%) e nos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente (78,6%), tendo sido menor

nos Conselhos de Saúde (43,7%). Ao concluírem sobre a maior presença das mulheres nas áreas sociais, as autoras sugerem haver

relação entre gênero e tipo de política – na medida em que determinadas áreas de políticas públicas, as de corte social, mobilizam as mulheres para o exercício da participação e representação em detrimento de outras, que ainda parecem ser consideradas campo de domínio e competência masculina.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A experiência do Orçamento Participativo (OP) teve início na década de 1970, no município de Lages, estado de Santa Catarina. Mas foi na década de 1990, com a eleição de governos municipais do Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre (RS), que se firmou como uma instância de inovação democrática e de estímulo à participação dos segmentos menos privilegiados. Wampler (2003) define o OP como: a) uma força inicial de transformação social; b) uma instituição democrática; c) uma instituição de elaboração de políticas públicas, e, finalmente, d) uma escola de formação política.

Tal propriedade, ressaltada por estudos recentes (Lüchmann, 2012), confirma análises anteriores (Reis, 2000), observando que os principais instrumentos de conhecimento da política democrática são a educação formal, por meio da qual o indivíduo adquire condições de distanciar-se e analisar os acontecimentos políticos, e o envolvimento em atividades associativas, quando, pela discussão dos problemas em grupo, toma conhecimento de como funciona a política democrática.

No caso das mulheres, ao participar nas reuniões do OP, assim como em outras instâncias participativas, elas conseguem romper com o isolamento da vida doméstica, criam identidade pessoal e grupal e fortalecem sua autoestima, chegando até a alterar as relações de poder internamente à família. Nos depoimentos de mulheres que se envolvem em grupos políticos, são inúmeros os relatos dessa mudança (Della Porta; Diani, 1999; Unifem, 2010).

Tomemos como exemplo o trabalho da Coordenadoria da Mulher na prefeitura de Recife: quando as mulheres começam a participar, apresentam baixo nível de informação sobre o que é o OP e sua metodologia. No geral são mulheres de baixa renda e sem o trato com a vocalização na dinâmica dos debates. Diante de tal realidade, comum a outras localidades, ONGs feministas organizam cursos de formação política tanto para inserção dessas mulheres

nas atividades do OP – no papel de delegadas, por exemplo – como para sua participação em Conselhos e Conferências Municipais. No caso de mulheres negras, cuja participação ainda é mais baixa, os cursos também se voltam para qualificá-las como conselheiras e, assim, tomarem parte nas deliberações nas referidas instâncias (Ribeiro, 2002).

Para reforçar esse argumento, tomamos como referência o estudo de Uriella Ribeiro para o Orçamento Participativo de Belo Horizonte, no qual ela descreve como se dá a participação/representação das mulheres nessa instância de iniciativa da ação pública: embora sua presença seja expressiva, as mulheres mantêm-se mais caladas. O mesmo se observou em trabalho realizado em Porto Alegre nas experiências do OP de 1991 a 2005. Nas assembleias regionais e temáticas (2005), entre 7.572 participantes, 57,1% são mulheres e 42,7% são homens. No geral elas se concentram nas assembleias temáticas de “Organização de Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, “Saúde e Assistência Social” e “Educação, Esporte e Lazer”. Os homens são maioria nas de “Desenvolvimento Econômico e Tributação”, “Circulação e Transporte” e “Cultura”. Ou seja, há uma divisão de trabalho conforme o gênero, ficando as mulheres com os temas de menor prestígio na política. Além disso, se a presença delas é maior nas reuniões de base, diminui à medida que se avança nas instâncias de decisão. Dos 87 conselheiros eleitos, 60% são homens.

De todo modo vale a pena lembrar o argumento de Ribeiro e Borba (2012), de que a participação no OP por segmentos de baixa renda contraria o modelo de centralidade da participação política, o qual propõe que a participação do indivíduo é maior na medida em que é mais central sua posição na estrutura social. Lüchmann (2012) complementa esse argumento afirmando que a inserção nas atividades do OP neutraliza, ao menos em parte, as assimetrias cognitivas e culturais dos segmentos desprivilegiados. Nesse sentido, torna-se uma escola de formação política que pode reverter o citado modelo da centralidade da representação por indivíduos de *status* mais alto.

CONCLUSÃO

A principal conclusão do presente debate é que o sucesso dos movimentos feministas vem de sua relação com o Executivo e não do Legislativo. O Brasil é um dos países com menores índices de mulheres eleitas no continente, mas a sub-representação feminina pela via eleitoral veio compensada pela ação ativa dos movimentos e redes junto às agências do Estado, como os Conselhos

e as secretarias, e também nos espaços definidos pelo marco legal, como o Orçamento Participativo, as Conferências nacionais, estaduais e municipais e os Conselhos Gestores. Tal conclusão, obtida com base em alguns poucos estudos empíricos, terá de ser reafirmada em trabalhos futuros. Mas é inquestionável a singularidade do caso das mulheres brasileiras que saíram dos movimentos e construíram novos espaços participativos-representativos por meio do ativismo profissionalizado em ONGs, em parceria com o feminismo acadêmico, e que, em última instância, projetaram no feminismo de Estado a possibilidade real de definição e implementação de políticas voltadas às mulheres.

Ao lado disso, as ações de *advocacy* dos movimentos e ONGs nos legislativos vêm logrando ganhos progressivos, como vemos na aprovação de leis favoráveis à expansão da cidadania das mulheres.

Lúcia Avelar · Doutora em Ciência Política com pós-doutorado em Yale University/EUA. Foi bolsista Fernand Braudel no European University Institute (Itália). Pesquisadora Associada do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. Feminismos e antirracismos: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.3, set.-dez. 2012.
- AVRITZER, L. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2012. (Texto para discussão, 1739).
- _____. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*, São Paulo, n.50, p.25-46, 2002.
- _____. (Org.) *A dinâmica da participação em São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Ipea; São Paulo: Cortez, 2011.
- BONINO, M.; BRUERA, S. Las mujeres en los presupuestos participativos: reflexiones en torno a las experiencias de Montevideo, Porto Alegre y Recife. Montevideo: Repem, 2005.
- BOHN, Simone. Feminismo estatal sob a Presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, p.81-106, jul.-dez. 2010.
- COHEN, J.; ROGERS, J. *Association and democracy*. London: Verso, 1995.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an Introduction*. Oxford (UK); Malden (MA): Blackwell, 1999.
- FUNG, A. Associations and Democracy: between Theories, Hopes and Realities. *Annual Review of Sociology*, v.29, p.515-539, 2003.
- GURZA LAVALLE, A. O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo. *Textos para discussão Cepal*, v.28, p.7-40, 2011.
- _____.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios de legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, n.60, fev. 2006.
- _____.; ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: ISUNZA VERA, E.; GURZA LAVALLE, A. (Org.) *La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. México: Centro de Investigaciones y Estudios superiores en Antropología social, Universidad Veracruzana, 2010.
- _____.; ISUNZA VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. *Lua Nova*, São Paulo, v.84, p.95-139, 2011.
- HTUN, M. Puzzles of Women's rights in Brazil. *Social Research*, v.69, n.3, p.733-751, Fall 2002.
- KITSCHOLT, H. Linkage between citizens and politicians in democratic polities. *Comparative Politics Studies*, v.34, n.3, 2000.
- LOVENDUSKI, J. *State feminism and political representation*. New York. Cambridge University Press, 2005.

- LÜCHMANN, L. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova*, São Paulo, v.84, p.353-364, 2011.
- _____. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. *Educação e Sociedade*, Campinas (SP), v.33, n.119, abr.-jun. 2012.
- _____.; ALMEIDA, C. A representação política das mulheres nos Conselhos de Gestores de Políticas Públicas. *Katálysis*, v.13, n.1, jun. 2010.
- MANSBRIDGE, J. Rethinking representation. *American Political Science Review*, n.97, p.515-528, 2003.
- MORONI, J. A. *Controle social e Conselhos de Direitos no Brasil*. 2005. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/control.htm.
- OGANDO, A. C. *Women's issues in deputies chamber*. 2011. Disponível em: www.psa.ac.uk/journals/pdf/5/2011/1273.
- PERUZZOTTI, H.; SELEE, A. Participatory innovation and representative democracy in Latin America. In: SELEE, A.; PERUZZOTTI, H. (Ed.) *Participatory innovation and representation in Latin America*. Washington (DC): Woodrow Wilson Center Press, 2009.
- PETINELLI, V. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*, Campinas (SP), v.17, n.1, p.228-250, 2011.
- PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (Ed.) *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.259-305, 2011.
- RANGEL, P. Demandas feministas e políticas de gênero. In: CONGRESSO ALACIP, Buenos Aires, jul. 2010. (Mimeogr.).
- _____. *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- REIS, F. W. *Mercado e utopia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Orçamento Participativo e cultura política: explorando as relações entre inovações institucionais, valores e atitudes políticas. *Revista Política & Sociedade*, v.11, n.21, 2012.
- RIBEIRO, U. As mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2002. *Anais...* NPMS. ISNN 1982-4602.
- _____. Saúde é assunto para as mulheres: um estudo sobre a dinâmica participativa de Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, L. (Org.) *A dinâ-*

- mica da participação local no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Ipea; São Paulo: Cortez, 2011.
- RODRIGUES, A. Advocacy: uma ação política de novo tipo. 2010. Disponível em: www.cfemea.org.br.
- TEIXEIRA, S. A. *Matrizes e matizes das estratégias de inserção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos engendrados por feministas acadêmicas*. Disponível em: [www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6304/1/Tese Final.pdf](http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6304/1/Tese%20Final.pdf).
- UNIFEM. O progresso das mulheres no Brasil. 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia; ONU Mulheres, out. 2010.
- URBINATI, N.; WARREN, M. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, v.11, p.387-412, 2008.
- WAMPLER, B. Transformando o Estado e a sociedade civil por meio da expansão das comunidades-política, associativa e de políticas públicas. In: AVRITZER, L. (Org.) *A dinâmica da participação local no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Ipea; São Paulo: Cortez, 2011.

O conceito de Trabalho Decente da OIT e a percepção das mulheres brasileiras

MARIANA GIORGION

A Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)¹, com o patrocínio da Petrobras, realizou entre 2011 e 2012 levantamento sobre a percepção das mulheres brasileiras, através de entidade nacional de representação, a respeito da inserção da mulher no universo do trabalho, cotejada com indicadores econômicos e estatísticos divulgados pelos órgãos públicos e de classe, com o objetivo de situar o modelo de intervenção da FDIM, bem como o posicionamento das lideranças na luta pelo que a Organização Internacional do Trabalho convencionou chamar de “Trabalho Decente” e levantar quais iniciativas têm sido tomadas, no âmbito das políticas públicas, para garantir o enquadre cada vez maior do trabalho feminino dentro desta categorização.

Essa pesquisa foi realizada ainda em mais 11 países além do Brasil, sendo eles Angola, Argentina, Cabo Verde, China, Estados Unidos, Grécia, Líbano, México, Portugal, Venezuela e Vietnã, não sendo do escopo desse artigo apresentar resultados tão generalizados, mas focar sua atenção nos resultados obtidos no Brasil.

O interesse da FDIM pela realização desse trabalho surgiu a partir das discussões realizadas durante o XIV Congresso (Caracas, Venezuela, abril de 2007), que teve como tema central de debate a “Mulher e o Trabalho”, susci-

1 A mulher e o trabalho: percepção, participação e perspectivas das lideranças femininas. Federação Democrática Internacional de Mulheres. São Paulo: FDIM, 2012.

tando a demanda de aprofundamento do conhecimento sobre a percepção das lideranças femininas a respeito de seu próprio espaço de atuação. Em outras palavras, nossa intenção foi de contribuir para o conhecimento do Estado da Arte sobre a esfera de atuação das lideranças e a realidade laboral das mulheres na sociedade em que vivem, em especial na sociedade brasileira.

O estudo abrangeu a participação feminina no mercado formal e no informal, manuseando de forma geral e transversal indicadores como faixa etária, escolaridade, renda, configuração familiar e social das mulheres, a partir de sua própria compreensão deste cenário. Subsidiariamente, utilizou-se, também, literatura elaborada por órgãos de governos, organizações multilaterais, sindicatos, centros acadêmicos e institutos de pesquisa, com o objetivo de trocar visões comparativas à discussão sobre a inserção das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. Deste modo, o estudo contém uma abordagem qualitativa sobre como as lideranças femininas percebem e avaliam essa inserção no mundo do trabalho, material recolhido por meio de questionário padronizado, elaborado por especialistas nas áreas de História, Sociologia e Psicologia.

O público a que foi dirigido o questionário foi constituído de lideranças femininas, presidentes e diretoras de entidades nacionais filiadas. Além desse grupo, o questionário – traduzido para o inglês, francês e espanhol – ficou disponível no site da FDIM e por meio desta estratégia pode ser acessado por outras lideranças femininas de mais 80 países.

As entidades femininas nacionais filiadas à FDIM comportam em suas diretorias mulheres atuantes nos mais diferentes segmentos sociais – lideranças de Governo, do movimento feminino, do movimento rural, empresárias, sindicalistas e lideranças estudantis. E é a partir deste perfil de atuação pública e profissional que a dimensão de gênero é incorporada como recorte. Dada a diversidade que tal universo de representações compreende, ao analisar as informações coletadas, é necessário levar em conta as especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas que tal amostragem faz emergir, sem descartar as problemáticas universais que dizem respeito às mulheres em todo o mundo.

Tal perspectiva, aliás, está diretamente relacionada a missão da FDIM: a busca por um mundo de paz e desenvolvimento econômico e social, que compreenda e abarque as diferenças que caracterizam a existência humana, sem, contudo, transformar essas diferenças em obstáculos para que todos tenham igualdade de oportunidades. Como missão, a FDIM busca reconhecer, pelo recorte de gênero, as especificidades econômicas que caracterizam a construção social do feminino.

Nossa expectativa com essa jornada de trabalho foi suscitar não necessariamente respostas, mas novas questões, reflexões e bandeiras de luta que possam ampliar ainda mais a plena inserção feminina nas sociedades em que vivemos.

TRABALHO DECENTE SEGUNDO A OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT (2007))² é uma agência das Nações Unidas, constituída em 1919, que afirma ter como princípio norteador que o alcance da paz universal e duradoura só é possível por meio da justiça social. Porém, foi somente em 1944, na Conferência Internacional do Trabalho da Filadélfia, que os princípios da igualdade e universalidade de direitos foram instituídos, proclamando-se que “todos os seres humanos, qualquer que seja a sua raça, a sua crença ou o seu sexo, têm direito a realizar o seu progresso material e o seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade, dignidade, segurança econômica e com oportunidades iguais”.

Apesar de os direitos das mulheres trabalhadoras constituírem parte integrante desses princípios, a contribuição da agência, desde sua fundação, se destaca na proteção à maternidade e à luta pela igualdade de remuneração por trabalho de igual valor. Assiste-se ao longo da história da OIT a uma mudança gradual de ênfase, que passou da proteção das mulheres para a promoção da igualdade e da melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de ambos os sexos, numa base igual; estabelecendo-se os princípios para o que posteriormente a OIT convencionaria como Trabalho Decente, conceito formalizado 1999, que se define como uma síntese de sua missão.

Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos que a agência anuncia: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento, adotada em 1998: (1) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (2) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (3) abolição efetiva do trabalho infantil; (4) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego

2 OIT (2007). O ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e da igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/abc.pdf>. Acesso em: 17/06/12

produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social³.

A erradicação da pobreza e a igualdade de gênero são essenciais para o trabalho digno, inclusive o conceituado pela OIT, assim como a erradicação de toda a forma de trabalho forçado, que vitimiza em especial mulheres e crianças em todo o mundo.

O desenvolvimento do conceito de Trabalho Decente, dentro do recorte capitalista que caracteriza a hegemonia das Nações que compõem e dirigem a OIT, portanto dentro de uma lógica de exploração da mão de obra de homens e mulheres, preconiza um trabalho que permite a satisfação das necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança, além de garantir proteção social em caso de impedimentos de seu exercício, como desemprego, doença, acidentes, etc. e ainda, que assegure renda na aposentadoria e respeite os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras, numa perspectiva de equidade no trabalho.

De um ponto de vista mais amplo, a OIT sustenta que a agenda do Trabalho Decente é a única forma de países como o Brasil superarem a pobreza, reduzirem as desigualdades sociais e garantirem uma governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Assumiremos os pressupostos da OIT na elaboração deste trabalho, apresentando os Indicadores Normativos do Trabalho Decente, elaborados em oficina tripartite realizada em Brasília, em agosto de 2009 (OIT, 2009).

Indicadores Normativos:

- Oportunidades de Emprego: o trabalho é um dos principais caminhos para o desenvolvimento econômico e social, justamente por proporcionar mecanismos, através dos quais seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas para melhor serem distribuídos;
- Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo: a remuneração adequada é aquela que assegura aos trabalhadores de ambos os sexos o sustento próprio e de sua família, sendo livre de quaisquer tipo de diferenciação que tenham por base a discriminação;
- Jornada de Trabalho Decente: a jornada de trabalho traz uma importante percepção sobre a qualidade do emprego, uma vez que repercute em ou-

3 OIT Brasil (2012). Organização Internacional do Trabalho. Promovendo o Trabalho Decente. Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/apresentação>. Acesso em: 16/03/12

tros dois elementos do trabalho decente, que são o ambiente de trabalho seguro e a combinação entre vida pessoal e familiar;

- Combinação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar: o conceito de Trabalho Decente está fortemente relacionado à conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar, uma vez que preconiza a liberdade, a inexistência de discriminação e a capacidade de assegurar vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. É proposto estrategicamente na promoção da igualdade de gênero e exige articulações de ações nos mais diversos âmbitos (político, social, empresarial e individual), a fim de conduzir uma nova organização do trabalho e da vida familiar, rompendo com “mecanismos tradicionais de divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo que perpetuam desigualdades e discriminações de gênero”, fazendo com que o peso da maior parte das responsabilidades familiares recaiam sobre as mulheres, “com consequências negativas em relação às suas oportunidades de acesso a um trabalho decente, assim como sobre a vida familiar”;
- Trabalho a ser Abolido: trata-se do trabalho forçado que foi definido pela OIT por dois elementos básicos: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e executado involuntariamente. Nele inclui-se o trabalho infantil;
- Estabilidade e Segurança no Trabalho: o tempo de permanência no emprego é um indicador da situação do mercado de trabalho. Se o mesmo está proporcionando estabilidade ou não, estará diretamente ligado à conjuntura econômica, ao perfil demográfico do país e aos elementos institucionais, como legislação trabalhista e convênios coletivos de trabalho;
- Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego: a Agenda do Trabalho Decente, em um de seus quatro pilares básicos, preconiza o respeito aos direitos no trabalho, em especial aos expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT (1988), e dentre os quais se inscreve a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, especialmente no que tange ao gênero;
- Ambiente de Trabalho Seguro: o preâmbulo da OIT atenta ao fato de que a “proteção do trabalhador contra as doenças, sejam ou não profissionais, e contra os acidentes de trabalho” é um elemento fundamental de justiça social;
- Seguridade Social: a Seguridade Social é um direito fundamental do ser humano, propondo cobertura contra riscos ao longo da vida e no trabalho. Seus princípios fundamentais são: solidariedade, universalidade e obrigatoriedade;

- Diálogo Social e Representação de Trabalhadores e Empregadores à Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho, adotado pela OIT (1988), considera o exercício efetivo da liberdade de organização e associação sindical e da negociação coletiva, um direito fundamental ao trabalho;
- Contexto Econômico e Social do Trabalho Decente à boa parte dos avanços no Trabalho Decente ocorridos no Brasil estão relacionados ao contexto econômico e social do país, daí a necessidade de se ter este indicador como peça de avaliação no contexto do trabalho.

Tendo em vista os princípios norteadores, passemos então a um breve cenário da realidade do trabalho feminino no Brasil.

○ CENÁRIO BRASILEIRO

No que diz respeito aos indicadores socioeconômicos com recorte de gênero, deve-se reconhecer os esforços de instituições brasileiras de pesquisa em fazer emergir detalhes da experiência de vida de mulheres e homens, e mais reflexivamente, das relações de gênero em considerável nível de abrangência. Neste trabalho nos referenciamos especialmente nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos (DIEESE), Fundação Carlos Chagas, Secretaria de Políticas para Mulheres e os escritórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ONU. Retomamos, enquanto recorte para análise, as principais questões comumente levantadas pelas lideranças femininas nos fóruns da FDIM, a saber:

1. aspectos demográficos, ressaltando o perfil de gênero, étnico/ racial, etário e formação das famílias;
2. dinâmica do mercado de trabalho, detalhando o perfil da população trabalhadora por ramos de atividade, posição na ocupação, renda e escolaridade;
3. indicadores sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar;
4. reflexões sobre as situações de assédio moral e sexual.

Aspectos demográficos

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, a população brasileira contava com cerca de 199,8 milhões de habi-

tantes, sendo que a razão entre homens e mulheres era de 94,8 homens para cada 100 mulheres. Em termos percentuais, as mulheres constituíam 51,3% da população brasileira.

No que diz respeito à composição étnico/racial, a PNAD de 2009 mostra “um crescimento da proporção da população que se declara preta ou parda nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009.” Ainda segundo o IBGE, “provavelmente, um dos fatores para esse crescimento é uma recuperação da identidade racial”, como assinalado por diversos estudiosos do tema. (Síntese de Indicadores Sociais, 2010). Em 2009, do total de mulheres brasileiras, 50% se autodeclararam negras e/ou afrodescendentes (pretas e pardas).

Para o perfil etário, merece destaque o peso que vem assumindo a população idosa –pessoas com mais de 65 anos no conjunto da população brasileira –, representando um total de 15 milhões de pessoas em 2009. Esse contingente corresponde a 7,9% da população. A ampliação do número de idosos está diretamente associada ao aumento da esperança de vida no país. Em 2009, o Brasil contava com 8,5 milhões de mulheres com mais 65 anos ou 56,7% da população idosa do país.

No outro extremo temos cerca de 80 milhões de crianças, adolescentes e jovens até 24 anos – cerca de 42% do total da população –, confirmando as avaliações do Brasil como um país essencialmente jovem. Esses números, também da PNAD de 2009, informam que 2/3 das famílias brasileiras tinham pelo menos um membro na faixa etária entre 0 a 24 anos de idade (Síntese de Indicadores Sociais, 2010). No conjunto de crianças, adolescentes e jovens de até 24 anos, 49,1% são do sexo feminino. Na faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos, no entanto, as mulheres atingem o equilíbrio, sendo aí 50% com um contingente de 11.505 milhões de mulheres jovens.

Dinâmica do mercado de trabalho – avanços e permanências do caso brasileiro

Dados elaborados pelo DIEESE, a partir da PNAD de 2009, demonstram de forma contundente a importância do trabalho para uma considerável parcela da população. 77,2% da população ocupada no país começou a trabalhar antes de completar 18 anos de idade e apenas 2,0% começou a trabalhar com mais de 25 anos. Esse é um fenômeno mais marcante nas zonas rurais, com 93,5% dos ocupados dessas regiões tendo iniciado a vida laboral antes dos 18 anos. No entanto, também é uma expressiva realidade para os traba-

lhadores das zonas urbanas, com 73,8% dos ocupados iniciando a vida laboral antes dos 18 anos.

Entre as mulheres ocupadas da zona rural, 90% começaram a trabalhar antes dos 18 anos de idade. No caso das mulheres ocupadas da zona urbana, essa iniciação é uma realidade para 66,8%.

Toda a literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro enfatiza, particularmente, o crescimento do número total de empregos formais registrados no país nos últimos 10 anos. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴, em dezembro de 2009, apontam que o Brasil alcançou 41,2 milhões de empregos, representando um crescimento de 4,48% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2008.

Ainda segundo o MTE, “esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,7 milhão de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior”, e na avaliação de melhor desempenho, em termos absolutos, destacam-se os setores de Serviços, a Administração Pública, o Comércio e a Construção Civil. Em termos relativos, o melhor desempenho foi o da Construção Civil, com crescimento de 11,37%. Essas informações são particularmente importantes para as mulheres trabalhadoras brasileiras, porque os setores de Serviços, Administração Pública e Comércio são, também, aqueles que mais empregam mão-de-obra feminina.

No que diz respeito à participação das mulheres na administração pública, dados reportados pelo DIEESE no Anuário das Mulheres Brasileiras (2011), conferem ao Estado papel de grande empregador das mulheres brasileiras, com 30,5% das mulheres assalariadas, empregadas do setor público. Nos Governos locais (esfera municipal da administração), as mulheres correspondem a 63,3% dos servidores públicos.

Sem dúvida, uma das características mais marcantes da vida das mulheres brasileiras nos últimos quarenta anos é a elevação de sua participação no mer-

4 A RAIS, instituída em 1975, é um instrumento de coleta de dados sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse instrumento de gestão, aprimorado periodicamente, tem por objetivo: suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país; prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; e disponibilizar informações sobre o mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela RAIS constituem insumos para atendimento das necessidades relacionadas à legislação da nacionalização do trabalho; ao controle dos registros do FGTS; à gestão dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; aos estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; e à identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

cado de trabalho. Dados da PNAD de 2009 registraram que a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) passou de 48,8%, em 2008 para, 49,7% em 2009. Já a participação dos homens se manteve estável no período, sendo de 69,9%. Considerando um período mais longo de análise, 2001 a 2009, registrou-se a taxa de participação agregada no mercado de trabalho como crescente, com percentual de 1,6 pontos; diminuindo 1,2 pontos percentuais para os homens e subindo 4,1 pontos para as mulheres. No que diz respeito à População Ocupada (PEA menos população desempregada ou buscando emprego), a participação das mulheres é de 41,9% e dos homens 58,1%.

Em 2010, uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil viabilizou a publicação “Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios”⁵.

Analisando um período de 14 anos, entre os anos de 1992 e 2006, o trabalho conclui, corroborando outros estudos já citados, que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina teve crescimento superior à População Economicamente Ativa (PEA) masculina, sendo que a PEA feminina cresceu 59,1%, enquanto a masculina aumentou 33,7%. As mulheres, que representavam 39,8% em 1992, chegaram a 44,1% em 2006, quando havia 41 milhões de mulheres no mercado de trabalho. Apesar desse crescimento, os homens ainda representam 55,9% da PEA. Têm, no entanto, uma presença relativamente menor que a de 1992 (-7%). Entre as mulheres, o maior crescimento foi o das mulheres negras: seu número cresceu 68,9% nesse período, enquanto o número de mulheres brancas aumentou 51,5%. Vale ressaltar que o crescimento da participação feminina não se dá em função de uma redução da participação da população masculina, ou que a igualdade no campo do trabalho se dá pela substituição por gênero, mas no fomento do mercado para ambos os sexos.

No que diz respeito à taxa de ocupação, ou seja, o retrato das pessoas efetivamente empregadas, excetuando-se, nesse caso, as pessoas desempregadas e/ou buscando emprego (grupos os quais a PEA também inclui), o período analisado (1992 a 2006) revela diferenças significativas para pessoas negras e brancas, homens e mulheres. Em 2006, entre 85.195 milhões de pessoas

5 A presente sessão recupera algumas reflexões desta publicação no tocante às desigualdades étnico/raciais e às suas implicações sobre as mulheres negras e brancas no Brasil. Utilizamos, especialmente, o artigo “Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes”, de Lilian Arruda Marques e Solange Sanches.

ocupadas, 42,8% eram mulheres – algo como 36,5 milhões de mulheres. Os negros – homens e mulheres – contabilizavam cerca de 40,3 milhões de pessoas ou 47,3% do total de ocupados.

Indo mais além, é possível perceber que “houve um incremento especial no número de mulheres negras e de mulheres brancas ocupadas – respectivamente 61,7% e 47,5% – em comparação com os números relativos aos homens negros e brancos – 44% e 22,6%”. Isso significa dizer que, no conjunto, “houve um crescimento de 53,62% no número total de mulheres ocupadas. Assim, o que se tem como realidade é que “a conjugação entre o crescimento da ocupação feminina e o recuo da ocupação entre os homens promoveu a diminuição na enorme desigualdade que até então marcava as presenças dos sexos no mercado de trabalho. No entanto, a diferença entre ambos manteve-se em mais de 20 pontos percentuais”.

A análise sobre o desemprego também demonstra as desigualdades de gênero (homens e mulheres) e étnico/racial (brancos e negros). Em primeiro lugar as taxas de desemprego tem sido mais elevadas para as mulheres do que para os homens. Essa situação de precariedade é, historicamente, ainda mais acentuada para a população negra – homens e mulheres.

Quando comparamos as taxas de desemprego por gênero e raça/etnia, percebemos que, em 2006, a taxa de desemprego total das pessoas acima de 16 anos foi de 8,4%. Na comparação entre os sexos, vê-se que, para as mulheres, a taxa foi de 11,0% e, para os homens, 6,3%.

O fenômeno do desemprego, combinando os indicadores de gênero (homens e mulheres) e raça/etnia (brancos e negros) demonstra, de 1999 a 2006, que as mulheres negras detêm os piores resultados. A taxa de desemprego para esse grupo é sempre superior a 10%, e em 2005, ela atinge o patamar recorde de 14% – mais que o dobro da taxa de desemprego dos homens brancos e 3,5% superior que a taxa de desemprego verificada entre as mulheres brancas.

A informalidade também é um dos sinais de precariedade no mercado de trabalho que marca, profundamente, a inserção da população negra brasileira no mercado de trabalho e, em especial, a participação das mulheres negras trabalhadoras. Retomando o ano de 2006, 51,7% da população ocupada, com mais de 16 anos no país, atuava na informalidade. Ou seja, eram assalariados sem carteira de trabalho assinada (no setor privado e público), trabalhadores/as autônomos/as não contribuintes da previdência social, trabalhadores familiares sem remuneração, ocupados/as em atividades para o autoconsumo e empregados em serviços domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Em 2006 esse era o perfil de emprego de 57,7% dos homens negros ocupados e para as mulheres negras, esse percentual atingia a marca de 62,6% – números notadamente superiores à média nacional.

No que diz respeito aos trabalhadores formais, pessoas assalariadas com carteira de trabalho assinada – excluídos os funcionários públicos estatutários, militares e trabalhadores domésticos – as estatísticas para o ano de 2006 registravam a marca de 32,2%. As mulheres negras apresentavam a menor proporção no conjunto dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada: enquanto 38,5% dos homens brancos ocupados possuíam carteira assinada, isso ocorria com apenas 22,0% das mulheres negras.

Para a população negra trabalhadora – homens e mulheres -, esse padrão vulnerável de participação no mercado de trabalho se traduz em rendimentos salariais extremamente baixos e, seguramente, insuficientes para a manutenção decente de suas famílias.

Tomando a realidade dos salários obtidos por trabalhadores e trabalhadoras em empregos informais e ocupações formais, observa-se que as ocupações formais apresentam rendimentos próximos ao dobro dos rendimentos obtidos nos postos de trabalho informais. Em 2006, uma mulher negra num posto informal recebia, em média, R\$2,46 por hora, equivalentes a apenas 48,0% do rendimento médio por hora de um homem branco num emprego também informal, que era de R\$5,14. Por sua vez, as mulheres brancas no emprego informal recebiam R\$3,87 em média por hora – ou 75% do rendimento médio de um homem branco em emprego informal.

A desigualdade de rendimento salarial entre negros e brancos se mantém inclusive nas situações com níveis de escolaridade equivalentes, e se acentua nos níveis de escolaridade mais elevados, ou seja, a população negra não obtém ganhos salariais como recompensa da ampliação de seus níveis de escolaridade. Esse mesmo fenômeno ocorre com as mulheres brasileiras, que mesmo tendo ampliado, consistentemente, o seu nível de escolaridade e formação, não têm esse progresso traduzido em substantiva redução das desigualdades salariais que mantém na comparação com os ganhos obtidos pelos homens no mercado de trabalho.

Os ganhos e os gargalos da escolaridade

Essa realidade se mantém quando tomamos por referência outras fontes de dados. Dados do IBGE sustentam que a proporção de rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens, por grupos de anos de

estudo, mostra que, em 2009, as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade. Nas outras faixas de escolaridade a razão é um pouco mais alta (61%). Uma possível explicação para isso é que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional das mulheres ainda se insere nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho. Além disso, percebe-se que, de 1999 a 2009, as disparidades pouco se reduziram.

As mulheres em cargos de hierarquia – poder e decisão

Segundo publicação da SPM, Relatório Anual 2009/2010 – Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2010), “a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão continua sendo um desafio para a sociedade brasileira”. De fato, apesar das mulheres representarem, em abril de 2012, 51,96% dos eleitores brasileiros, elas ainda têm uma expressão consideravelmente menor que a dos homens em espaços públicos, seja na esfera política, seja frente a grandes organizações e até mesmo na mídia”.

Segundo a SPM é possível perceber que, quanto mais institucionalizada for a esfera de participação, mais escassa é a presença feminina. Os cargos eletivos – federal, estadual ou municipal – e aqueles do primeiro escalão dos Governos, cuja nomeação é critério dos chefes do executivo, evidenciam bem essa situação. Em 2009, dados relativos à ocupação de cadeiras no Parlamento Nacional (Senado Federal e Câmara de Deputados) indicavam que do total de senadores, apenas 12,3% são mulheres. Na Câmara de Deputados, as mulheres representavam apenas 9%, de um total de 513 parlamentares.

No âmbito das empresas e organizações privadas se mantém a inferioridade da presença feminina nas esferas de poder e decisão. Para o tratamento desse assunto a SPM recorreu, na publicação do Relatório Anual 2009/2010, à uma pesquisa conduzida por uma instituição de consultoria voltada à alocação de mão-de-obra com atuação no Brasil, a Catho Online⁶. Essa empresa de consultoria realizou, em fevereiro de 2009, pesquisa tendo por base de referência 89.075 empresas de seu cadastro no Brasil, e apontou que as mulheres ocupavam apenas 21,4% dos cargos de chefia.

6 Segundo nos informa a SPM na citada na publicação, “Catho Online é um site brasileiro criado em 1996 de classificados de currículos e empresas”.

Na mesma pesquisa, ao analisarem os diferentes cargos compreendidos no conceito de chefia percebeu-se, mais uma vez, que quanto mais alto o cargo, menor o percentual de mulheres. Para o ano de 2008/2009, as mulheres eram 55,7% dos coordenadores. Na posição de presidente/CEO (Chief Executive Officer) esse percentual caía para 21,4%. O estudo sublinha, ainda, que apesar de um aumento da participação feminina em todos os cargos, um dos menores aumentos foi o da participação de mulheres em cargos de presidentes. Neste último cargo, o aumento de 1996/7 para 2008/9 foi de 11 pontos percentuais, ao passo que para o cargo de supervisor, foi de 26,7 pontos percentuais.

A pesquisa da Catho Online também investigou o perfil das empresas privadas empregadoras e a participação da mão-de-obra feminina, independentemente dos cargos ocupados. Assim, verificou-se que as mulheres estão mais presentes nas empresas de menor porte, com até 60 funcionários, e convivendo com situações típicas ao conceito de divisão sexual do trabalho. Ou seja, nessas empresas, as mulheres estão mais presentes em áreas como administração, recursos humanos e relações públicas (alcançando mais de 50% dos cargos), enquanto em áreas como indústria/engenharia e tecnologia, a presença de mulheres não chega a 20%.

Com este perfil, tem-se, mais uma vez, a evidência da condição subordinada de ingresso e permanência no mercado de trabalho por parte das mulheres. Assumindo, neste caso, a faceta das ocupações consideradas de melhor manejo em função de uma suposta, e ultra valorizada, habilidade de negociação e trato das relações humanas em oposição ao seu desempenho – antecipadamente avaliado como negativo – na condução de outros conhecimentos e habilidades.

Configurações Familiares

As configurações familiares são outro importante fator decisório no acesso e pleno exercício da cidadania feminina. Nas últimas décadas tem se registrado mudanças no cenário brasileiro, no qual cada vez mais famílias monoparentais determinam as formas de criação dos filhos e transmissão da cultura social na sociedade brasileira.

Dados da PNAD de 2009 evidenciam o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres para o caso brasileiro. Em 2001, as mulheres chefes de família representavam 27% do total de chefes, em 2009, esse percentual subiu para 35,2%, o que, em termos absolutos, representa

21.914 milhões de famílias que identificaram como principal responsável uma mulher.

Como ressalta o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) PNAD 2009, com indicadores para o período 2001/2009, “essas famílias são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações: mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos”. No entanto, o padrão de ampliação desse grupo feminino apresentou crescimento semelhante ao nacional “em todas as cinco regiões do país”⁷.

Também segundo o IPEA, “outro fenômeno comumente associado ao crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres é o da feminização da pobreza, isto é, costuma-se relacionar as famílias com chefia feminina ao fato de que as mulheres possuem renda inferior à dos homens e, no caso da chefe mulher, é mais comum a ausência de um cônjuge – o que limita ainda mais as fontes de renda da família”.

Segundo dados PNAD, em 2009, esse perfil de família (mulheres chefes, sem cônjuge e com filhos) representava 49,3% do total de famílias brasileiras chefiadas por mulheres. Neste conjunto estão aquelas com menor ou maior grau de vulnerabilidade e precariedade socioeconômica. 31,7% dessas famílias vivem com rendimento *per capita* de até 1/2 salário mínimo.

O fenômeno da violência doméstica e familiar, moral e sexual

A violência contra a mulher ainda é uma realidade sombria no cenário brasileiro. Dentre todas as formas de violência, as que mais se destacam pela frequência e pelas consequências negativas na trajetória de vida da mulher são a violência doméstica (em suas dimensões psicológica, física, sexual e moral) e as duas principais formas de violência no trabalho – o assédio moral e sexual.

Fruto da atuação contínua das organizações de mulheres, o Brasil tem procurado, mais especialmente nos últimos 10 anos, implementar políticas públicas mais eficazes de combate a essas formas de violência. Dentre todas as medidas, destaca-se a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, que crimi-

7 Fonte: Comunicados do IPEA Nº 65, “PNAD 2009 – Primeiras análises: investigando a chefia de família”. IPEA, Brasília, 11 de novembro de 2010.

naliza a violência doméstica e familiar, criando mecanismos legais de proteção às mulheres vitimadas por esse tipo de violação aos seus direitos humanos.

A necessidade de uma medida legislativa com essas características era de tal ordem premente que, passado seis anos de sua promulgação, ela se tornou a Lei mais conhecida e reconhecida pela população brasileira. Pesquisa de opinião pública, de caráter nacional, realizada em 2011 pelo Programa Intergerencial de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia revelou que 60% das mulheres brasileiras consideravam que a proteção à mulher melhorou após a aprovação da Lei Maria da Penha e que 98% das mulheres entrevistadas já haviam ouvido falar da Lei que endureceu a punição aos agressores nos casos de violência doméstica. No entanto, apesar desse reconhecimento público, as mulheres ainda apontam a frequência da violência doméstica, atingindo uma em cada cinco mulheres no país. Isso significa dizer que a agressão e violação aos direitos humanos, ao contrário, não tem diminuído como um problema social.

As situações de assédio moral e sexual

No ambiente das relações de trabalho, a violência contra a mulher se caracteriza e se cristaliza através do assédio, tanto moral quanto sexual. No Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego (2010), afirma que o problema foi atenuado com a promulgação de leis sobre o assunto. Porém, apenas o estabelecimento de legislação específica, certamente, não resolveu a questão como um todo. Para coagir comportamentos abusivos no ambiente e relações de trabalho é necessário contar com a conscientização social e com o combate a culturas discriminatórias que perpetuam a desigualdade de gênero.

Medidas baseadas no resgate ao respeito e à dignidade nas relações de trabalho que, conseqüentemente, fortalecem um ambiente seguro e propício à produtividade também ajudam, porém a discriminação contra a mulher transcende o universo das ações positivas e exige o rigor da legislação para sua coibição.

As conseqüências da prática do assédio moral para a saúde do trabalhador, e em especial das mulheres, foram listadas e evidenciadas pela pesquisadora Trombetta (2005), a partir de estudos recentemente desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização Mundial da Saúde. Esses estudos detectam resultados alarmantes sobre os danos e agravos causados à saúde dos trabalhadores, entre eles o aumento dos distúrbios psíquicos e das vivências depressivas.

Pesquisa recente, desenvolvida pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB, 2011) com funcionárias públicas do estado do Rio de Janeiro, comprovou um aumento de até 40% no número de aposentadorias por doenças mentais, ocasionadas por fatores estressantes no trabalho, em especial nas categorias de saúde e educação.

O debate sobre a ocorrência de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho e/ou nas relações de trabalho tem incluído análise de casos concretos e também a investigação sobre a percepção de trabalhadoras e trabalhadores sobre esses assuntos. Neste último caso, inclui-se, por exemplo, a Pesquisa de Gênero da Petrobras, realizada em 2006. Nesta pesquisa, a Petrobras buscou captar a percepção de seus funcionários sob diversos aspectos típicos das relações de gênero, dentre eles o assédio moral e sexual. Entre os empregados e empregadas que voluntariamente responderam à pesquisa, 25% das trabalhadoras e 20% dos trabalhadores participantes alegaram já terem sido vítimas de assédio moral, e 36% das mulheres e 30% dos homens participantes alegaram já terem presenciado uma situação de assédio moral na empresa, num universo de 2.784 pesquisados. Quanto ao assédio sexual, 10% das entrevistadas afirmaram já terem sofrido esse tipo de agressão, contra 2,5% dos homens.

A comparação entre os preceitos do Trabalho Decente preconizados pela OIT e a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras captadas pelos institutos de pesquisas e governos apontam para avanços significativos na última década, apesar dos inúmeros entraves que ainda se fazem presentes para a plena inserção da mulher no universo do trabalho. Porém essa inserção passa pela consciência da própria mulher de seus direitos, potencialidades e da realidade em que vive. Tendo em vista a necessidade de conhecer essa percepção, realizamos entrevista com a presidente de uma entidade feminina brasileira, que tem em suas bases milhares de filiadas e comparamos suas reflexões com os conceitos de Trabalho Decente descritos pela OIT.

ENTREVISTA

No Brasil a liderança percebe a ampliação da inserção feminina no universo do trabalho e enfatiza a necessidade de políticas públicas que conduzam a mulher à melhores postos de trabalho, mais bem remunerados e em melhores condições sociais. Demonstra atualização e acompanhamento dos indicadores econômicos femininos, que apontam para rendimentos inferiores das mulheres e a subocupação no mercado informal, em especial no trabalho doméstico, porém acredita que o principal problema no recorte de gênero não está rela-

cionado ao trabalho igual, mas à ocupação de postos subalternos, mesmo nos nichos de trabalho feminino, apontados e sintonizados com os dados oficiais. Assim como apontam os dados oficiais, percebe que a condição de escolarização não determina linearmente a posição ocupada no mercado de trabalho, o que indica a necessidade de reestruturações culturais no país para que as mulheres ocupem mais cargos de chefia e liderança, que condigam com sua capacitação e condição produtiva.

Em relação à distribuição racial e de gênero, demonstra paridade com os dados oficiais e com a distribuição econômica da população, que tem marcadamente, no país, a questão racial como determinante.

Percebe a importância, já revelada nos indicadores sociais, da situação de violência que atinge a mulher no Brasil, porém faz um recorte específico de interpretação, pouco explorado nas fontes oficiais e políticas públicas, que demanda reflexão e estudos nesse sentido. Segundo a liderança, o fator predominante para o fomento e existência das diversas formas de violência contra a mulher é a própria condição de dependência econômica e subvalorização da atividade produtiva feminina. “Quanto mais autonomia financeira, mais segurança e autoestima para denunciar, ter autoestima e sair da condição de violência”. Reconhece todas as formas de violência apontadas pela literatura, mas considera que a falta de acesso pleno ao mercado de trabalho é a principal forma existente de violência contra a mulher.

O viés da condição econômica também é apontado como um fator determinante para os indicadores de fertilidade. Demonstra conhecimento dos dados, mas não acredita que a queda nos índices de natalidade sejam fatores positivos, pois apontam para a impossibilidade da mulher decidir quantos filhos quer ter, sendo coagida pelos fatores econômicos. O número de filhos é determinado, ainda, pela falta de acesso à informação, pela falta de aparatos sociais que ajudem a mulher a exercer atividades produtivas e cuidar dos filhos simultaneamente e por questões legais, como a licença maternidade; culminando com a ideia de que se a mulher tem menos filhos, não é por uma questão de escolha, mas de impossibilidade econômica e social.

A questão econômica também é apontada como determinante nos indicadores de mães chefes de família. Segundo a liderança, a mulher quer ter um companheiro que compartilhe a criação dos filhos, porém as limitações econômicas estimulam o descompromisso e a desagregação familiar.

Cita como principais fontes de informação órgãos oficiais de governo, como o IBGE e a Secretaria de Políticas para Mulheres, e institutos não governamentais consagrados, como o Departamento Intersindical de Estudos e

Estatísticas Socioeconômicos, além de alguns órgãos de imprensa. Segundo ela, houve no país um crescimento recente das pesquisas com recorte de gênero, fruto da própria luta do movimento feminino ao acesso à informação.

Acredita que as principais ações em políticas públicas com recorte de gênero devem estar relacionadas à profissionalização e divulgação, inclusive das profissões existentes, as quais as mulheres não são normalmente levadas a optar, mais relacionadas aos setores tecnológicos e produção de conhecimento.

É necessário ainda mudanças na condução da política pública, que levem a parar de pagar juros, a um menor enfoque em superávit comercial, a investir na educação, saúde, saneamento, para que as mulheres possam sair de casa, irem à luta, estudar, trabalhar.

Acha que é necessário erradicar o analfabetismo no país, pois sem isso não se erradica a miséria.

CONCLUSÕES

Tendo em vista a percepção da liderança brasileira, a inserção da mulher no mercado de trabalho não atende aos pré-requisitos estabelecidos pela OIT na configuração do Trabalho Decente. As maiores violações aos parâmetros de Trabalho Decente se concentram na falta de garantias e direitos, características da atuação no mercado formal; salários e rendimentos inferiores para a realização do mesmo trabalho; sublocação da mão de obra feminina majoritariamente em cargos e atribuições de baixo escalão ou poder decisório, independente do fato de que a escolaridade feminina em nível superior é maior que a masculina. As mulheres segundo atesta a liderança, são sobrecarregadas com as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, não contando com aparatos sociais como escolas e creches em período integral e suportes de lavanderias, restaurantes ou facilitação na aquisição de utensílios ou eletrodomésticos que agilizem e facilitem os cuidados com a casa e a família. As mulheres são ainda vítimas de violência, seja ela doméstica ou no próprio local de trabalho, enfrentando o feminicídio, a agressão física, psicológica, sexual e moral. Vejamos:

- *Oportunidades de Emprego*: no Brasil as mulheres têm menos acesso ao emprego do que o correspondente na população masculina. Não tem também acesso ao emprego condizente com sua escolarização e formação profissional. A existência de nichos de trabalho feminino contribui para a subestimação do potencial produtivo da mulher, bem como a limitação de ofertas de vagas em todos os setores da economia.

• *Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo*: a mulher brasileira ganha, em média, 25% menos que o homem para a realização do mesmo trabalho. Em geral, os rendimentos dos trabalhadores brasileiros são inferiores às necessidades básicas de manutenção de sua família. Sob o recorte de gênero a situação se agrava, já que parcela importante da população feminina que trabalha ganha o equivalente ou menos que um salário mínimo, e este, por sua vez, corresponde a menos de 30% dos R\$ 2.194,00 estabelecidos pelo DIEESE para 2012 como necessários para a manutenção de uma estrutura básica de moradia, alimentação, transporte, vestimentas, saúde e educação para a mulher e sua família. Além do salário insuficiente, as mulheres são ainda sobrecarregadas com tarefas domésticas e cuidados com os filhos, o que compromete sua produtividade e disponibilidade para uma inserção mais plena no universo do trabalho. Se percebe rendimentos inferiores das mulheres aos dos homens, seja através do pagamento inferior para a realização de trabalho igual, seja pela indisponibilidade de acesso à mulher aos cargos e ocupações de chefia, poder ou mais bem remunerados;

• *Jornada de Trabalho Decente*: as mulheres brasileiras são submetidas à dupla jornada de trabalho, ao acumularem o trabalho fora e o trabalho doméstico que desenvolvem em seus lares. Em muitos casos, as mulheres enfrentam um desgaste físico e psicológico desumano nessa dupla jornada. As empregadas domésticas e diaristas, por exemplo, acumulam jornadas de trabalho repetitivo e as agricultoras, além de enfrentarem atividades profissionais de grande desgaste físico, têm que continuar a desenvolver atividades braçais em suas casas, potencializando ainda mais o desgaste. Apesar de em muitos casos, em especial as trabalhadoras do mercado informal, procurarem atividades profissionais que se conciliem com os horários precários preconizados pelas escolas dos filhos, essa flexibilidade da carga horária não se reverte em qualidade de vida e sim, num desgaste extra, já que a mulher, por não contar com um aparato social que lhe dê suporte para trabalhar e deixar seus filhos seguros e bem cuidados, têm que criar suas próprias alternativas, comprometendo seus rendimentos, a qualidade de seu trabalho e sua própria saúde física e mental;

• *Combinação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar*: conceito criado pela OIT especialmente para dar conta das especificidades de gênero que marcam o trabalho feminino, ao pensarmos na inserção do trabalho como parte de uma vida saudável e produtiva, vemos o quanto essa realidade ainda está distante das mulheres brasileiras. Seja pela dupla jornada de trabalho, seja pela falta de aparato social (creches, escolas em período integral e disponível no horário de trabalho da mulher, lavadeiras, restaurantes populares, preço

subsidiado dos eletrodomésticos, dentre outros), seja pela remuneração insuficiente ou pela realização de atividades profissionais que pouco aproveitam ou utilizam o real potencial produtivo da mulher brasileira, o resultado é que a grande maioria das trabalhadoras não consegue conciliar de forma satisfatória e saudável sua vida pessoal, familiar e o trabalho, fazendo deste, muitas vezes, um meio precário de subsistência, que coloca em risco, ou abrevia, a qualidade, longevidade e possibilidade de vida da mulher e de sua família.

- *Trabalho a ser abolido*: o trabalho infantil e o trabalho escravo ainda são realidades presentes no Brasil do século XXI, e as mulheres e meninas, em especial no trabalho doméstico, são vítimas dessa modalidade de trabalho. A liderança feminina cita, ainda, a exploração sexual e o trabalho informal extremamente precário como formas de abuso da mulher que precisam ser encerradas;

- *Estabilidade e Segurança no Trabalho*: a atuação feminina no mercado de trabalho brasileiro se dá, para até 90% da população economicamente ativa do sexo feminino, em algumas regiões do país, no mercado informal. A informalidade é marcada pela ausência de direitos, proteção social e/ou garantias de trabalho e renda, deixando na vulnerabilidade a maioria das mulheres que trabalham no país. A ausência de direitos é a principal característica do trabalho feminino;

- *Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego*: a discriminação por gênero é uma marca atual no mercado de trabalho. A discriminação se apresenta de diversas formas, seja pelos rendimentos, seja pelos cargos ocupados, pela existência dos nichos de mercado, até a violência explícita, caracterizada no assédio moral e sexual no local de trabalho;

- *Ambiente de Trabalho Seguro*: a inserção feminina no mercado de trabalho não conta com cuidado e apoio social à sua saúde. No Brasil, ainda existem poucos estudos e pesquisas que delimitem as consequências específicas para a mulher em exercício, na maioria das carreiras, além do acesso precário à saúde na maior parte do país. Em áreas importantes como setores públicos de saúde e educação, que contam com presença marcadamente feminina, as patologias afetivas, os distúrbios mentais e psicológicos, decorrentes das condições precárias de trabalho, batem todos os recordes, e as profissionais não encontram no sistema alternativas de trabalho ou tratamento, aumentando drasticamente as aposentadorias por invalidez, dentre outros exemplos citados pela liderança;

- *Seguridade Social*: a seguridade social não é garantida para a maioria das mulheres brasileiras que atuam no mercado informal, ou trabalham cuidando de suas casas e seus filhos. Algumas conquistas recentes têm procurado suprir

os déficits, como a legislação específica para o trabalho doméstico e garantia de aposentadoria para donas de casas, sob critérios de contribuição. No entanto, parte importante das brasileiras não pode contar com os direitos da seguridade social;

- *Diálogo Social e Representação de Trabalhadores e Empregadores*: o movimento sindical brasileiro é forte e presente na maioria das categorias profissionais, e existe um esforço importante de contemplar a crescente participação feminina no universo do trabalho, no entanto, um longo caminho ainda deve ser trilhado para que as mulheres ocupem, também nos sindicatos, a mesma representatividade que já têm nas diversas categorias profissionais;

- *Contexto Econômico e Social do Trabalho Decente*: o Brasil caminhou a passos largos nos últimos dez anos rumo ao Trabalho Decente para todos os brasileiros, em especial para as mulheres. Criamos a Secretaria de Políticas para Mulheres, regulamentamos a lei contra a violência doméstica, garantimos programas sociais e de distribuição de renda que tiraram da pobreza milhões de brasileiros, em sua maioria mulheres e crianças. Criamos novos e mais amplos fóruns de debate e discussão sob a condição feminina, elevamos os índices de escolaridade e combate ao analfabetismo, dentre tantas outras conquistas. No entanto, ainda é longo o caminho do direito e da igualdade da mulher no mercado de trabalho. A política econômica que privilegia juros e dívida, em detrimento dos investimentos em educação, saúde, qualificação profissional, ampliação do mercado de trabalho, dentre tantas outras prioridades da população, ainda retarda nosso pleno avanço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho propiciou à FDIM um aprofundamento importante na sintonia que estabelece com suas lideranças, bem como o conhecimento das necessidades mais prementes das mulheres brasileiras.

Pudemos perceber que a luta pela equidade de gênero passa obrigatoriamente pela ampliação da inserção feminina no mundo do trabalho, através de uma representação equânime nas instâncias decisórias de poder, mas principalmente, através da plena inserção no mercado de trabalho, com renda e suporte social compatível com a potência e qualidade da mão de obra feminina.

Para atingir tais resultados, é necessário a implementação de reformas substanciais nas políticas econômicas. O resultado substancial da formação educacional feminina, em especial na população que tem acesso ao nível médio e superior de educação, revela a determinação das mulheres em garan-

tirem seus espaços na sociedade, não como cuidadoras e reprodutoras, como apregoam alguns setores sociais e econômicos, mas como cidadãs capazes de atuar de maneira determinante na produção, no desenvolvimento econômico e no direcionamento da nação, sem precisar deixar de lado sua escolha pela família e maternidade.

A insistência em manter a população feminina desamparada, mal remunerada e ocupando posições inferiores no universo do trabalho só interessa àqueles que querem fazer da força de trabalho não só das mulheres, mas de todos os trabalhadores, matéria prima de segunda categoria. As mulheres demonstram dia a dia seu potencial econômico, político, social e cultural e não se submetem mais a ocupar o espaço de força de trabalho secundária, prontas a serem usadas no achatamento dos salários pagos aos trabalhadores, ou em substituição à população masculina em qualquer situação.

Mariana Giorgion é psicanalista, com mestrado pela Universidade de São Paulo e coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Gênero e Trabalho da FDM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, V. M. S. Divisão social do trabalho: complementariedade ou conflito? *Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar*. Departamento de Ciências Sociais/ Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2007. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/013/13albuquerque.htm>
- APAV. Relatório Penélope. Disponível em: http://www.apav.pt/pdf/relato-rio_penelope.pdf. Acesso em: 14/03/12
- Araújo, N. F. O Trabalho das mulheres como suporte econômico da família: aspectos comparativos Brasil x Portugal. UNB, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Neuza_Farias_de_Araujo_29.pdf
- BARRETO, M.; ALENCAR, M. B. A. Assédio moral no trabalho: chega de humilhação!, 2000 Disponível em: www.assediomoral.org.br. Acesso em: 16/03/12
- Brasil, MTE. Assédio moral ou sexual, 2010. Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_assedio.asp. Acesso em: 18/08/2010
- CEPAL/ PNUD/OIT. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/emprego/PagIniciais.pdf>. Acesso em 14/03/12
- CGTB. Saúde da Mulher. Doenças ocupacionais entre trabalhadoras agrícolas, em processamento de dados e funcionárias públicas do DF, RJ e SP. Convenio com Ministério da Saúde do Brasil. São Paulo, no prelo, 2011.
- DIEESE. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. Disponível em: www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf
- DIEESE. Anuário das Mulheres Brasileiras. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf
- DIEESE. Salário mínimo nominal e necessário, 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 15/03/12
- FDIM. XIV Congresso FDIM – Caracas 2007. Disponível em: http://www.fdim-widf.org/diretos/index2_publicacao.html. Acesso em: 16/03/12
- IBGE. Estudos e Pesquisas. Informação sociodemográfica & econômica, volume 27. Brasília, 2010.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010 – Uma análise das condições de vida da população brasileira (Série Estudos & Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, 27). Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, IBOPE OPINIÃO. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas, 2005. Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/Diversidade2005_web.pdf acessado em dezembro de 2010



- IPEA. Comunicados do IPEA No 65, “PNAD 2009 – Primeiras análises: investigando a chefe de família”. Brasília: IPEA, 2010.
- IPEA. Comunicados do IPEA No, “PNAD 2009 – Primeiras análises: o mercado de trabalho brasileiro em 2009”. Brasília: IPEA, 2010.
- IPEA, OIT, IBGE, UFF e SPM. *Boletim Mulher e Trabalho*, 2010. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/crisemulheres_91.pdf. Acesso em: 15/03/2012
- IPEA. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. *Comunicados IPEA* no 90. São Paulo, 2011.
- Mendes, Mary Alves. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão. UFPE, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_mendes_texto.pdf
- Neder, M. B (2009). A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas das denúncias. Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil.
- Neder, M. B. A mulher no mercado de trabalho: no Brasil, as mulheres são discriminadas, ganham menos e perdem o emprego mais facilmente. *Revista Observatório Social* no 5. ano 3. março de 2004. Santa Catarina. Brasil. Bangraf; p. 35-37. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/emrevista5.pdf>. Acesso em dezembro de 2010.
- OIT. O ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e da igualdade de gênero, 2007. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/euro/lisbon/pdf/abc.pdf>. Acesso em: 17/06/12
- OIT Brasil. Tendências mundiais do emprego das mulheres. Escritório da Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT Brasil, 2008.
- OIT (2009). Perfil do Trabalho Decente no Brasil. Escritório da Organização Internacional do Trabalho. – Brasília e Genebra, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf acesso em junho de 2011.
- OIT Brasil. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2010. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf. Acesso em: 14/03/12
- OIT Brasil. Trabalho Decente, 2011. Disponível em: http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/proyecto_ssos/act_paises/brasil/documentos/mar2011/apresentacao_trabalho_decente_centrais_sindicais_mar2011_sp.pdf. Acesso em: 14/03/12
- OIT Brasil. Convenção e recomendação sobre Trabalho Decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, 2011. Disponível em:

- [http:// www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf)
- OIT Brasil. Organização Internacional do Trabalho. Promovendo o Trabalho Decente, 2012. Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/apresentacao>. Acesso em: 16/03/12
- ONU. Perspectivas da população mundial. Divisão de população do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Sociais (DESA) da ONU, 2010. Disponível em: www.onu.org.br. Acesso em 31/05/11
- OPAS. Relatório mundial sobre violência e saúde, 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>
- PETROBRAS. Pesquisa de Gênero. Brasil, 2005. Disponível em: [http:// www2.petrobras.com.br/ouvidoria/portugues/pesquisadegenero/creditos.htm](http://www2.petrobras.com.br/ouvidoria/portugues/pesquisadegenero/creditos.htm). Acesso em 10/03/2010
- PNUD Brasil. Relatório de Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD, 2011. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 15/03/12
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Medida de participação segundo o gênero, 2008. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade. Acesso em: 20/06/2011
- SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. *ProPosições*, v. 19, n. 2 (56), 2008.
- Scotty, R. Parry. Mulheres Chefes de Família: abordagem e temas para as políticas públicas. UFPE, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott_intro_mulher_chefe.pdf
- Trombetta, T. Características do assédio moral a alunos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: http://www.jpab.pt/files/text/4j7_Assedio.pdf
- UNESCO. O desafio da alfabetização global, 2010. Disponível em: [http:// unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163170por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163170por.pdf). Acesso em 16/03/12
- UNIFEM. Informativo Gênero, Raça e Cidadania, 2010. Disponível em: www.unifem.org.br/sites/700/710/00001522.html. Acesso em: 15/03/12

JACQUELINE PITANGUY

A definição social da violência é histórica, datada e dinâmica. As ideias de ordem e desordem, crime e castigo expressam processos sociais e políticos e não são verdades absolutas. Valores culturais e religiosos, conjunturas nacionais e internacionais, hierarquias e desigualdades prevalentes na sociedade interferem tanto na percepção social da violência quanto em sua criminalização e punição. Apesar de existir, em cada sociedade, uma definição dominante do que seria a violência, bem como do que seria um comportamento criminoso, estas definições, mesmo se traduzidas em leis, não são necessariamente consensuais. Conceitos diversos de violência e de crime podem conviver em uma mesma sociedade, lutando para se imporem de forma hegemônica, para serem traduzidos em legislações, e legitimados em comportamentos.

Tampouco existe uma justaposição entre violência, crime e punição. Características da vítima e do agressor, por exemplo, interferem na qualificação criminal e na tradução de determinado comportamento violento como delito passível de penalização.

Ao longo da história do Brasil, a desigualdade e a discriminação refletidas em leis e costumes configuraram uma percepção social e uma expressão legal limitada e parcial do que, ao longo dos séculos, tem sido reconhecido como violento e, nesse âmbito, como delito passível de punição. Classe social, raça e etnia, sexo, tem sido variáveis fundamentais na definição de critérios de criminalização versus aceitação, impunidade versus punição da violência. No Brasil, durante cerca de 400 anos, a escravidão, como instituição social e eco-

nômica, tornava invisível para a sociedade a violência da privação da liberdade dos negros. Ainda hoje, a prevalência da ideia de democracia racial dificulta a percepção da violência da discriminação racial vigente no país.¹

Assim como a raça, também as relações de gênero interferem na percepção social da violência contra a mulher e em sua criminalização. A aceitação de que a forma mais extrema de violência, o assassinato, é justificável quando perpetrado por marido contra sua mulher, nos chamados crimes passionais, se apoia na menos valia da mulher, durante séculos alijada dos mais elementares direitos de cidadania, vista como propriedade ou apêndice do homem.

No período colonial, regido pelas Disposições Filipinas, o adultério era um crime atribuído apenas à mulher e quando havia suspeita de infidelidade por parte da esposa, o marido não era condenado se a matasse. Ainda hoje, em nossos tribunais do júri, advogados recorrem ao argumento da legítima defesa da honra, absolvendo ou minimizando a punição de maridos e amantes, assassinos confessos de suas companheiras ou namoradas. Em crimes de estupro, persiste também uma lógica perversa no sentido de que cabe à mulher comprovar que não seduziu o agressor nem instigou, por sua atitude ou comportamento, a agressão sexual.

O maior ou menor grau de invisibilidade da violência contra a mulher e da impunidade que cerca este crime, particularmente quando perpetrado no âmbito doméstico, tem graves consequências socioeconômicas e constitui um claro indicador do grau de igualdade de gênero presente em determinada sociedade. A distância que separa o ato de violência, sua criminalização e sua punição é política e só pode ser encurtada através da denúncia, de protesto e de *advocacy* por leis e políticas públicas, como vem ocorrendo no Brasil.²

Tratar da temática da violência contra a mulher implica, antes de mais nada, em reconhecer que este é um fenômeno complexo e multifacetado, que requer uma abordagem ampla para ser compreendida. As várias dimensões desta forma de violência são interconectadas e se reforçam mutuamente, com efeitos nas relações pessoais e nas instituições sociais. Reconhecendo o caráter multi-dimensional deste tipo de violência, as Nações Unidas propõem uma definição

- 1 PITANGUY, J. *Advocacy e Direitos Humanos*. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2011*. Rio de Janeiro: edição Cepia/ONU Mulheres, 2011.
- 2 No Brasil o movimento feminista denunciou, desde os anos 1970 a violência contra a mulher e a sua impunidade, cunhando o slogan *Quem ama não mata*, tendo alcançado conquistas expressivas. Recente episódio ocorrido na Índia, de estupro e assassinato de uma jovem por vários homens, levou milhares de mulheres às ruas protestando não só contra esta violência mas contra a histórica invisibilidade e impunidade deste tipo de crime naquele país.

abrangente deste fenômeno, entendido como qualquer conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, emocional ou sexual, seja em ambiente público ou privado.³A Convenção da OEA para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência contra as Mulheres, também conhecida como de Belém do Pará, de 1994, da qual o Brasil é signatário, adota definição semelhante.

Para compreender porque persiste ainda um manto de invisibilidade sobre a violência de gênero, e porque têm sido pouco alardeadas suas consequências sociais e econômicas, é necessário indagar sobre a posição da mulher em diferentes instâncias da vida familiar, política e econômica, não nos limitando ao que corresponderia ao domínio tradicional do que se entende por violência, quer sejam as agressões físicas, o estupro, o assassinato. A naturalização da desigualdade de gênero é um instrumento fundamental para a aceitação social e legitimação desta desigualdade.

A violência contra a mulher deve ser entendida na perspectiva de um contínuo cujo fio condutor é a desvalorização cultural do feminino, que, em alguns casos, se faz presente de forma sutil e, em outros de forma explícita, acompanhando mulheres ao longo de suas vidas, socializando-as para a vivência de relações de gênero assimétricas no âmbito afetivo e profissional, com marcantes consequências socioeconômicas, incidindo em seu desempenho e no reconhecimento de seu valor e de seus direitos nas esferas da educação, do trabalho, na família, na vida associativa e na política, dentre outros campos de sua trajetória existencial.

Neste sentido, uma análise da violência contra a mulher deve tomar em conta a histórica discriminação que a acompanha, com forma e intensidade diversas, segundo o contexto e o momento de sua vida, e que constituem um alicerce para a violência, em suas mais diversas expressões. A Convenção contra todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979 e a Resolução 19 da ONU de 1992, salientam o caráter abrangente do conceito de discriminação, entendida como qualquer distinção ou exclusão que prejudique ou elimine o reconhecimento e o exercício pela mulher dos direitos e liberdades fundamentais.... Estes documentos reconhecem ainda que a discriminação dificulta a participação da mulher em igualdade de condição com o homem em todas as esferas da vida e constitui um obstáculo ao desenvolvimento das potencialidades da mulher e ao aumento do bem estar da sociedade.⁴

3 Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher. Resolução 48/104 ONU.

4 Nações Unidas CEDAW Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher Recomendação 19 www.un.org/womenwatch/daw/cedaw

A relevância da discriminação como uma das matrizes estruturantes da violência foi reforçada na recente reunião da 57ª reunião da Comissão pelo Status da Mulher (CSW) da ONU, realizada em março de 2013. As Conclusões acordadas nesta reunião condenam todas as formas de violência e afirmam que mulheres e meninas vítimas de múltiplas formas de discriminação estão expostas a um risco maior de violência.⁵

Outro elemento a ser considerado em qualquer análise sobre a violência de gênero é seu caráter transversal, atingindo mulheres de diferentes níveis sociais e educacionais. Mas, apesar desta transversalidade, como as mulheres não constituem um universo homogêneo, algumas variáveis contribuem para tornar algumas mais vulneráveis que outras, seja por sofrerem outras formas de discriminação, como por raça e etnia, orientação sexual, por estarem mais expostas a violência em função de contextos externos violentos e /ou por terem menor acesso a redes de proteção e a sistemas de segurança e justiça.

A dimensão da violência na vida de milhões de mulheres ao redor do mundo e o formidável impacto causado no desenvolvimento das nações levou a que, a já mencionada reunião da Comissão pelo Status da Mulher (CSW) da ONU, tratasse especificamente deste tema. Dentre as Conclusões Acordadas nesta reunião, a CSW afirma que a pobreza, a falta de empoderamento e a marginalização das mulheres das políticas econômicas e sociais aumentam o risco de violência. Afirma ainda que a violência contra a mulher impede o desenvolvimento econômico e social de comunidades e estados, assim como o alcance de metas estabelecidas em acordos internacionais como as Metas de Desenvolvimento do Milênio.⁶

Apesar de constituir ainda um enorme desafio em nosso país, houveram avanços importantes na luta contra essa forma de violência. A Constituição de 1988 trouxe uma mudança paradigmática no que se refere à violência doméstica, pois reconheceu que cabe ao Estado coibir a violência no âmbito intrafamiliar (& 8 artigo 226). Neste sentido rompeu com a tradição de que a proteção aos direitos humanos se restringe à esfera da relação entre indivíduos e estado, sem incluir aquelas que se desenrolam entre indivíduos na esfera privada.

5 Agreed Conclusions of the 57th Session of CSW on The Elimination and Prevention of All Forms of Violence Against Women and Girls parágrafo 12, 4-15 de março 2013 UN, New York.

6 Agreed Conclusions of the 57th Session of CSW on The Elimination and Prevention of All Forms of Violence Against Women and Girls parágrafo 21, 4-15 de março 2013 UN, New York.

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, reconheceu a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos.

O reconhecimento de que a violência doméstica, que vitima milhões de mulheres em todo o mundo, constitui uma violação dos direitos humanos alçou este fenômeno a um novo patamar de legitimidade, convocando órgãos diversos do sistema da ONU, assim como governos nacionais, a tomarem uma posição sobre este problema. A partir desta Conferência, iniciativas regionais e nacionais foram tomadas no sentido de qualificar esta forma de violência e de puni-la.

Qualquer análise de desenvolvimento econômico e social requer dados e estatísticas confiáveis sobre as quais elaborar diagnósticos e projeções. A produção de estatísticas não é neutra e responde as prioridades acordadas pelos governos às várias questões nacionais. Um dos principais desafios encontrados no trabalho com violência contra a mulher e as projeções de seus efeitos sociais e econômicos na sociedade reside, justamente, na falta de dados sistematizados e com séries históricas suficientes.

Por esta razão, outra recomendação acordada na 57^a Reunião da CSW diz respeito a necessidade de produção de uma base de dados e de indicadores sobre violência contra a mulher,⁷ ainda imprecisos devido a fatores como subnotificação, já que parte significativa de vítimas deixa de recorrer a instâncias oficiais de acolhimento, ou por registro inadequado por parte das entidades responsáveis.

Órgãos não diretamente ligados à esfera da segurança pública, como os institutos nacionais de estatística, podem prestar significativo apoio ao combate à violência e a dimensionar seus efeitos sociais. Quando, há cerca de 30 anos (1986/87), o IBGE realizou uma pesquisa nacional por amostra domiciliar (PNAD) onde indagava, a mulheres e homens, se haviam sofrido alguma forma de agressão e onde esta havia ocorrido, deu ao problema da violência doméstica, uma expressão estatística até então suposta mas não comprovada: a maioria significativa (acima de 70%) das mulheres agredidas responderam que o haviam sido no espaço doméstico, por pessoas conhecidas, enquanto, entre os homens, a violência era perpetrada sobretudo no espaço da rua, por desconhecidos.⁸

7 57^a Reunião da ONU, Conclusões Acordadas par. 31, op cit.

8 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) 1987.

No Brasil tem havido avanços na produção de estatísticas e indicadores, mesmo que ainda inexista uma base de dados nacional que permita comparações regionais.

Recentemente, a FLACSO publicou os resultados da pesquisa Mapa da Violência contra a Mulher no Brasil (2012). Referindo-se aos dados apresentados neste mapa, o Instituto Patrícia Galvão destaca que 6 em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que já foi vítima de violência doméstica.

O Mapa da Violência indica também que em 80% dos casos reportados o parceiro é o responsável pela agressão. Comparando estes dados com aqueles auferidos pela PNAD do IBGE realizada na década de 80, já mencionada, chama atenção que, em um quarto de século, o padrão da violência contra a mulher permanece similar: ela é agredida sobretudo por pessoas conhecidas.

Dados da Fundação Perseu Abramo, (2001) indicam que uma em cada 5 brasileiras declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. Quando estimuladas a responder pela citação de diferentes formas de violência, este índice alcança a porcentagem de 43%. Os resultados da pesquisa desta Fundação permitem ainda realizar a projeção de que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país. Os dados apontam ainda que mais da metade das mulheres agredidas (68%), não busca ajuda, sobretudo por medo. Quando o fazem, recorrem sobretudo a rede informal de amigas ou familiares. A proporção das que buscam ajuda em canais institucionais só é majoritária (55%) quando a agressão envolve armas de fogo, cortes e ou fraturas.⁹

A Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro publica o Dossiê Mulher, uma das poucas fontes oficiais de dados sobre este fenômeno disponíveis no país. Comparando dados entre 2005 e 2011, o Dossiê indica um avanço significativo no número de registros de ocorrências. É importante, entretanto, não justapor automaticamente aumento de registros com aumento de atos de violência pois, frequentemente, a invisibilidade destes atos é um indicador da vulnerabilidade e desamparo da vítima, incapaz de denunciar a violência sofrida. Silvia Ramos (2011) chama atenção para o aumento do registro de ocorrências após a instalação no Rio de Janeiro das Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs, que criam um ambiente mais seguro e favorável à denúncia.¹⁰

9 Fundação Perseu Abramo, Violência contra a Mulher, 2001 www.fbabramo.org.br e Instituto Patrícia Galvão, 2013 www.patriciagalvao.org.br e www.mapadaviolencia.org.br/index.php

10 RAMOS, Silvia. Violência contra Mulheres e UPPs: o que está mudando nas favelas cariocas, quais são os desafios. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*, 2011, ed. CEPIA, Rio de Janeiro, p. 261.

Com relação ao Dossiê, publicado em 2011, o quadro abaixo, comparativo, demonstra a significativa maior porcentagem de mulheres vítimas de estupro, ameaça e lesão corporal com relação aos homens, ao mesmo tempo em que indica também a maior prevalência de homens entre as vítimas de assassinatos.

Quadro I. *Tipo de crime por sexo*

Tipo de Crime	Números Absolutos	% de Mulheres
Estupro	4.871	82,6
Ameaça	81.273	66,8
Lesão Corporal	84.709	64,5
Homicídio Doloso	4.279	7,1
Tentativa de Homicídio	4.242	16,0

Fonte: Dossiê da Violência 2011. Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública, 2011.

As causas e dimensão da violência contra a mulher tem sido objeto de estudos sistemáticos há mais de três décadas, sem que seus resultados tenham tido o impacto desejado em governos e instituições nacionais e internacionais e em mensurações mais objetivas de seu impacto social e econômico. Já em 1994, o Banco Mundial realizava estudo por Heise, Pitanguy e Germain. Neste texto, as autoras chamam atenção para o fato de que a violência de gênero que inclui o estupro, a violência doméstica, a mutilação, o homicídio, o abuso sexual, a coerção física e psicológica, constituía um problema grave de saúde, em nível mundial. Ressaltam também que, sendo uma causa relevante da morbimortalidade feminina, ela é entretanto pouco reconhecida como uma questão de saúde pública, apesar de que, segundo a Organização Pan-Americana para a Saúde (OPAS), seus efeitos sejam comparáveis aos de outros fatores de alta prioridade na agenda mundial.¹¹

O estudo ressalta também as inúmeras consequências que afetam o comportamento e a saúde física e emocional das mulheres vítimas de violência e particularmente da violência sexual. Chama atenção para o fato de que a violência incide de forma diversa segundo o ciclo de vida, como é resumido nos Quadros 2 e 3, e que suas sequelas se fazem presentes ao longo da vida, incidindo negativamente nas diversas instâncias do desempenho de suas vítimas: a nível educacional, familiar, no mercado de trabalho. O efeito da violência se traduz também em custos sociais elevados, devido ao menor desempenho

11 Heise, Lori, Pitanguy, Jacqueline Germain, Adrienne Violence Against Women :The Hidden Health Burden 255 Discussion papers World Bank Discussion Papers, 1994, Washington DC.

e maior absentismo de suas vítimas no trabalho, maior dificuldade de estabelecer relações, baixa auto estima, maior incidência de ansiedade e depressão, afetando o pleno desenvolvimento de suas capacidades criativas e produtivas, e incidindo no maior uso maior uso de serviços de saúde e de medicamentos.

Quadro 2. Tipos de violência contra a mulher segundo o ciclo de vida

Etapa	Tipo de Violência
Pré-natal	Agressões com efeito na mulher e no feto, gravidez forçada, aborto seletivo por sexo
Infância	Infanticídio feminino, acesso diferencial a alimentação, educação e saúde, casamento de meninas, mutilação genital, abuso sexual
Adolescência	Relação sexual forçada, agressões, estupro, prostituição, assédio, abuso sexual
Idade adulta reprodutiva	Violência sexual, estupro, gravidez forçada, abuso psicológico, homicídio conjugal, agressões, aborto inseguro
Velhice	Abuso de viúvas e anciãs

Fonte: BID 1994, DP225.

Quadro 3. Consequências da violência de gênero sobre a saúde

Resultados não-fatais	Consequências para a saúde mental	Resultados fatais
Doenças sexualmente transmissíveis (DST)	Desordens de stress pós-traumático	Suicídio
Lesões	Depressão, ansiedade	Homicídio
Inflamação pélvica	Disfunção sexual	
Gravidez não desejada	Desordens da alimentação	
Aborto espontâneo/ aborto inseguro	Desordem de personalidade múltipla	
Dor pélvica crônica	Desordem obsessivo-compulsiva	
Dores de cabeça		
Problemas ginecológicos		
Abuso de drogas e/ou álcool		
Asma		
Síndrome do intestino irritável		
Conduitas nocivas para a saúde (sexo inseguro)		

Fonte: BID 1994, DP 225.

São evidentes as consequências negativas dessa violência de caráter pandêmico, tanto na vítima direta como também em seus familiares, especialmente nas crianças e adolescentes e na sociedade como um todo. Em 1997 o BID estimou que os custos da violência contra a mulher na América Latina representavam 14,2% do PIB sendo que o Brasil perdia 10,5% de seu PIB.¹²

Dentre as consequências da violência doméstica sobre as crianças, tem sido destacados efeitos como ansiedade, atraso na aprendizagem, sentimento de culpa, medo, baixa autoestima, depressão e mesmo desequilíbrios emocionais e comportamento delinquente, com alto custo individual e social.

Carrillo (1977) chamou atenção para o fato de que estudos baseados em ocorrências em 90 países sugeriam 4 fatores fundamentais na prevalência da violência contra a mulher: a desigualdade econômica, padrões de violência física para resolver conflitos, autoridade masculina, controle da tomada de decisões pelo homem e restrições ao livre trânsito da mulher.¹³

A CEPAL adota a autonomia das mulheres como base conceitual do seu Observatório de Igualdade onde transversaliza o exercício desta autonomia nas esferas privada e pública em três dimensões: autonomia econômica, autonomia física e autonomia na tomada de decisões.¹⁴

A prevalência de padrões violentos nas relações interpessoais, naturalizados e aceitos pela sociedade constitui um elemento fundamental na persistência da violência contra a mulher. O acesso a armas de fogo, particularmente as chamadas armas leves nas residências, lugar da mais alta incidência da violência contra a mulher, constitui uma grave ameaça à integridade física da mulher.

Em texto sobre paz e segurança, Pitanguy (2011) ressalta que, sendo o conflito um elemento sempre presente ao longo da história da humanidade, tanto nas relações interpessoais como nas relações entre estados, o fundamental para garantir a segurança humana é impedir que conflitos sejam resolvidos pela violência da guerra entre estados ou da guerra que se instaura intramuros, na esfera doméstica.¹⁵

Assim como guerras e conflitos armados devem encontrar limites em Convenções como a de Genebra e em Tribunais que punam crimes contra a humanidade, como o Tribunal de Roma, também o uso da violência para resolver conflitos domésticos deve ser punida, através de legislações específicas como a Lei Maria da Penha (2006) e de juizados especiais.

Publicação da Divisão de Gênero da CEPAL, 2008,¹⁶ conclui que quando as mulheres têm recursos próprios enfrentam melhor a violência. Neste sentido, os laços entre desenvolvimento sócio econômico e violência contra as mulheres se fazem em um sentido de mão dupla: por um lado a violência constitui uma barreira ao pleno desenvolvimento da mulher e, por outro, a

13 Carrillo, Roxana in: Brasileiro, Ana Maria (org), *Las Mujeres contra la Violencia Rompiendo el Silencio*. New York, UNIFEM 1997

14 CEPAL, Observatorio de igualdad de genero www.cepal.org.oig

15 Pitanguy, Jacqueline. Reconceptualizing Peace and Violence Against Women : a work in progress in *Imagine Peace*, SIGNS, The University of Chicago Press Vol 36 number 3 Spring 2011

16 Almeras, Diane, Magaña, Coral, coord. Si no se Cuenta no Cuenta: informe sobre la violencia contra las mujeres. *Cuadernos de la CEPAL* 99, 2008, Fonte DGTIT/PCERJ Chile

maior participação da mulher no desenvolvimento sócio econômico diminui sua vulnerabilidade à violência.

O Brasil tem avançado, com novas legislações (Lei Maria da Penha 2006) e programas como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e o Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher (2007) que tem por objetivo desenvolver políticas amplas e articuladas, com particular atenção as ações voltadas para segmentos mais vulneráveis como mulheres rurais, negras e indígenas. O Pacto disponibiliza recursos para serviços para mulheres em situação de violência e para fortalecer mecanismos de defesa dos direitos das mulheres já existentes.

Apesar dos avanços em número de Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher (DEAMS) que, teriam passado de 307 em 2001 para 464 em 2010, este número é ainda insuficiente dada a dimensão do país, com mais de 5.500 municípios. Essa insuficiência é ainda agravada pelo fato de que tais delegacias estão situadas sobretudo na região sudeste, e muitas estão em condições precárias de

funcionamento.¹⁷ O Brasil carece ainda de casas abrigo, centros de referência, juizados especiais, o que torna a atenção as vítimas de violência um gargalo ao desenvolvimento.

Abordar a questão da violência contra a mulher nos parâmetros do desenvolvimento econômico e social é importante na medida em que alça este grave problema a uma questão de ordem pública, que deveria ser preocupação não apenas de setores de segurança e justiça, mas de todo o governo, envolvendo ministérios e órgãos diversos, em programas de ação concertados.

A ação política dos movimentos e organizações de defesa dos direitos das mulheres e o peso e força política da Secretaria de Políticas de Mulheres e órgãos afins no âmbito governamental, são fundamentais para que a violência contra a mulher passe a ser vista e enfrentada como obstáculo fundamental ao pleno desenvolvimento do país.

Jacqueline Pitanguy é socióloga, coordenadora executiva da CEPIA, membro do conselho diretor do Fundo Brasil de Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

17 Barsted, Leila. O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência. In: *O Progresso das Mulheres*, 2011 op cit

Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas



MYRIAM MORAES LINS DE BARROS

INTRODUÇÃO

Há, atualmente, um discurso que procura enfatizar a ideia de mudanças na família e nas relações intergeracionais. Ao modelo de família conjugal, baseada no casamento heterossexual, na filiação e no núcleo básico formado por pais e filhos, vários fenômenos são apresentados para descrever novas formas de organização da família e novos valores e comportamentos que regem as relações familiares. Assim, são apresentadas as famílias monoparentais, as famílias em rede, as famílias baseadas em união de pessoas do mesmo sexo.

Estas diversas formas de família estão também expressas na ordem institucional. Desde a Constituição de 1988, define-se a entidade familiar, para fins legais e de proteção social, por qualquer dos pais e seus filhos. A lei do divórcio é ampliada, reconhece-se a igualdade dos direitos e das obrigações familiares para marido e mulher; os direitos de filiação são reforçados com a garantia da prova de paternidade gratuita e, mais recentemente, é reconhecida a união de pessoas do mesmo sexo.

Os resultados dos últimos censos da população brasileira continuam a apontar tendências já verificadas em pesquisas anteriores: o número de nascimentos está diminuindo, as pessoas vivem mais, aumenta o número de indivíduos que vivem sós, os recasamentos aumentam proporcionalmente e, agora, foi incorporada na identificação de residentes a opção “cônjuge do mesmo sexo”.

O termo “novos arranjos familiares” tem sido recorrentemente empregado nas ciências sociais, na demografia, nas políticas sociais, na mídia, nas pesquisas de opinião e nos discursos religiosos para dar conta de situações que passam a ocupar a pauta de preocupações nestes diferentes campos de interpretação da realidade e de formulação de ações, seja na dimensão pública da vida social, como as próprias políticas sociais, seja na dimensão subjetiva e intersubjetiva presente no cotidiano dos indivíduos.

A ênfase nas mudanças, entretanto, deve ser relativizada nos estudos sobre família e sobre relações intergeracionais, observando-se os processos de mudança ao lado de um tenso movimento de permanência de valores e de formas de organização familiar.

Esta perspectiva de análise da família, sob o ponto de vista da dinâmica entre mudança e permanência, implica em compreendê-la sob o ponto de vista histórico, contextualizando as dimensões de classe, gênero e geração. A ideia apresentada da polarização entre o moderno e o tradicional deve dar lugar à perspectiva da complexidade da vida social, em particular das relações familiares. E desta forma, a ideia de dinâmica familiar permite ver as famílias para além das classificações por idade e sexo, lugar e função social nas relações de parentesco.

Devemos, assim, entender os processos históricos, que levaram a mudanças nas formas de organização e nos valores familiares, como transformações societárias de diversas ordens que se combinam com reorganizações de valores e práticas já presentes na sociedade. A inserção feminina no mercado de trabalho; a consolidação da urbanização; a laicização das relações sociais; a dissociação entre sexualidade e natalidade; a longevidade; a presença das tecnologias reprodutivas e de saúde na redefinição das famílias trazem implicações nas questões relativas à vida reprodutiva, à colongevidade das gerações familiares, como a perspectiva recriada das definições biológicas de parentalidade com os testes de DNA. (Fonseca, C. 2010).

Nas pesquisas sobre famílias e relações intergeracionais nas camadas médias urbanas, estas questões são explicitadas apontando a particularidade das mudanças nestes segmentos sociais, em diferentes gerações. Alguns trabalhos sobre juventude e diferenças geracionais e de gênero apontam a tendência às mudanças sociais e à pluralidade e heterogeneidade de trajetórias de vida como, por exemplo, o adiamento da saída dos jovens adultos da casa dos pais, a gravidez de adolescentes, as questões da sexualidade, da reprodução e das experiências homoafetivas. (Heilborn et al., 2006; Heilborn, et al., 2012; Lins de Barros, 2009). Os estudos sobre envelhecimento, por outro lado, mostram

uma longevidade populacional significativa e formas de reorganização do cotidiano familiar e das relações intergeracionais em função da presença dos pais mais velhos (Peixoto, 2004; Peixoto e Luz, 2007), e trazem a discussão da sexualidade na velhice e suas implicações nas relações de gênero e geração (Alves, 2004; 2009).

A QUESTÃO DAS GERAÇÕES

Este artigo, baseado em pesquisas antropológicas realizadas ao longo de alguns anos em famílias de camadas médias, parte da constatação de uma nova experiência geracional: as mulheres que têm, hoje, pais vivos e filhos jovens adultos, que permanecem em suas casas, enfrentam uma realidade não vivida por seus pais e que possivelmente não será vivida por seus próprios filhos, pelo menos não da forma com que estas mulheres vivem as relações intergeracionais.

Tendo este ponto de partida, a pesquisa pretendeu analisar as trajetórias de vida de mulheres de diferentes gerações a partir da interpretação das narrativas das mulheres que vivem esta nova experiência familiar, das de suas mães e suas filhas.

Uma das questões iniciais deste estudo foi perceber a presença mais acentuada entre as gerações femininas do efeito de geração¹, ou seja, procurou-se apreender a construção de narrativas de distinção geracional que enfatizassem as mudanças significativas de uma geração para outra, apontando o caráter de construção de sentido dado por elas, ao longo da vida, a seu lugar, nos diferentes contextos de interação social. Embora a ideia de mudança tenha sido o motor inicial do processo de pesquisa, a tensão entre mudar e permanecer está no cerne do problema aqui proposto e é própria da discussão teórica sobre geração. Assim, a dinâmica carregada de tensão da mudança e da permanência entre as gerações é apresentada em duas medidas de tempo. Uma é definida pela trajetória de cada mulher entrevistada e a outra pelo tempo da própria história familiar identificada pelas três gerações de mulheres: as avós, as mulheres da geração intermediária e as jovens.

Por que trabalhar geração faz sentido como uma categoria descritiva das relações sociais contemporâneas? A questão das mudanças, da rapidez das transformações (ou a percepção relativa desta rapidez) ao lado da ideia de continuidade, e até mesmo de uma sacralização da continuidade e do pas-

1 Attias-Donfut, 2004.

sado, compõe o conjunto de fatores para a compreensão das relações sociais na sociedade moderno-contemporânea e, especificamente, aquelas referidas às relações intergeracionais e à construção de identidade de geração². Desta maneira, embora esteja me referindo ao domínio da família para instaurar a possibilidade de comparação, o que tenho em mente é tratar as gerações como uma categoria em um campo de discussão dos processos sociais mais amplos da sociedade.

A dinâmica da vida social é também examinada neste artigo como um elemento, ou um estilo discursivo, elaborado pelos indivíduos em suas relações sociais, para falar de si e da própria sociedade. Assim, a pergunta que percorre a investigação é como ou por qual linguagem as mulheres entrevistadas falam das diferenças e semelhanças entre as gerações, com que percepção, de continuidade ou de quebra, tratam de sua biografia e das relações entre as gerações femininas na família.

Os dados apresentados neste artigo baseiam-se nas entrevistas de história de vida de três gerações de uma mesma família em um universo de mulheres de camadas médias do Rio de Janeiro. O universo foi recortado a partir da definição da geração intermediária de cada grupo de três mulheres. A ideia básica para definir esta geração é a de que as mulheres desta faixa etária, dos segmentos médios nas grandes cidades brasileiras, experimentaram um conjunto de mudanças sociais, redefinindo o lugar da mulher nos contextos público e privado e trazendo novos significados a estas mesmas dimensões da vida social. Sem dúvida, este recorte geracional é um dos fatores para que a ideia de efeito geracional tenha sido o ponto de partida para a pesquisa.

Para mulheres que nasceram entre o final da década de 40 e o fim da década seguinte, há um entorno cultural de mudanças na ordem dos valores e das práticas da vida cotidiana suficientemente significativo para se estabelecer um marco geracional, e esta distinção geracional é particularmente vívida para as mulheres das camadas médias.

As mulheres desta faixa etária experimentaram, no momento de formulação de projetos de vida para a passagem para vida adulta, um conjunto de transformações sociais que abarcam diferentes campos da vida como a sexualidade, a família, as relações entre homens e mulheres e entre gerações na vida familiar, no trabalho e em distintas esferas de sociabilidade, como as definidas por laços de amizade. Vivenciaram também mudanças de ordem

2 Sobre a relação entre mudança social e geração ver o trabalho clássico de Mannheim (1982) e Lins de Barros (2006).

societária, com a reestruturação do perfil do trabalhador, com a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, a profissionalização de mulheres de segmentos médios urbanos, o controle de natalidade e, portanto, a diminuição do número de filhos especificamente nestes segmentos sociais além do aumento do divórcio, levando à reconfiguração da família e da conjugalidade.

Este contexto de mudanças é reconhecido por vários autores que destacam movimentos sociais, presentes em diferentes contextos nacionais, e que marcam o que Tania Salem (2007) designa como “convulsão dos anos 60”. Para a autora, os movimentos e ideias, gestados em períodos anteriores, encontram condições sociais e políticas para aparecerem nestes anos de convulsão. O movimento feminista, por exemplo, abre espaço, na realidade brasileira, para discussões e para a viabilidade prática de novos estilos de vida para homens e mulheres e estabelece, também, pontos de interseção com as lutas para a liberdade democrática no Brasil e na América Latina, em um momento em que diferentes países vivem regimes ditatoriais. O momento internacional é de enfrentamento da ordem instituída: os movimentos estudantis no próprio Brasil e no mundo, o maio de 68 na França, os movimentos nos EUA contra a guerra do Vietnã, o movimento hippie com a bandeira da liberação de drogas e sexo, entre outros, dão o tom deste momento. Segundo Salem (op. cit., p. 83-84); “A denúncia é generalizada: contesta-se desde o poder do Estado sobre os cidadãos, dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros, dos médicos sobre os pacientes etc. até atingir as instâncias socializadoras – escolas e família”.

Nas pesquisas baseadas em histórias de vida em camadas médias percebe-se uma variação de intensidade de alguns princípios da ideologia individualista, presentes nos dilemas que se apresentam a cada indivíduo, como ter maior ou menor liberdade ou autonomia frente às áreas da vida como a família e a religião, opções de vida que tomam, em determinados momentos da trajetória, um caráter dramático como, por exemplo, responder afirmativamente às obrigações morais da responsabilidade pelos mais velhos, pelas crianças e pelos considerados dependentes ou aderir a projetos de maior ruptura com o circuito de reciprocidade familiar. Em algumas situações, como as estudadas por Russo (1993) e Lins de Barros (2010), encontramos disposições para mudança de perspectiva para a vida futura, com projetos de vida de ascensão social. Nestes casos, a educação superior e a profissão são garantia de distinção com as gerações anteriores e podem, assim como a instabilidade na situação social, ou queda social, estabelecer-se como um drama familiar em que se torna mais

definida, para alguns membros da família do que para outros, a opção por maior autonomia e independência³.

Em relação a estas problemáticas interpretativas das relações sociais e da constituição da subjetividade moderna na sociedade moderno-contemporânea, Duarte (2005) propõe, por sua vez, o exame diferencial das ênfases em diferentes contextos sociais dos princípios da constituição do indivíduo moderno, representada pela ideia de singularidade do sujeito, da autenticidade, da liberdade. Acompanhando esta análise, Machado e Lins de Barros (2009) mostram, em estudo comparativo entre mulheres de camadas médias e populares, diferentes significados e interpretações que as mulheres entrevistadas dão ao projeto e à possibilidade de realização de sua autonomia como mulher. A percepção de si como um indivíduo autônomo e independente é pautado em visões psicologizadas, no caso das camadas médias, e mais calcadas em princípios religiosos, nas camadas populares.

Nos resultados da pesquisa em questão neste artigo, nota-se, há uma particularidade na experiência destas tensões entre individualizar-se e ser incorporada ao grupo familiar para as três gerações pesquisadas. Os estudos sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea têm insistido na continuidade de padrões de assimetria de gênero nas relações familiares, no mundo do trabalho, na política etc., embora se perceba as diferenças entre as gerações, entre diferentes segmentos de classe e mesmo entre regiões do país. Em trabalhos recentes organizados por Araújo e Scalón (2005), baseados em *survey* que forneceu dados sobre percepção e atitudes em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, à divisão do trabalho doméstico, ao papel da maternidade e do casamento no Brasil, os autores respondem às questões sobre mudanças de valores e práticas, relativas às relações de gênero, pela expectativa de um padrão mais igualitário nas relações de gênero na família, embora esta tendência venha acompanhada de posicionamentos contrários, sobretudo quando a questão é a maternidade.

A interpretação da desigualdade da experiência geracional e de gênero quanto à adesão aos ideais de autonomia, de liberdade e de independência não está de forma alguma baseada em princípios evolutivos de expansão sistemática dos valores individualistas. Trata-se, sim, de entender as dimensões da desigualdade nestas dimensões assim como naquelas referidas às classes

3 Os trabalhos de Russo (1993) e Lins de Barros (2010) mostram trajetórias de vida de indivíduos em diferentes segmentos médios, em que a distinção social se faz pela escolha e formação de nichos e carreiras profissionais, criando uma possibilidade de ascensão em relação à família de origem e constituição da autonomia individual como um valor.

ou segmentos sociais de nossa sociedade, como próprias da complexidade da sociedade moderno-contemporânea que se caracteriza pela heterogeneidade cultural, pela especialização da divisão do trabalho, pelas diferenças nos acessos a bens materiais e simbólicos, a status social, a poder e a direitos, pela diferenciação e descontinuidade de níveis e de domínios da realidade social e pela proeminência do indivíduo como a unidade social básica (Velho, 2001).

Segue-se nesta argumentação, que nas relações cotidianas, em seus diferentes planos da vida social, há uma constante definição dos significados da realidade pelos sujeitos envolvidos, onde estão sendo negociadas várias dimensões: poder, status, legitimidade, possibilidade de construir e realizar projetos etc. Nesta discussão conceitual é absolutamente fundamental o argumento da constituição social e cultural desta definição da realidade, como tenho sistematicamente enfatizado nos trabalhos anteriores e particularmente nos estudos sobre memória individual e social e sobre projetos de vida e os campos de possibilidade socialmente construídos para sua efetivação.

É desta forma, percebendo as mulheres como agentes envolvidos em relações sociais e em contextos e situações sociais, que procuro compreender as diferenças e aproximações entre as trajetórias das três gerações de mulheres. Entre outras questões relevantes para se compreender as relações intergeracionais e a ideia de transmissão de valores e de disposições para a ação entre as gerações, está a importância atribuída às mães no processo de transferência dos legados simbólicos (Vitale, 2007). Em Lins de Barros (1987) apontava que as avós, acompanhando as transformações relativas à mulher de camadas médias, encorajavam as filhas a se profissionalizarem e a conquistarem independência financeira e algum grau de autonomia. Em trabalho recente realizado a partir de pesquisa comparativa entre países europeus sobre família, gênero e trabalho, Torres, Mendes e Lapa (2007) mostram que “a atividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho” (p.170). E acentuando a importância do que chamam de “efeitos de transmissão” de uma geração para outra, no plano dos comportamentos, acrescentam que: “São efeitos específicos de socialização, aliás, tanto mais reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe” (p.170). Em relação ao aprendizado da sexualidade, Heilborn et al. (2006) mostram, na pesquisa sobre gravidez na adolescência, como particularmente as mães das camadas médias têm um papel fundamental para a transmissão de conhecimentos sobre sexualidade, gravidez etc. Ampliando para outras áreas a importância materna na socialização dos filhos, Machado (2006), referindo-se à formação religiosa,

afirma que “existe consenso na literatura de que a mãe tem mais influência do que o pai sobre os membros das gerações mais jovens” (p. 98).

OS LEGADOS E OS CONFLITOS INTERGERACIONAIS

Início agora as apresentações das três gerações das mulheres da pesquisa. Foram realizadas entrevistas de história de vida com 24 mulheres das três gerações, correspondendo a sete grupos de três gerações e a três mulheres entrevistadas de duas famílias distintas, que corresponderiam a mais dois conjuntos completos de mulheres.

Na primeira geração, cuja idade varia entre 69 e 88 anos, as mulheres tiveram de dois a quatro filhos. Casar, ter filhos logo nos primeiros anos, deixar de trabalhar e dedicar-se aos trabalhos da casa e à educação dos filhos fazia parte de um script para o qual muitas delas não se achavam preparadas. A rigidez nas atribuições das atividades femininas e masculinas com a qual foram socializadas não é atenuada no casamento. Assim, as narrativas das histórias de vida apresentam uma imagem naturalizada das passagens ao longo do curso da vida. Em alguns casos, a queixa da falta de oportunidades para uma vida mais autônoma recai sobre o marido, considerado por algumas como inflexível para as mudanças, tanto em relação a elas como aos filhos. Desta forma, ao lado da tendência em compreender as situações vividas como próprias de sua geração, há um tom crítico à dependência financeira e ao limite à autonomia da mulher experimentados por elas. A capacidade de percepção destes constrangimentos é construída ao longo da vida nas diferentes esferas sociais, mas, sobretudo, nas relações com os filhos e netos. Acompanhando as mudanças sociais e de mentalidade em relação ao lugar da mulher na sociedade, a educação das filhas estava fortemente dirigida para a escolarização superior e para a profissionalização.

Para este segmento de classe, a independência financeira está basicamente referida ao ganho adquirido pelo trabalho. Desta forma, a crítica à falta de independência para gerir suas próprias vidas está associada à autonomia e à realização de possibilidades que já estavam postas para este segmento etário, como estudar e seguir uma carreira profissional. Duas mulheres que não trabalharam depois de casadas definem como “uma burrice não trabalhar fora” ou que “a mulher sem trabalho fica lesada, uma parte dela não desenvolve porque a parte profissional é muito importante”. Trabalho, portanto, não é apenas uma ajuda ao orçamento doméstico como algumas fizeram, costurando para a família e mesmo para fora, mas está definido como um projeto profissional.

O casamento corresponde, assim, a um corte nos projetos de trabalho e de estudos. Casar significa para a maioria uma interrupção, mas ao mesmo tempo a tomada de um projeto no qual elas assumem a tarefa do cuidado, não apenas material, mas simbólico. A transmissão de valores na educação dos filhos é sua atribuição, assim como a responsabilidade pela manutenção do vínculo afetivo com o marido, uma vez que “estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as relações familiares”⁴. A separação, portanto, não é comum neste segmento etário embora tenhamos três casos e em um deles, excepcionalmente, a entrevistada viveu duas separações (um desquite e uma separação de uma união consensual). De qualquer forma, estas situações são entendidas por elas e pelas próprias filhas como “abandono”. Para uma das mulheres da geração intermediária, ao comparar a sua geração com a da mãe, afirma: “Nós separamos, elas eram abandonadas”. A separação era uma marca estigmatizante para a mulher de modo geral, algumas falam que não podiam se relacionar com mulheres separadas e uma das mulheres, que se separou duas vezes, relatou situações constrangedoras das pessoas atravessarem a rua para não falar com ela.

Embora exista um determinado padrão feminino para esta geração de mulheres nestes segmentos sociais, há variações de vivência do papel feminino. Apenas duas mulheres entrevistadas desta geração trabalharam depois do casamento, uma delas com curso superior completo e a outra com ensino fundamental. A experiência profissional tem motivações diferentes nestes casos. Para a mulher com menos escolarização, o abandono do marido deixando-a sozinha e sem condições financeiras, obrigou-a a trabalhar no escritório de contabilidade da família, atividade que exerce até hoje e que a possibilitou manter os filhos quando pequenos e a si mesma até hoje. A entrevistada, formada em belas artes, casou-se aos 28 anos e enviuvou antes dos 40 anos, quando morava fora do Rio de Janeiro. Na volta ao Rio, iniciou na vida profissional como jornalista até se aposentar; aposentada, continuou a realizar trabalhos como pintora.

O fato da maioria não trabalhar depois de casada não significou uma retração nas redes sociais destas mulheres. A circulação se fazia na família extensa, entre amigos do casal. Como três delas casaram com militares, os deslocamentos pelo país e para o exterior as obrigaram a constantes reorganizações destas redes. Hoje, há uma retração nas redes de sociabilidade para algumas

4 Torres, 2000, p.154.

que acabam se limitando ao convívio com os filhos, netos e vizinhos; para outras há as atividades religiosas e assistenciais.

As aposentadorias e pensões garantem uma vida mais ou menos tranquila para as mulheres, sobretudo, para as casadas e viúvas de militares-oficiais, permitindo que ainda hoje ajudem os filhos e netos e lhes possibilitem viagens e estudos. Para duas entrevistadas, entretanto, são as filhas que lhes dão parcial ou totalmente o suporte financeiro. Estas transações, ajudas e cuidados em diferentes direções têm um caráter afetivo e de obrigação moral definida pelos laços familiares.

As mulheres mais velhas também apresentam diferentes configurações residenciais: moram com os maridos, sozinhas, com neto, com a irmã. As filhas entrevistadas as visitam frequentemente para saber se “tudo está bem”, mesmo que por um breve instante, sendo que estes cuidados com a mãe e os pais velhos são muitas vezes divididos, sobretudo com as irmãs. As tarefas domésticas cotidianas são realizadas por empregadas domésticas e faxineiras diaristas. Isto não significa que costurar e cozinhar não estejam entre suas qualidades e atribuições femininas. A presença das domésticas e das babás é, em alguns casos, fundamental para a explicação das relações familiares e dos vínculos afetivos entre as entrevistadas e estas figuras femininas. Há empregadas que são consideradas da família e passam de mãe para filha e, desta forma, algumas mulheres da segunda geração têm experiências semelhantes às mães em relação à vida doméstica. Quase todas as mulheres da primeira geração falam do despreparo para a vida de casadas e para a maternidade, o que significou a presença marcante das mães e sogras na fase inicial do casamento e dos nascimentos dos filhos. Em alguns casos há uma reprodução desta relação entre mães e filhas, o que é suficientemente marcante para que as netas tenham em relação às avós (primeira geração) e à casa das avós um sentido de acolhimento, de diálogo e de cuidado.

A geração intermediária (48 a 60 anos) tem de um a três filhos e viveu experiências de estudo, de trabalho e de relações conjugais distintas de suas mães. Embora as opções profissionais as coloquem majoritariamente no campo das profissões femininas, entrar para a universidade, trabalhar e ter uma carreira profissional faz parte de um projeto de vida e de construção de uma subjetividade pautada por ideais de autonomia e de independência econômica. A trajetória de vida é percebida como um processo de lutas e de enfrentamentos que começa na juventude com a contestação da educação dos pais, continua com os conflitos e separações conjugais, com a busca de uma satisfação profissional e uma constante preocupação financeira. Para estas mulheres, de uma maneira

geral, a autonomia em suas decisões e opções é acompanhada da independência financeira. Trabalhar era um imperativo não só porque se torna um valor no projeto de autonomização, mas porque é, de fato, uma necessidade neste segmento de mulheres. Há, entretanto, ao longo da vida e, até hoje, a busca por um equilíbrio entre a satisfação pessoal e a carreira profissional.

Apesar de o casamento ter sido o momento em que saem da casa dos pais e os filhos nascerem nos primeiros anos de vida conjugal, as separações marcam suas vidas em vários sentidos: afetivos, financeiros, sociais. Das sete entrevistadas, seis já se separaram alguma vez e duas estão casadas novamente. A comparação com o projeto de casamento das mães mostra que esta geração tem, diferentemente da geração mais velha, uma mescla de ideais de relações conjugais: ao mesmo tempo em que tiveram a expectativa de um amor romântico em algum momento de suas trajetórias, vivem hoje, destruído o modelo do amor romântico, o projeto de casamento no qual cabe ao casal construir constantemente a relação a dois e o respeito à individualidade. Neste sentido, a falta de diálogo, o “mutismo completo” durante anos foi apresentado como um dos motivos para a separação do primeiro marido. As separações vieram, também, marcar em suas vidas a dissociação entre sexualidade e casamento e neste sentido garantir alguns pontos ao projeto de autonomia e de possibilidade aos fluxos entre os mundos sociais e de aumento relativo da importância dos amigos em suas redes sociais. Estas mulheres acompanham um movimento de transformações de valores e de práticas presente nestes segmentos sociais urbanos, e que tem, para as mulheres, um sentido mais importante de mudanças. Há um trânsito entre mundos sociais que é inaugurado por esta geração de mulheres nestes segmentos sociais: família, trabalho, amizade, sexualidade são domínios da vida que ganham importâncias relativas ao longo da trajetória de vida, trazendo para as entrevistadas tensões constantes para ajustar as necessidades com os cuidados com os pais, o apoio financeiro dos filhos adultos e seus próprios projetos de vida no campo profissional, afetivo e sexual.

As relações com as filhas fazem parte, portanto, desta rede mais ampla e diversificada de sociabilidade, de trocas afetivas e de cuidados. As diferenças entre a geração intermediária e a mais jovem (22 a 36 anos) são mais sutis do que aquelas entre a geração madura e suas mães. Até certo ponto há para as duas gerações (intermediária e jovem) a mesma tensão entre a valorização das ideias de escolha, opção, prazer, autonomia e liberdade com matiz psicologizante e as que evocam um indivíduo relacional, onde a categoria de obrigação e a família como um valor se destacam. Podemos afirmar que as duas gerações têm muito claramente a ideia de si como indivíduos autônomos e,

enquanto tal, explicam seus movimentos de aproximação e afastamento, ao longo da vida e hoje, em relação às ideias políticas, à religião, às redes sociais e à família.

A mesma tônica individualista marca a vida profissional destas duas gerações, entretanto, neste aspecto, as duas gerações têm diferentes formas de enfrentamento. A geração madura fez a escolha da carreira profissional ao entrar para a universidade. As duas mulheres que estão aposentadas seguiram a escolha inicial até a aposentadoria, as outras que ainda estão trabalhando dividem-se entre as que tiveram uma única carreira profissional e outras que percorreram outros caminhos profissionais, mas para os quais se sentem plenamente preparadas. A inserção na vida profissional iniciou-se cedo, algumas ainda como estagiárias durante o curso de graduação. Apenas uma delas ingressou no curso superior depois do casamento e do nascimento dos filhos, mas entrou para o mercado de trabalho como professora do ensino elementar logo que concluiu o curso normal de formação de professores.

A vida profissional das jovens vem mostrar um dilema para os princípios da geração madura que estão pautados nas ideias de escolha individual, de cuidado de si, do prazer. São estes os princípios que marcaram as bases da educação das filhas. Este dilema aparece na busca incessante de uma carreira que satisfaça projetos individuais, que pretendem associar princípios de prazer com uma garantia de independência financeira. Esta combinação é pouco encontrada pelas jovens. Uma única jovem mulher, a mais velha do grupo, casada pela segunda vez e com dois filhos, um do primeiro casamento, tem independência financeira, com uma inserção mais segura no mercado de trabalho. Para as jovens, entrar no mercado de trabalho mais efetivamente para garantir sua independência financeira é algo que vem sendo adiado. A possibilidade de contar com as mães e/ou com os pais é um dado deste universo de pesquisa. Esta realidade da dependência financeira é também definidora da configuração das residências e gera conflitos entre mães e filhas.

Uma das questões que aparecem nas entrevistas das mulheres da geração intermediária é a dinâmica da unidade residencial. Há uma flexibilidade presente nas unidades residenciais que não estão referidas ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (o nascimento dos filhos e sua posterior saída para a constituição de novas unidades residenciais). Esta flexibilidade está relacionada a eventos que fazem parte das experiências de vida desta geração de mulheres: separações conjugais, novos casamentos com a entrada do novo companheiro na residência, saída dos filhos, jovens e jovens adultos, para estudar ou tentar a vida profissional fora do país ou da cidade, durante um ano ou

mais, e sua volta, muitas vezes não prevista ou desejada ou a retirada, mais do que a saída, de filhas, após conflitos insolúveis entre as duas gerações.

A dinâmica da unidade residencial passa a ser um ponto distintivo da geração intermediária frente às próprias mães e filhas. Em relação às mães, a primeira geração, as mulheres mostram uma reversibilidade constante na organização doméstica: ora estão com os filhos e filhas, ora não. Os motivos para a saída e entrada dos filhos para a primeira geração não eram os mesmos vividos pelos jovens de hoje. Saía-se de casa para casar e voltava-se, às vezes, após a separação e por um tempo. Ou ainda, como aconteceu com uma das entrevistadas, para o apoio familiar depois do nascimento de um filho doente. Além disso, a saída, ou a primeira saída, ocorria mais cedo, o que aponta para um casamento também mais cedo. Neste caso, a comparação quanto à idade do casamento é feita com as próprias filhas que casarão mais tarde ou não casam e que quando saem de casa, a saída pode não ser definitiva, podendo voltar em algum momento em que o projeto de vida fracasse.

Quando as jovens saem da casa das mães após conflitos continuados com as mesmas, algumas vezes ocasionados pelo novo casamento materno, coloca-se uma outra questão: as jovens acabam sendo acolhidas na casa das avós ou dos pais. Estes já constituíram outras famílias, indo a jovem coabitar com o pai, a madrasta e seus filhos e seus meio-irmãos. Para as jovens, rompe-se assim um padrão de matrifocalidade da residência.

Sob o ponto de vista das jovens, elas circulam entre residências em um circuito familiar. A família se expande e se ramifica em várias residências. Há assim uma negociação constante nestas entradas e saídas da qual participam vários elementos das relações familiares das jovens. O discurso mais psicologizado, explicativo desta tendência em circular entre residências, não deixa de ter também uma razão prática: onde haverá menos atritos e mais apoios.

Esta experiência de contração e alargamento ocasional da configuração residencial é vivida pelas mulheres da geração intermediária, ao mesmo tempo em que redefinem seus relacionamentos familiares com os pais e os irmãos. Hoje, com os pais mais velhos e com a preocupação com o cuidado destes, a presença diária ou semanal na casa da mãe ou dos pais tornou-se um imperativo. Esta aproximação é acompanhada, também, de uma reaproximação dos irmãos com quem não se tem, necessariamente, afinidades e comunhão de estilos de vida.

Esta reorganização das esferas de sociabilidade e a presença mais constante da grande família no cotidiano vão ser vividas por esta geração e pela mais jovem dentro da combinação tensa entre valores, que enfatizam uma subjeti-

vidade individualizada e os referenciais de valores relacionais, que definem as relações na família moderna⁵.

Nas camadas médias, todas as mulheres da geração madura tiveram uma educação religiosa católica como suas mães. A maioria das entrevistadas da primeira e da segunda geração estudou em escolas católicas tradicionais do Rio de Janeiro dirigidas por irmandades de freiras e que só permitiam a entrada de meninas. Para as mulheres mais velhas, a infância e adolescência são compreendidas como um período de educação rígida e sem escolhas possíveis, salvo uma entrevistada que, ao se comparar com as mulheres de sua geração, observa que o pai, profissional liberal, e a mãe, dona-de-casa, teriam tido ideias mais liberais na educação dos filhos, não relacionando a educação católica a um maior controle moral. Esta mesma entrevistada, com a morte de um dos filhos, faz um trânsito religioso do catolicismo para o espiritismo kardecista, levando com ela uma das filhas. O catolicismo é efetivamente praticado apenas por três entrevistadas que comparecem às missas dominicais e às festas religiosas.

A socialização religiosa católica da geração madura foi revista ao longo da vida, sobretudo nos anos 70 quando o conjunto de valores referidos à família, casamento, religião foram colocados em questão e, para parte das entrevistadas, este movimento é acompanhado por adesões a ideais políticos de esquerda nas lutas contra a ditadura. A irreligiosidade que parece predominar naquele momento de vida é negociada com a família de origem em alguns momentos. O casamento e o batizado dos filhos ou de parte deles (uma das mães não batiza um dos três filhos), na igreja católica, revelam mais uma busca por conciliações com uma tradição familiar do que uma opção propriamente religiosa. Uma entrevistada fala de suas trajetórias religiosas: *“Dos meus filhos, tenho um que não é batizado, que é esse que nasceu numa fase hippie... Eu fiquei muito tempo afastada da religião e hoje me considero uma pessoa religiosa, mas eu não comungo e não me confesso faz sessenta anos!!!”*

Mais adiante a entrevistada, falando da filha, apresenta de forma exacerbada o que Duarte (2005) trata como a gestão da vida privada e do subjetivismo presente nas atitudes religiosas. *“Eu acho que cada religião atende a um determinado tipo de pessoa, no fundo é um suporte. E eu acho que tem essas autonomias”*.

Vemos assim uma negociação constante relativamente à religião e, sem dúvida, a família enquanto um valor está englobando as revisões individuais

5 Singly, 2007.

das adesões religiosas. Não casar de véu e vestido branco comprido foi uma das formas que uma das mulheres diz ter explicitado que estava realizando a cerimônia religiosa apenas para não confrontar diretamente a família e, ao mesmo tempo, poder afirmar sua forma de negociar a situação.

As jovens, por sua vez, foram já plenamente socializadas em um ambiente fluido de uma religiosidade não amparada institucionalmente, embora tenham sido batizadas na igreja católica. Algumas, hoje, criticam a ausência de uma orientação mais francamente religiosa em sua educação e outras reafirmam as mesmas atitudes das mães. Combinam como estas, uma adesão a princípios católicos ou cristãos mais genéricos, uma busca de uma religiosidade em momentos de aflição e uma valorização das opções individuais neste campo.

Neste sentido, o recurso à religião parece, à primeira vista, não diferir da busca das religiões em momentos de sofrimento como foi encontrado no universo de mulheres de camadas populares. Mas, neste caso, o das mulheres de camadas médias, a religiosidade, mais do que a religião institucionalizada, está combinada com outros recursos que podem ser acionados nestes momentos: as terapias de linha psicanalítica, os cuidados com o corpo, as viagens que definem um estilo de vida e uma busca de si mesmo, a intensidade de procura da completude em relações de amizade, namoro e conjugalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos fundamentais comuns a este conjunto de mulheres de camadas médias, sobretudo aqueles que, relativos a ideais formulados com nitidez pela geração madura, - a autonomia nas decisões em suas vidas e independência para não precisar se submeter a ninguém - não permitem concluir pela homogeneidade neste universo de pesquisa. Não é apenas o fator geracional que contribui para a heterogeneidade nas ênfases em valores individualistas e nas possibilidades socialmente apresentadas para cada mulher para colocar em prática suas maneiras de pensar, mas há, na mesma geração, situações bastante diferenciadas. Concluo trazendo algumas observações para marcar a importância da diversidade e heterogeneidade das camadas médias tanto no sentido dos valores como da prática, referindo-me à profissionalização, educação, conjugalidade, maternidade e solidariedade intergeracional.

Há nítidos movimentos de instabilidade social na geração mais velha. Duas mães são sustentadas pelas filhas da geração madura, depois de falência familiar e fracasso no estabelecimento comercial. A falta de previsão e um es-

pírito perdulário dos pais são as desculpas para as situações de queda de status social nesta geração, agregada a uma baixa escolaridade dos pais. Situações de estabilidade aparecem, ao contrário, quando as mulheres se casam com oficiais das forças armadas. Os maridos das mulheres mais velhas, os oficiais militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, optaram por carreira prestigiada e que lhes garantiu estabilidade econômica e significou a adesão a valores modernos que distinguiu as camadas médias nas metrópoles brasileiras na década de 1940.

As mulheres da geração madura apresentam, por sua vez, uma situação social mais estável. O trabalho não é só um valor apreciado para que elas se sintam valorizadas como pessoa, mas lhes garante também independência financeira. A educação superior é fundamental neste sentido, mas não é uma razão necessária para a condição mais favorável. Nem todas as mulheres têm um sentido de carreira, que corresponde a um projeto de vida e de profissão. Para algumas, o curso superior não é fundamental para sua posição no mercado de trabalho. A expansão e a heterogeneidade do próprio trabalho abriram possibilidades diferenciadas de campos de trabalho nos quais estas mulheres se inserem, ainda em profissões femininas.

De alguma maneira, a geração mais nova recebe de suas mães a valorização dos ideais de autonomia e de independência, mas eles não correspondem necessariamente à permanência em postos de trabalho. O adiamento da entrada na vida profissional ou sua intermitência podem estar relacionada às dificuldades do próprio mercado, mas também são parte de uma outra forma de se colocar no mundo que pressupõe a participação da mãe e, ou do pai nas suas despesas cotidianas. Nesse sentido, vemos que as aquisições, em termos de autonomia e independência financeira das mulheres das camadas médias da geração intermediária, corresponderam a um momento de suas trajetórias de confluência de valores individualistas e possibilidades de acesso à escolarização superior e à profissionalização, em um momento de abertura para o questionamento das assimetrias de gênero e para as transformações na família. Embora o legado transmitido às filhas seja no sentido de valorização do projeto de autonomização e independência, ele não tem se efetivado na prática. As jovens de camadas médias adiam a passagem à vida adulta plena e encontram, também, condições sociais não muito favoráveis à realização do projeto de vida. A concepção de uma vida autônoma parece estar, assim, mais atrelada aos trânsitos entre mundos sociais e menos à profissionalização como parece ter sido as trajetórias de suas mães.

Com perspectivas geracionais distintas e com discursos e práticas que indicam mudanças sociais, as mulheres entrevistadas têm, em comum, vivências de conflito nas relações intergeracionais e de gênero e, subjetivamente, vivenciam tensões nas definições individuais de projetos de vida. Comunham, também, com princípios básicos de sociabilidade familiar, sobretudo os que definem a família como um valor fundamental para a constituição dos indivíduos.

Myriam Moraes Lins de Barros · Doutora em antropologia social. Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavalheiro. Um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- _____. Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. In: *www.sexualidadsaludysociedad.org*. no. 3, p.10-32, 2009.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2005.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. E. (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; LINS DE BARROS, M.(Orgs). *Sexualidade família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.137-176.
- FONSECA, Claudia. Quando tecnologia, lei e família convergem: questões de gênero e geração em conexão com testes de paternidade”. *Antropolítica* (UFF), vol. 26, p.19-36, 2010.
- HEILBORN, Maria Luiza et. al. *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Garamond Universitária, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza, CABRAL, Cristiane da S.; BRANDÃO, Elaine R., CORDEIRO, Fabíola; AZIZE, Rogério L. Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração. In: *www.sexualidadsaludysociedad.org*, no. 12, p. 224-257, dec.2012.
- LINS DE BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, M.M. (org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 17-37.
- _____. Três gerações femininas em camadas médias. In: VE-LHO, G. e DUARTE, L. F. D.(orgs.). *Gerações, família e sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. P. 46-62.
- _____. Trajetória de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. In: *Horizontes Antropológicos. Antropologia e ciclos de vida*. Porto Alegre, ano 16, n. 34, jul./dez., 2010.
- MACHADO, Maria das Dores C. Religião, família e individualismo. In: Duarte, L. F. D.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M.; PEIXOTO, C. (Org.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

- MACHADO, Maria das Dores Campos e LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17 (2). Maio-agosto/2009.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers e LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, no. 29, p.171-191, Dez 2007.
- RUSSO, Jane. *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- SALEM, Tania. *O casal grávido. Disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, Clarice E. et al. (Org.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- TORRES, Anália, MENDES Rita e LAPA Tiago. Família e trabalho na Europa. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.) *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (Org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- VITALE, Maria Amália Faller. Avós, velhas e novas figuras da família contemporânea. ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. 3ª edição, São Paulo: Cortez Editora/IEE/PUC/SP, 2007.

SUZELEY KALIL MATHIAS
MARIA CECÍLIA OLIVEIRA ADÃO

|-

Em 26 de novembro de 2012, o Diário Oficial da União publicava a nomeação da primeira oficial superior das Forças Armadas: depois de 31 anos de seu ingresso na Marinha, a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, chegava ao posto de contra-almirante. Certamente uma conquista pessoal e profissional a ser comemorada. No entanto, é preciso lembrar que como profissional da saúde, que entrou no quadro auxiliar da força, ela jamais poderá assumir um posto de alto comando. Se chegar a Almirante, muito pouco provável diante das vagas relativas, será imediatamente aposentada.

Mais importante que a ascensão da contra-almirante Dalva, e sequer lembrado pela mídia ou mesmo por setores especializados em estudos sobre forças armadas e defesa, foi a sanção da Lei 12.705, publicada em 08 de agosto de 2012. Esta realmente representa uma reforma importante para as forças armadas brasileiras, cujo impacto na política de defesa e militar do Estado ainda não **é possível** dimensionar. É que esta Lei introduz a igualdade de gênero no exército brasileiro, pois estabelece que todos os brasileiros, mulheres e homens, que cumprirem as exigências da Força, poderão fazer os exames para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na qual se formam os oficiais desta força nacional, historicamente a mais conservadora e a mais politizada relativamente às co-irmãs.¹

1 O Art. 7º da Lei 12.705/12 explicita que o ingresso das mulheres é irrestrito a todas as Armas: “O ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei.” A íntegra da Lei pode ser consultada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm. Acesso realizado em 05/02/2013.

Esta breve introdução já é suficiente para oferecer uma idéia do tema deste trabalho. Seu objetivo é avaliar o estado atual da questão de gênero nas forças armadas brasileiras a partir de uma breve retrospectiva de seu desenvolvimento.² Por questões de espaço, dois temas importantes e correlatos não serão abordados. Trata-se da participação feminina nas forças de segurança e nas missões de pacificação da ONU.

No que se refere às forças de segurança, é importante lembrar que no Brasil, como em muitos outros países, a entrada de mulheres nas polícias militares precedeu sua incorporação às forças armadas em várias décadas. A pioneira nesse aspecto foi a Polícia Militar de São Paulo, que criou seu primeiro corpo feminino em 1955, com a entrada de 13 mulheres. Todavia, desde então e até os anos 1980, a elas eram reservadas funções consideradas menores, chegando no máximo ao policiamento ostensivo em escolas e garantindo a segurança em feiras livres. Hoje, entretanto, elas estão presentes em todas as instâncias, inclusive na ROTA – o controverso batalhão Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar –, temido por seu comportamento violento e muitas vezes ilegal. Ainda assim, embora já existam mulheres ocupando postos superiores, nenhuma foi escolhida para comandante da Polícia e o contingente feminino pode ser considerado bastante modesto: 10% do total da tropa.

Relativamente às operações de pacificação da ONU, importa lembrar o esforço desta organização pela igualdade de gênero. A despeito de sua própria dificuldade interna de estabelecer políticas de transversalidade, como em outras oportunidades expressamos,³ os dados apontam que muitas das mudanças

-
- 2 Neste artigo, o conceito de gênero é entendido como “a soma das características psicossociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual”, e estereótipo de gênero como “a percepção da tipicidade do traço segundo o sexo”. D’AMORIM, Maria Alice. “Cognição social, estereótipo de gênero e sexismo”. Revista DADOS de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 02, n.02, dez/1996, p.160. A autora considera que existe uma permanência do estereótipo de gênero ao longo das décadas, mas que, no entanto, no mesmo período, houve uma flexibilização constante quanto à *atitude*, sendo que esta é definida como as características consideradas desejáveis para cada sexo. Esta flexibilização explicaria a permanência da identificação da mulher com determinados traços e papéis tidos como inerentes, tais como a afetividade, dependência e a obediência, mas que, ao mesmo tempo, tornaria aceitável a atual ocupação de novos espaços profissionais, inclusive daqueles que eram tidos como exclusivamente masculinos.
- 3 Estudo amplo a respeito foi realizado sob coordenação da *Red de Estudos de Defesa* (RESDAL), cujos resultados parciais podem ser consultados em MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. Ed. UNESP/FAPESP, 2009.

promovidas nos países, o Brasil entre eles, podem ser creditadas à Organização. É assim, por exemplo, que a adoção da Lei 12.705/12 pode ser encarada como resultado parcial da Resolução 1325/2000, que solicita aos países membros da organização uma série de iniciativas para promover maior participação de mulheres nas forças militares nacionais que são enviadas às zonas em conflito sob bandeira da ONU.⁴

As iniciativas da ONU instando os países a adotarem medidas para adensar a participação feminina na promoção da paz revelam que a guerra moderna jamais foi encarada como uma questão feminina. Ao contrário, e apesar das mulheres sempre terem participado de guerras, a cultura ocidental toma a sua presença como excepcional. Em países como o Brasil, soma-se outra questão que afasta ainda mais a mulher dos temas bélicos, que é o fato da defesa e segurança jamais terem ocupado a agenda de discussão da sociedade civil, sendo por isso desconsiderada da formulação de políticas públicas e assumida como parte do segredo de Estado. Trata-se, pois, de dois “não temas” que só muito recentemente e de forma parcimoniosa tem recebido alguma luz. Cabe, por isso, perguntar: como as mulheres chegaram aos quartéis?

Esta pergunta é respondida nos próximos parágrafos, que compõem a primeira parte do texto. Em seguida, oferece-se alguns elementos sobre a evolução desde a entrada das mulheres nas forças armadas nacionais até os anos mais recentes, avaliando paralelamente a discussão sobre igualdade de gênero. Finalmente, tecemos algumas considerações sobre o atual momento das mulheres na vida militar, tomando-as sob um duplo signo, o de profissional das armas e o de esposas e filhas de militares.

||-

Ao longo da segunda metade do século XX, as mulheres lograram alterar os rumos de seus destinos. Até o final da década de 1950, graças ao secular processo de divisão social do trabalho, as mulheres estiveram fadadas a ocupar apenas o espaço privado, ou seja, seus lares. Até então, as gerações femininas estiveram submetidas a um processo de socialização que as tornavam seres destinados à maternidade e ao cuidado da casa. Àquelas mulheres cabia uma

4 A Resolução do Conselho de Segurança da ONU pode ser encontrada em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3b00f4672e.html>. Acesso em 07/02/2013.

vida exclusivamente destinada às lides domésticas e à dedicação ao marido e aos filhos.

No entanto, diante das contestações políticas e sociais empreendidas ao longo da década de 1960, tornou-se possível que as mulheres começassem a questionar o destino a elas reservado. É verdade que sempre houve resistência e contestação, com tantos exemplos que seria impossível mencionar. Chegou-se mesmo a tentativas de organizações coletivas, como o liderado por Olympe de Gouges que consubstanciou-se na Declaração dos Direitos das Mulheres, publicada na França em 1791. No entanto, nenhum desses movimentos chegou a ter expressão coletiva e menos ainda universal.

A tragédia da Segunda Grande Guerra e o impulso tecnológico que lhe seguiu foram a condição necessária para que as mulheres passassem a realizar mudanças comportamentais que lhes permitiram, paulatinamente, sair do âmbito privado e ocupar o espaço da rua, a esfera pública, que até então era tida como exclusivamente masculina. Desta feita, no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, esta nova geração passou não só a ocupar o mercado de trabalho de maneira formal, mas também buscou a qualificação profissional por meio do ingresso nas universidades, mesmo que isto significasse atuar nas áreas ditas femininas, como as licenciaturas, por exemplo. Estas mudanças permitiram que nos anos seguintes as mulheres pudessem pleitear espaços e direitos semelhantes aos dos homens. Também possibilitaram que a expectativa em relação à atitude de gênero feminina fosse alterada, permitindo que as mulheres fossem socializadas desenvolvendo e valorizando outras características que não as imediatamente identificadas com o ser feminino doméstico.

A América Latina em geral e o Brasil em particular viveram as mudanças mencionadas paralelamente ao desenvolvimento de regimes burocrático-autoritários e depois as transições para governos democráticos. Ao longo desse processo, a militância política, tanto em partidos da ordem como em movimentos de oposição, incluindo os que optaram pela luta armada, foi um importante canal de participação para a mulher. Ainda que as discussões de gênero sequer se colocassem, subordinadas que estavam ao combate ao inimigo, nas muitas memórias a respeito é informado, quicá por contágio da revolução sexual que acontecia no hemisfério, que os militantes saíram da zona confortável de desconsiderar o assunto da igualdade feminina e passaram a questionar a literatura marxista pela ignorância que revelava a respeito do papel da mulher, tanto na mudança social como na

nova sociedade sem classes,⁵ sempre postergando a discussão para momento mais oportuno.⁶

A década de 1980 ofereceu ao Brasil um cenário de mudanças políticas e econômicas que permitiram consolidar o novo papel feminino em nossa sociedade. O clamor por democratização e acesso a direitos civis fez com que setores da sociedade se propusessem a repensar a postura que tinham diante do processo de profissionalização feminina, o que possibilitou que a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres passasse a ser discutida em maior escala. É neste cenário que se inicia, no Brasil, o processo foco deste artigo: a incorporação feminina às Forças Armadas. No entanto, cabe dizer que este não foi o único fator que favoreceu esta inclusão.

Para isto, concorreu, também, o desinteresse por parte dos homens, pertencentes às elites sociais, pelo ingresso na carreira militar. Diante do desgaste que as mais de duas décadas de governo burocrático-autoritário provocaram na imagem da profissão castrense, no início da década de 1980, outras áreas de atuação, em particular aquelas relacionadas à revolução tecnológica então em curso, tornaram-se mais atraentes para estes setores da sociedade. Frente a esta realidade, as vagas remanescentes foram franqueadas às mulheres. Não se pode olvidar que a década de 1980 foi chamada, pelo baixo crescimento econômico combinado com alta inflacionária, de “década perdida”. O desemprego atingiu particularmente os homens chefes de família, pois representavam os postos médios qualificados (gerência e administração), tendo estes sido assumidos pelas mulheres, pois igualmente qualificadas, mas com menores exigências de remuneração.

A nova realidade apontava também para a crescente valorização do indivíduo e, logo, de seus projetos pessoais. Nesse contexto, a inserção da mulher

5 Interessante observar que a famosa frase de Karl Marx “a opressão da mulher começou pela opressão da mulher pelo homem” não vai mais além, nos escritos do autor, da busca de explicação para a divisão social do trabalho que sustenta os diferentes sistemas econômicos. Mesmo no trabalho de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, no qual o autor se alonga sobre a evolução da divisão do trabalho, que se iniciara com a divisão sexual do trabalho, nada se informa sobre a superação dos papéis impostos a cada um pela sociedade. Em todos esses estudos, o pouco que se informa leva a crer que as diferenças de gênero seriam superadas com a superação das classes, como por encanto. A respeito da temática, consulte-se Quartim de Moraes, Maria Lygia (2000). *Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças*. Revista *Crítica Marxista*, Campinas-SP, v. 11, p. 89-97.

6 Sobre a (não) discussão pelos movimentos de esquerda no Brasil, entre a vasta literatura a respeito, merece destaque, de FERREIRA, Elizabeth F. X. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

no mercado de trabalho é vista como mecanismo essencial para assegurar-lhe autonomia financeira e social.⁷ Somando a esta constatação a percepção de novas atitudes de gênero da sociedade, cria-se, então, a possibilidade de ocupação de postos de trabalho “masculinos” como uma opção a ser considerada pela parcela feminina da sociedade.

É interessante perceber que, neste processo, no qual se vinculam satisfação de reivindicações sociais e atendimento de necessidades institucionais, o resultado é visto como socialmente vantajoso. Mesmo em situações nas quais as mulheres ocupam postos desprestigiados para os homens – o que normalmente resulta em diminuição dos salários pagos – a percepção social desta ação é positiva, pois configura-se um processo de avanço na individualização e na valorização dos projetos pessoais femininos, o que antes não era possível.

Foi no bojo das mudanças que o regime burocrático-autoritário se impunha que foi criado,⁸ em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que formava pessoal para exercer atividades técnicas e administrativas. Nesse sentido, em boa medida a forma de entrada das mulheres na Marinha reforçava os velhos papéis reservados ao gênero feminino: de secretárias, enfermeiras, babás, etc. Da mesma forma que as civis que estiveram presentes na vida militar, as novas mulheres que ali se apresentavam, se usavam um uniforme que as incluía ao meio castrense, o faziam exatamente como coadjuvantes, jamais como iguais.

O mesmo caminho foi seguido pela Força Aérea, que franqueou acesso às mulheres em 1982, e muito mais tarde, pelo Exército, que as incorporou 10 anos depois, em 1992. Em ambos os casos, elas ascenderam a esta nova profis-

7 Cabe destacar o fato de que o trabalho feminino permite que a mulher circule em um número maior de esferas sociais. Esta mobilidade permite uma expansão de sua rede de relações e um conseqüente aumento dos contatos com diferentes experiências. Isso resulta em uma percepção maior de sua individualidade e numa elaboração melhor de seus projetos pessoais. De acordo com Velho, “quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relações ao nível do seu cotidiano, mais marcada será sua autopercepção de *individualidade singular*”. VELHO, Gilberto (1999). *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.32 (grifos no original).

8 Uma hipótese explicativa para a abertura das forças armadas às mulheres justamente no final do governo dos militares está na tentativa de “suavizar”, “abrandar” o próprio regime aos olhos públicos, pois este vinha sendo acusado por seus atos ferozes, como prisões e torturas. Essa explicação acompanha aquelas que indicavam uma abertura de vagas maior nas polícias militares justamente quando se apresentavam denúncias contra essas mesmas polícias. Embora mereça ser lembrada, esta vertente explicativa não será aqui trabalhada. Para detalhes, consulte-se MATHIAS, op. cit., passim.

são para realizar tarefas tradicionalmente franqueadas às mulheres: secretárias, professoras, cozinheiras, etc. Nas três forças, embora podendo, como provou a comandante Dalva, chegar aos postos de generalato, não lhes seria possível assumir o comando de nenhuma das três Forças, pois não podiam servir nas armas combatentes.⁹

Em resumo, é sob o duplo signo de crise econômica e democratização política que boa parte das forças armadas latino-americanas abrem suas portas às mulheres, dando uma nova marca à década de 1980, não apenas aquela das conquistas democráticas, mas também de maior liberdade e protagonismo num campo até então fechado às mulheres, aquele que constitui o próprio cerne da política: o fazer parte de seu instrumento de violência legítima.

Enfatize-se, pois, que não foi por acaso que a incorporação da mulher às Forças Armadas aconteceu neste período. Os fatores que explicam essa incorporação, conforme vários estudos mostram, estão intimamente relacionados com democracia e crise, esta última não necessariamente econômica. É por isso que a primeira incorporação acontece na Dinamarca em 1946, logo após o término da Segunda Guerra, enquanto que Portugal e Espanha só o fazem em 1988, após vencerem suas ditaduras e reformar suas estruturas políticas e econômicas.

III-

Como mencionado, a incorporação das mulheres às forças armadas não foi precedida da revolução na percepção de papéis sociais representados pela adoção de posturas de igualdade de gênero. Ao contrário, foi muito mais por mudanças políticas e econômicas do que por mudanças socioculturais que a mulher adentrou aos quartéis, razão pela qual as que realmente foram incorporadas como militares, o foram na arma de intendência – caso da Força Aérea. Como várias manifestações o demonstram, a percepção sobre as mulheres não tinha se transformado a ponto de vencer as mentes

9 A Lei não proíbe que um oficial da Intendência ou das Comunicações chegue ao posto mais alto da carreira e possa, por isso, assumir o comando da força. No entanto, não conhecemos nenhum oficial superior que tenha chegado ao máximo na carreira na ativa que não pertencesse às Armas combatentes. A cultura interna, como se sabe, é tão importante quanto as normas que regem instituições fechadas para a formação e ascensão de seus membros. Ademais, neste primeiro momento, às mulheres foi aberto espaço como quadros auxiliares e complementares e, portanto, não pertenciam propriamente às Forças Armadas.

conservadoras que dirigem as instituições, mormente aquelas como as Forças Armadas, que por sua própria natureza fechada, quase hermética, além de próprio da profissão – manutenção da ordem –, são intrinsecamente conservadoras.¹⁰

Como também já observado, na sociedade latino-americana, marcada pelo patriarcado e catolicismo, a instituição militar foi desde o nascimento dessas nações proibida para as mulheres, ainda que elas tomassem parte nas batalhas, muitas vezes representando o papel de grandes motivadoras da ação dos exércitos. Contudo, essa participação sempre aconteceu pela ausência, isto é, os quartéis nos quais se forja o verdadeiro *ethos* militar estava fechado para a presença feminina. A mulher não podia ser combatente e só se apresentava na batalha travestida. Sua única função era a de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira seja como secretária, funções sempre menores do que aquele que comanda, seja o escritório ou o hospital. Não sem razão até hoje quando a maioria das forças armadas ocidentais, e mesmo movimentos guerrilheiros como os suicidas islâmicos, aceitam mulheres e permite-lhes ascender a postos de comando, ainda há um sinal de que essas mulheres são diferentes, são quase másculas.

Essa imagem da mulher, isto é, que ela deixa de ser mulher quando assume papéis reservados aos homens, fundamenta-se na ideia de que gênero é um fator biológico e, portanto, justifica a desigualdade na divisão social do trabalho. Se essa crença é difundida sobremaneira na sociedade ocidental, o é ainda mais no meio castrense. O preconceito contra a mulher não aparece apenas nas legislações que limitam seu acesso a postos ou armas; ele está igualmente presente na forma como a mulher é vista tanto por seus pares na caserna quanto por seu círculo social, e até mesmo por si própria.

Gênero, e até mesmo sexo, é uma construção social que ainda não foi superada. Conforme Del Priore, cada época tem, em função de suas crenças, uma visão sobre o sexo que embasa ou reforça a atribuição de papéis sociais. Assim, no século XVI, para explicar a inferioridade da mulher relativamente ao homem, afirmava-se que

10 Compartilhamos aqui a visão muito bem expressada por Oliveiros Ferreira, que compreende que os militares são formados para perceberem-se a si próprios como o mais representativo da nacionalidade de um país, pois cabe a eles defender a nação e a integridade territorial do Estado. Desse ponto de vista, o papel do militar, aquilo que a sociedade espera do profissional das forças armadas, é conservar a realidade que se lhe apresenta a sociedade. Para uma discussão pormenorizada, consulte-se FERREIRA, Oliveiros S. (2000). *Vida e morte do partido fardado*. S.P., Ed. SENAC.

(...) a vagina era considerada um pênis interior; o útero, uma bolsa escrotal; os ovários, testículos, e assim por diante. (...) Alberto, o Grande, por exemplo, revelava que tanto o útero quanto o saco escrotal eram associados à mesma palavra de origem: “bolsa”, “bursa”, “bource”, “purse”. Só que, no caso do órgão masculino, a palavra tinha também um significado social e econômico, pois remetia à bolsa, lugar de conagraçamento de comerciantes e banqueiros. Lugar, por conseguinte, de trocas e ação. No caso das mulheres, o útero, no entanto, era chamado “madre ou matriz” e associado ao lugar de produção: ‘as montanhas são matrizes de ouro!’ Logo, espaço de espera, imobilidade e gestação.¹¹

Como mostra o exemplo, a própria anatomia sugeria que o espaço da rua, da guerra, da coisa pública era destinada aos homens; enquanto às mulheres cabia o lar, o espaço privado e doméstico. Se a medicina evoluiu, mostrando que as diferenças anatômicas não determinam aptidões ou formas de pensar e sentir diferentes, até hoje se assiste a grandes debates entre a psicologia (ou as ciências médicas) e a sociologia (ou as ciências sociais) sobre o que e até que ponto determina o comportamento social. O resultado tem sido, entretanto, o mesmo: se anatomia física não pode ser evocada, há outras formas de revelar diferenças “naturais”, como a forma de pensar, a origem do pensamento no cérebro, as formas de processar sinapses. O interessante é que, diferente dos animais, por exemplo, os seres humanos não têm o mesmo comportamento, independentemente da latitude ou temporalidade na qual ele se localiza.

Quando da incorporação das mulheres às Forças Armadas brasileiras, essa visão estereotipada de gênero foi a que prevaleceu, como pode ser notado pela fala do ex-ministro da Marinha brasileira, Mário César Pereira, que acredita ser “de ordem física” o que impede a mulher de ser militar: “Há justificativas de ordem física [...] Dentro de um navio há coisas pesadíssimas a serem feitas. Por exemplo, tem que fazer o escoramento com toras de madeira enormes. A mulher não ia agüentar [...]”. Também o comportamento masculino é visto pelo Almirante como condicionado biologicamente, como se o papel desempenhado pelos homens não fosse escrito pela sociedade em que ele vive. Assim, o ingresso da mulher nas Forças exigiu que se adotassem algumas precauções: “[...] Por exemplo, para a ventilação do banheiro [feminino], botei um vidro

11 DEL PRIORE, Mary (2011). *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo, Ed. Planeta, p. 33.

escuro que não é transparente, se não ia ter gente [homens] espiando. Isso é natural.”¹²

Outros relatos apontam para outro fator de discriminação, que é o “sentimento de proteção” que as mulheres despertariam nos soldados, prejudicando o desempenho dos homens na guerra, ou a incompatibilidade entre atividade bélica e biofísica feminina.¹³ Para repetir o acima citado, o mesmo Almirante Pereira, afirmava que

[...] Quando tinha que suspender [colocar em serviço] um navio, nunca perguntei a um marinheiro, a um oficial meu, se o filho estava com febre, se a mulher estava doente. Íamos embora, passar 10, 30 dias fora. Eu posso fazer isso com uma mãe? Não posso. É diferente (...) E se tiver que morrer, é preferível morrer o homem do que a mulher.¹⁴

As novas formas assumidas pela guerra, muito mais dependentes da tecnologia e também muito mais brutais, mostraram que a própria proteção das mulheres, como sugeria colocá-las em postos de retaguarda, responsabilizando-as exclusivamente pela logística e lhes negando treinamento nas armas de combate, colocou em xeque a organização dos exércitos. No que tange ao papel reservado às militares, como as forças armadas estadunidenses puderam experimentar, seu comportamento tornava-as alvo fácil e colocava em perigo a própria batalha.¹⁵ Foi o que se verificou na primeira guerra do Golfo (1990) e se comprovou nas batalhas travadas pela OTAN na região dos Bálcãs (1999-2001).¹⁶

12 Citado por D'ARAUJO, Maria Celina (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In Castro, Celso et. al. (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 445-6, grifos nossos.

13 Em sentido contrário, em texto apresentado no REDES-2003 – Rede de Estudos de Defesa, promovido pelo Centro Hemisférico de Estudos da Defesa (CHDS), mantido pelo governo dos EUA –, a paraguaia Cel. Gladys Ruiz de Pecci, procurava justamente mostrar como as diferenças biológicas não justificam a discriminação feminina. Tais diferenças devem levar à adaptação da atividade àquele que a realizará. Cf. La incorporación plena de la mujer en las Fuerzas Armadas: diferencial psíquico-físico. Pánel 6 (Sociología Militar), III Encontro REDES. Santiago (Chile), out./2003, digit.

14 D'ARAUJO, op. cit., p. 445-6.

15 Alguma informação pode ser obtida em VIEIRA, Marco Antonio Damaceno. Presença feminina das forças armadas. Nota Técnica de Consultoria Legislativa. Brasília, Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/112264.pdf>, consultado em 10/02/2013.

16 Sobre a participação das mulheres em guerras, na do Kosovo em particular, uma boa introdução é de EADE, Deborah & AFSHAR, Haleh (ed.) *Desenvolvimento, Mulheres e Guerra: perspectivas feministas*. Oxfam (GB), 2004.

Ao mesmo tempo, a necessidade de reconstrução dos países, particularmente nas regiões muçumanas, exigia a presença feminina, pois sempre coube às mulheres, inclusive porque são os adultos que sobram nos lugares que viveram largos períodos de conflito, a reconstrução dos países. Na própria região do Kosovo, com sua população majoritariamente muçumana, as mulheres, vítimas ou não do conflito, sequer dirigiam a palavra aos soldados, pois atos semelhantes poderiam representar mais que a capitulação ao inimigo. Para superar a barreira cultural, a própria ONU necessitou engajar um número maior de mulheres nas suas missões, bélicas ou não, naquela região.

Importa lembrar ainda que já nos anos 1970, a ONU estimulava a igualdade de gênero, como pode ser notado pela adoção do ano internacional da mulher (1975) e os 10 anos seguintes (1976-1986) como a década da mulher. Suas ações, portanto, foram simultâneas às exigências da própria guerra moderna, podendo-se concluir que ambos os fatores estimularam-se mutuamente. Foi ao longo desses 10 anos que a definição de gênero se transformou aos olhos da ONU. No início do decênio, ela entendia a mulher não como sujeito, mas sim como objeto de ações, como a parte passiva da relação entre homens e mulheres, daí adotar políticas relativamente às mulheres que, buscando superar a visão sexista, reforçam estereótipos de gênero. Porém, ao incentivar a criação e a participação de organismos femininos nas suas diferentes instâncias, pouco a pouco a transformação aconteceu e a ONU passou a liderar a luta pela igualdade de gênero.

O Brasil não ficou imune aos novos ventos do exterior, ao mesmo tempo em que internamente a sociedade buscava caminhos alternativos para o desenvolvimento, sendo nosso principal exemplo a Constituição de 1988, não por acaso chamada de Constituição cidadã. Nela está explícito que a discriminação, qualquer que seja ela (de sexo, raça, religião, etc.), é crime e assim será tratada.

Com tais antecedentes, pode-se compreender os motivos para a superação das barreiras de gênero ainda existentes nas forças armadas brasileiras. Assim, em 1998, a Marinha extinguiu o Corpo Auxiliar Feminino e foi permitido que mulheres participassem em missões em navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, ainda que permaneça o veto à embarcação em submarinos. Na Força Aérea Brasileira (FAB), em 2003, foram matriculadas as primeiras 20 cadetes no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, das quais, em 2006, 11 se tornaram as primeiras oficiais aviado-

ras do país.¹⁷ São estas, portanto, as primeiras oficiais que poderão chegar de fato aos postos de comando, pois oriundas de uma arma combatente. No Exército, apenas em 2012, com a mencionada Lei 12.705, foi aberta a possibilidade de formação de oficiais militares em armas combatentes, mas a força tem cinco anos para fazer cumprir a lei em sua totalidade e, portanto, não se pode ainda avaliar seus desdobramentos.

IV-

As novas regras, permitindo à mulher ser militar em sentido pleno, deveriam ser o resultado de uma mudança na percepção de gênero da instituição militar, pois ao adentrar a academia militar, a cadete passa por um processo de socialização, que é comum a todos os aspirantes, e que tem como objetivo inculcar-lhes valores tidos como essenciais para a formação, dignificação e distinção de um militar. Dentre estes preponderam os princípios da hierarquia e da disciplina, que são tidos como constitutivos ou fundamentais para a existência e manutenção das Forças Armadas. Neste processo os alunos também são levados a desenvolver o chamado “espírito de corpo”, que pode ser definido como um sentimento de companheirismo e solidariedade que deve acompanhá-los e ampará-los ao longo de toda a carreira militar. Ao longo desta, o espírito de corpo se traduz, também, em apego e zelo por toda a instituição castrense.

O processo de socialização dos cadetes também envolve a aquisição de outros valores morais que deverão nortear suas ações dentro e fora da academia. Oliveiros Ferreira considera que a busca destes valores é orientada pela “ideia predominante” de honra,¹⁸ que deve acompanhar o militar e promover condutas que o levem a ser considerado digno do oficialato e da defesa da Pátria. Atributos complementares e necessários para o exercício da conduta honrosa seriam seriedade, profissionalismo, competência, maturidade, disciplina e ordem.¹⁹ Tais valores devem resultar em “conduta moral e profissional irrepreensíveis”, conforme estabelece o Estatuto dos Militares em seu Título

17 BAQUIM, Cristiane Aparecida. Mulher e Piloto: o caso das pioneiras da aviação militar no Brasil. p.03 e 05. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristiane%20Baquim%2002-08-07.pdf>>. Acesso em 29.01.2013.

18 FERREIRA, op. cit., p.26.

19 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.44.

II, Capítulo I, Seção II, que versa sobre os deveres militares relacionados à ética. São, portanto, valores cuja busca é incentivada e que as cadetes deverão internalizar.²⁰

Deve-se considerar também que o processo educacional pelo qual passam os cadetes utiliza e reforça algumas das características valorizadas no processo de socialização masculina, tais como a força, o exercício da liderança e a capacidade de domínio. Estas características são socialmente percebidas como “naturalmente” pertencentes ao universo masculino e como estando ausentes do universo feminino. Logo, a mera aceitação das mulheres como cadetes não deve levar a crer que se aceitou que o caráter destas seja semelhante aos do mundo masculino.

É essa a razão pela qual as dificuldades encontradas quando as mulheres chegaram aos quartéis como auxiliares foram ainda mais exacerbadas quando foram, às vezes por iniciativa própria (caso da Aeronáutica) alçadas à categoria de soldados plenos. Assim, ao adentrarem no mundo militar, as cadetes depararam-se com uma série de dificuldades, estranhamentos e desconforto na convivência com seus pares masculinos. Tendo como referência os estereótipos de gênero aceitos na sociedade e os valores militares associados às características masculinas, há uma percepção, por parte dos cadetes, de que as mulheres

20 Interessa frisar que à medida que estes valores são internalizados pelos cadetes e passam a orientar suas ações, tem início um processo de diferenciação e afastamento do militar do mundo civil. Os valores acima citados começam a ser percebidos pelos futuros militares como opostos às características comumente observadas nos meios civis. Aos civis corresponderiam: falta de seriedade, de profissionalismo, de competência, imaturidade, indisciplina e desordem. Desta diferenciação deriva a distinção claramente perceptível na caserna entre “nós-militares” e “eles-civis”. Nesta relação os militares aparecem “classificados” em melhores patamares, quer dizer, são considerados detentores de melhores condições morais que os civis. De acordo com Castro, outros atributos morais percebidos pelos cadetes “reforçam e ampliam aquela fronteira (entre “nós-militares” e “eles-civis”): o senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas—Pátria, Brasil (...); o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”. Para Ferreira, esta distinção acontece porque os civis orientam-se e estão submetidos apenas às leis nacionais, que regulam o que é legalmente aceito. Ao contrário, os militares se orientariam não só pelas leis nacionais, mas também, por normas próprias – como, por exemplo, o Estatuto dos Militares, anteriormente citado – aplicáveis apenas aos membros da instituição, que regulam não o que é legal, mas o que é moralmente aceitável. Resulta desta distinção, em termos comparativos, que os militares estariam moralmente em melhor posição – não compreendendo como, no mundo civil, por vezes, o imoral pode ser considerado legal. CASTRO, Id., Ib.; e FERREIRA, *op. cit.*, p.26.

estavam ocupando um espaço que não lhes pertencia, sendo sua presença vista como prejudicial.²¹

De acordo Takahashi, que avaliou a formação das primeiras oficiais indetententes da Força Aérea Brasileira, a princípio, os cadetes consideravam que as mulheres “amolecem” o ambiente, são mais competitivas, mais difíceis de se doutrinar, não conseguem se impor quando no comando, “brincam” de fazer educação física, recebem tratamento diferenciado, são “acochambreadas”, “pegam só boca-rica”²² e apresentam menos espírito de corpo do que os homens”.²³ Percebe-se nestas manifestações que as características femininas são destacadas como negativas para a convivência e passíveis de serem utilizadas em desfavor dos homens. Em última instância, as cadetes se aproximariam do estereótipo da mulher manipuladora, aquela que seduz, causa intriga e utiliza de suas potencialidades para o autofavorecimento.²⁴ Este estereótipo é comumente ligado à corrupção do ambiente no qual esta mulher é introduzida. Neste sentido, as mulheres perturbariam a paz e o bom andamento das atividades de treinamento.

Sendo assim, para os cadetes, era necessário que as cadetes tivessem ou demonstrassem características percebidas como inerentes ao sexo masculino, caso contrário, não se sairiam bem nos exercícios militares ou não poderiam atuar em postos de comando. A carência destas “qualidades” nas mulheres era utilizada como argumento para desaprovar a participação feminina. Esta reprovação pode ser percebida nas palavras de um cadete da Infantaria:

-
- 21 Utilizaremos aqui o caso da Academia da Força Aérea (AFA, Pirassununga), conforme estudo de TAKAHASHI, Emília Emi (2002). Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese de Doutorado em Educação defendida sob orientação de Salvador A. M. Sandoval). Faculdade de Educação, UNICAMP, digit.
- 22 Acochambar: verbo utilizado quando alguém faz vista grossa a um comportamento inadequado, utiliza-se também acochambrado/a para se referir a alguém que faz corpo mole nas atividades.
Pegar boca-rica: participar em eventos comemorativos fora da academia, tais como festas e jantares. TAKAHASHI, Emília Emi. *Op. cit.*, p.108.
- 23 *Id.*, p.196.
- 24 A primeira imagem que vem à cabeça nos casos de introdução do feminino em cenários eminentemente masculinos, é a de Eva/serpente ou de Lilith, que corrompe o meio em que se encontra se insiste em mostrar-se como é, como fêmea. Já travestida, como o caso de Diadorin no romance de Graciliano Ramos, é aceita e elogiada enquanto se esconde atrás do que é considerado “normal”, que é o homem, mesmo jovem e imberbe, que sai para lutar pelos seus direitos, inclusive pela “honra” de sua família (mulheres, filhas e irmãs). No entanto, quando se nota o “disfarce”, cabe o castigo ao transgressor, como no caso de Joana D’Arc, acusada, ao final, de bruxaria, pagando com a vida por sua “transgressão”: lutar a guerra, coisa de homem. Ilustrativo a respeito é STEARNS, Peter N. (2007). *História das relações de Gênero* (Tradução de Mirna Pinsky). SP, Ed. Contexto.

Eu conversava muito com o pessoal do 4º ano [de um esquadrão só de homens] e todos concordavam que houve um amolecimento do militar aqui após a entrada das mulheres. Tem coisas que a gente tem que mexer com os brios do homem pra ele fazer alguma coisa, provocar situações de *stress*, forçar o indivíduo, e com a mulher diminuiu essa carga sobre o homem, essa pressão. E não é bom pra se cumprir o objetivo da Força, vamos ser práticos, numa situação real, de combate, um intendente chega pra um soldado e fala pra ele – eu quero que você faça um “lanço” daqui até aquela cratera ali e o soldado vai ver que ali tem tiro, que é difícil; ou o aviador chega na sala de *briefing* e planeja que a missão vai ter que ser assim, assado e o guerreiro vê que naquelas situações ele vai estar correndo muito risco de vida (sic.). Então existem coisas que o mais antigo diz pro mais moderno pra mexer com os brios dele pra ele fazer aquilo (...) Com a presença da mulher, ela não vai poder fazer a mesma coisa que eu posso fazer, e ela vai ter os mesmos méritos que eu? Existem muitas coisas físicas que [impedem] a mulher [de fazer], não dá pra fazer (...)²⁵

Percebe-se pelo depoimento a contraposição das características tidas como femininas e masculinas dentro dos estereótipos de gênero vigentes. As mulheres foram identificadas com amolecimento e incapacidade física; os homens com capacidade de suportar pressão e com potência. Esta oposição justificaria o fato dos homens ocuparem as posições de comando, para as quais estariam “naturalmente” preparados. Os postos que necessitassem de orientação e obediência deveriam ser ocupados pelas cadetes que, por sua “fragilidade” e “debilidade”, estariam melhor colocadas neles. Esta percepção é confirmada por outro infante: “Em termos de liderança, a mudança não foi tão positiva, porque o pessoal não gosta de abaixar a cabeça pra mulher, só que em termos de trabalho aqui dentro, as mulheres são mais caprichosas”. Apesar de “caprichosas” em seus estudos e trabalhos, as cadetes foram vistas como pouco capacitadas para as posições de comando e por isso mesmo, a obediência a elas não seria legítima. Pode-se considerar que esta situação foi percebida pelos homens como uma inapropriada inversão de papéis, o que os deixaria pouco confortáveis.²⁶

25 TAKAHASHI, *op. cit.*, p.197.

26 Em contrapartida, mesmo que contrariados, as ordens dadas por mulheres seriam acatadas, pois ainda que possam ferir a concepção de papéis sexuais dos receptores (homens), estas ordens estão inseridas num contexto maior do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina que sustentam a norma e o comportamento do soldado. Assim, o constrangimento pessoal de “subordinar-se” a uma mulher não poderia ser maior que o de sentir-se “paisano” (o outro civil), que representaria o não respeito à ordem dada.

Para além das primeiras impressões sobre a entrada das mulheres na profissão militar, a percepção sobre o efetivo exercício das atividades no ambiente de trabalho teve evolução positiva. Isso é sugerido pelos depoimentos resultantes de entrevistas realizadas pela historiadora Maria Cecília Oliveira Adão junto ao pessoal do Exército, no Centro de Comunicação Social do Exército (CECOMSEX), em 2008. Nos exemplos que se seguem, pode-se averiguar dois grupos com diferentes percepções em relação à incorporação feminina no Exército. O primeiro é o das mulheres que não trabalham na Força ou dos maridos que tem esposas nesta situação. Embora nem todas as falas sejam explícitas, elas apontam que, pelo menos em um primeiro momento, houve preocupação em relação ao convívio de homens e mulheres no ambiente de trabalho. Quando questionados se a incorporação feminina trouxe alguma alteração no relacionamento instituição-esposa, um coronel – portanto, alguém que chegou ao oficialato sem compartilhar o trabalho com mulheres – diz:

Não. Absolutamente não. As mulheres quando entram no Exército (...), elas entram como profissionais. São tratadas como profissionais e quando há algum problema qualquer de uma relação além daquela esperada do local de trabalho, existem normas, regulamentos que sinalizam e que muitas vezes punem as pessoas que não respeitam o local de trabalho. Então, isso é um aspecto importante. Quanto ao aspecto das mulheres, das esposas dos militares. As esposas quando conhecem, elas imaginam que algum tipo de motivação pode existir. (...) de modo geral, depois de conhecerem algumas militares, vai naturalmente vindo, como no meio civil, as pessoas trabalham sem problema nenhum.

Percepção semelhante é expressada por uma esposa de oficial médio: “Eu acredito que [a entrada de mulheres na Força] não [representa mudança de comportamento]. Eu respondo muito assim por mim. Por que eu já trabalhei fora e tudo. Como em todas as outras profissões existe sempre a presença da mulher, não vejo motivo para não ter a mulher dentro do Exército Brasileiro.”

Já um capitão que, por ser um oficial menos antigo, não conheceu o Exército sem a atuação feminina, diz:

Eu acho que houve uma mudança [com o ingresso] das mulheres. Eu sou de uma das primeiras turmas que teve mulheres e eu cito o exemplo que aconteceu na minha turma. A gente, durante a Escola, tirava serviço

como se fôssemos soldados e no primeiro serviço o pessoal estava acostumado a escalar só homem.²⁷ Escalaram novamente homem com mulher. Só que o serviço é em torno de 22 pessoas, então todo mundo fica lá. No dia seguinte, as esposas estavam lá dentro, reclamando com o comandante sobre “que absurdo era aquele que tinha posto homens e mulheres para dormirem juntos no mesmo lugar”. No serviço a gente passou despercebido, mas as esposas que estavam fora, ficaram horrorizadas, pois como é que o marido dela havia dormido com uma mulher?

O detalhe desta fala é que a preocupação não foi com as “diferenças” da companheira de trabalho (no serviço, a gente passou despercebido), mas sim da família, de como as esposas reagiram (como o marido delas dormiria no mesmo lugar que outra mulher?). Assim, como já mencionado no início, na maior parte das vezes, a cobrança pela manutenção dos mesmos papéis vem daqueles que deveriam ser os primeiros a buscar superá-la. Como pensar, por exemplo, em separar homens e mulheres no teatro de operações? E mesmo que os batalhões pudessem ser divididos por sexo, como manter tal divisão no campo de batalha?

Em contrapartida, a mesma fala do capitão enfatiza que o estranhamento relativamente à presença feminina foi no início da incorporação, rapidamente superado. Nota-se que o argumento para tanto, aparente na fala da esposa do coronel e do próprio capitão, é a comparação com o ambiente civil, no qual homens e mulheres trabalham juntos sem necessariamente se envolverem emocional ou sexualmente. No entanto, neste caso, se a assimilação da presença feminina é naturalizada, o é com prejuízo, ainda que inconsciente, para o espírito de corpo que, como já indicado, está fortemente fincado na diferença entre eu-militar (competente, honesto, altruísta) e o ele-civil/paisano (imoral, desonesto, egoísta).

Há outra forma, mais tradicional, de pertencimento das mulheres às forças armadas, que é o mundo das esposas. A novidade contemporânea é quando esta esposa é também militar.²⁸ Os comentários do universo familiar

27 Tirar serviço significa permanecer no quartel de prontidão, às vezes por mais de 24 horas, o que implica em dormir no próprio local de trabalho.

28 Vale observar que pesquisas exploratórias indicam que o número de casamentos endógenos, ou seja, entre casais de militares, sejam as mulheres pertencentes ao quadro auxiliar ou hoje já das armas combatentes, com homens profissionais das armas, se aproxima de 100%. Seria interessante proceder a uma investigação a respeito, o que não é possível fazer aqui. Se o número de estudos sobre gênero e forças armadas é pequeno, menor ainda é o número de estudos sobre família militar. Entre estes, pode-se citar: ADÃO, Maria Cecília

a respeito da inclusão feminina permitem verificar quais foram as adaptações necessárias à convivência entre os sexos. Conforme informa uma tenente,

Eu estou há pouco tempo [no Exército], mas [tenho] certeza que teve alterações. Desde alterações físicas, porque eu acredito que havia batalhões que não tinham condições de receber mulher, porque não tinham nem banheiro (feminino),²⁹ e até de comportamentos, de como lidar com mulher. Acho que hoje em dia já está bem acabado, bastante, mas eu acho que no começo, as primeiras sofreram mais com essa adaptação.

E seu marido manifesta-se na mesma direção, mas observando que a Força fica mais “flexível” (amolece?):

Isso é impossível não notar. Nenhuma mudança passaria despercebida. E [se] nota que o Exército fica mais flexível. A coisa se torna mais flexível. Você, em todos os aspectos, tem que considerar que a mulher está presente. Desde coisas simples: “como vai ser o banheiro feminino?”, até cuidado com o que você fala, do homem ser mais educado, não falar tanto palavrão. Coisas assim.

E acrescenta, sobre as dúvidas iniciais quanto ao tratamento dado às oficiais, as soluções adotadas e sua evolução:

De [19]94 para [19]95, estavam começando a ver qual seria o tratamento de um homem militar perante uma mulher dentro do Exército. (...)

Oliveira. A mudança na tradição: esposas, comportamento e forças armadas. Tese de doutorado em História defendida sob orientação de Suzeley Kalil Mathias. Franca, UNESP, 2008; CHINELLI, Fernanda. Mulheres de Militares: família, sociabilidade e controle social. Dissertação de Mestrado em Antropologia defendida sob orientação de Gilberto Velho. RJ, Museu Nacional, 2008; RODRIGUES DA SILVA, Cristina. A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar de Agulhas Negras. Dissertação de Mestrado em Antropologia defendida sob orientação de Piero Camargo Leiner. São Carlos, UFSCar, 2010.

- 29 É interessante destacar que a ideia de que as mulheres precisam de instalações apropriadas foi muitas vezes utilizada para afastá-las de determinadas funções. Também é sabido que até bem pouco tempo nem sempre havia banheiros exclusivos para mulheres e ainda hoje há locais que não há, por exemplo, em aviões e trens. Ainda hoje há quem diga que as mulheres não podem assumir funções de combate ou mesmo ir a missões de paz por motivos semelhantes. Aparentemente, esta é uma discussão já superada nos estudos de gênero, mas a permanência desta questão nas falas mostra que nem sempre o que foi compreendido como superado na teoria o é na realidade.

O Exército virou um pandemônio. Todo mundo ficava preocupado, um Coronel, ou de um Tenente, ou de um Sargento, alguém chamar a atenção de uma militar. Tem que ter uma testemunha perto? “Que se não, vai dizer que é assédio moral, assédio sexual ou coisa assim. Ela vai alegar o quê?” Então o pessoal estava muito preocupado com isso, com a mulher dentro do Exército.

A cada dia que passa, vai evoluindo até o tratamento da instituição. Por exemplo, no início, você via General puxando a cadeira para uma Tenente porque era mulher. Hoje não (...) Você trata como militar. Você vai ver, eu sou o mais antigo daqui da sessão, e pela nossa hierarquia quando tiver uma cadeira, senta o mais antigo. Você vai ver que as meninas ficam de pé, e eu vou sentar, porque nossa estrutura está evoluindo para isso.

Outro casal, de capitães, comenta que a presença feminina na caserna representou a melhora da imagem da instituição perante a sociedade, pois teria havido uma “suavização” ou uma “humanização” do ambiente interno e, logo, da forma da instituição se relacionar com o exterior. Assim, e ao mesmo tempo, maior flexibilidade permitiu o ingresso de mulheres e este representou maior flexibilidade institucional. Diz a capitão:

Mas isso [a incorporação de mulheres] trouxe, principalmente dentro da minha área que é Comunicação Social, uma suavidade nas ações que ele [o Exército] não tinha. Eu acho que a gente trouxe em termos de atendimento ao público, participação em ações sociais do Exército (...) A gente trouxe, digamos assim, uma delicadeza que quebra um pouco a rigidez que todo mundo vê que tem. (...) Então, até mesmo uma mentalidade que o Exército está tentando desenvolver agora é quebrar aquela coisa do passado, um pouco da rigidez e trazer o Exército mais para perto da população. Então, eu acho que o papel das mulheres hoje, a mudança ocorrida, é que a gente ajuda nesse sentido, porque a gente está usando a farda, mas está de brinco, está de batom (...)

Já o capitão, comenta:

Hoje em dia, o que a gente nota é que a mulher, ao entrar no Exército, melhorou muito o trato do próprio militar dentro do Exército. Digamos que estava faltando o lado feminino no Exército.

Diante destes relatos, pode-se afirmar que a presença feminina na caserna acabou por cumprir seu objetivo original, ou seja, contribuiu para que houvesse um reposicionamento da imagem das Forças Armadas e atendeu aos clamores pela ampliação dos direitos das mulheres. No entanto, percebe-se, também, que esta entrada não aconteceu sem sobressaltos e que a superação das dificuldades iniciais ainda não se completou.

Neste sentido, no que se refere à instituição militar, é importante destacar que quando incorporadas, as mulheres passaram a integrar os quadros administrativos e mesmo quando se tornaram parte dos quadros combatentes, permanecem limitadas ao exercício de atividades não ligadas diretamente ao combate – por isso, de menor prestígio –, o que não lhes permitia acesso aos postos de comando. Ficam impedidas de alcançar os níveis mais altos da carreira militar e, dessa maneira, permaneciam limitadas a postos nos quais detinham uma condição de dependência em relação aos homens, sempre seus superiores últimos.

Em síntese, a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário, como tanto as entrevistas como as pesquisas mostram, abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural. Sublinhe-se a respeito a atitude da presidenta Dilma Rousseff em assinar a Lei 12.705/2012.³⁰ Pode-se aventar que a falta de publicidade em torno desta medida tenha a ver com a própria resistência do Exército em aceitar mulheres em suas fileiras. Por isso, as atitudes no interior das Forças Armadas foram muito mais no sentido de reforçar que de ultrapassar os estereótipos de gênero. Hoje, mesmo que se possa perceber evolução positiva, ainda permanece muito daquele comportamento que diz que mulher e guerra são universos incompatíveis.

30 Uma sutileza que merece destaque diz respeito à forma de tratamento exigida pelas mulheres na caserna e adotada pela mandatária do país: enquanto Dilma Rousseff exige ser tratada de “presidenta”, corrompendo a língua portuguesa que não admite o feminino para a palavra, na caserna, e desde as primeiras mulheres que a integraram, fizeram questão de serem tratadas com o mesmo título de seus pares homens, sem a flexão de gênero muitas vezes permitida pela gramática. O máximo que é admitido é a colocação do artigo feminino/masculino diante do posto para diferenciar o sexo do militar. Assim, não existe “capitã” ou “generalá”, mas apenas “a capitão”, “a soldado”, “a general”. Segundo depoimentos, tal preferência não foi casual, mas determinada pelo sentido pejorativo sempre emprestado à palavra quando esta assumia gênero feminino.

Suzeley Kalil Mathias é professora livre-docente em ciência política nos cursos de graduação e pós-graduação de História e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisadora do CNPq (PQ 2) e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), tem desenvolvido pesquisas nos seguintes temas: forças armadas, defesa, segurança internacional, estudos de gênero em segurança e defesa, relações internacionais na América do Sul e educação para a paz. Entre suas publicações, organizou *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas* (Ed. UNESP/FAPESP, 2009), no qual apresenta os resultados de pesquisa em âmbito ibero-americano a respeito a relação entre forças armadas, gênero, guerra e paz.

Maria Cecília Oliveira Adão possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Forças Armadas, gênero, família militar. Atualmente é professora do Centro Universitário Claretiano, pólo Batatais.

Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero



DENISE PAIVA
ANA LÚCIA HENRIQUE
GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

INTRODUÇÃO

A contínua ampliação da presença das mulheres em diferentes setores da vida social é um dos fatos importantes ocorridos ao longo século XX. Esse processo decorre de um conjunto de mudanças sociais, culturais e políticas, em grande parte protagonizado pelo movimento feminista e resultou o surgimento de novos arranjos familiares e domésticos que impactaram a esfera privada e transformaram os padrões patriarcais então vigentes.

Como resultado desse panorama, na maior parte do mundo as mulheres já não estão mais confinadas à esfera da vida privada e/ou familiar, estando presentes de forma bastante expressiva no mercado de trabalho, no ativismo político e são a maioria nas universidades. Porém, quando se trata de participação na arena político institucional, constatamos que as mulheres permanecem sub-representadas em escala global, como mostram os dados da *Inter-Parliamentary Union* (IPU).¹

1 A IPU é uma organização, financiada com recursos públicos que tem como objetivo fortalecer a democracia representativa e fomentar o diálogo parlamentar e a cooperação entre os países. Em sua *homepage* (<http://www.ipu.org/english/home.htm>) estão disponíveis dados sobre os parlamentos de 190 países nos quais existe uma legislatura nacional.

Com vistas a contribuir para essa discussão, esse artigo tem como principal objetivo analisar e fazer um retrospecto da participação das mulheres no poder legislativo brasileiro nas esferas federal (Senado e Câmara de Deputados) e estadual (Assembleias Legislativas Estaduais). Os dados que dispomos mostram que, embora a participação das mulheres esteja se ampliando, esse processo tem se dado de forma muito lenta. Apresentaremos também os resultados de alguns estudos de *survey* que analisam a avaliação do eleitorado em relação à participação das mulheres na política. Esses estudos mostram o que acreditamos tratar-se de um paradoxo, embora o déficit de gênero permaneça na arena político-institucional, não há qualquer predisposição negativa em relação à participação das mulheres na política, portanto, para o eleitor política não é “coisa de homem”.

O artigo está organizado em três partes: na primeira realizamos um breve resgate da discussão acadêmica a respeito da participação feminina na política de modo a situá-lo na agenda de pesquisa sobre o tema; na segunda, analisamos dados relativos à sub-representação das mulheres no legislativo brasileiro; na terceira, examinamos os resultados de duas pesquisas de opinião a respeito da atuação das mulheres no cenário político.

I. O DEBATE ACADÊMICO: MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

É fato notório que a participação das mulheres na política é menor que a dos homens, conforme uma série de estudos têm demonstrado. A literatura sobre o tema pode ser dividida em duas grandes abordagens: de um lado, os estudos que se dedicam a analisar e explicar a baixa participação feminina na política institucional, responsável por um *gender gap*² na arena política e eleitoral; de outro, aqueles que se circunscrevem, de forma mais específica, à questão da ausência feminina na política e ao seu impacto na própria qualidade da representação e da democracia. Entre ambas as abordagens há um aspecto comum que as torna, não excludentes, mas complementares, a preocupação em analisar o conjunto de variáveis históricas, culturais e institucionais que contribuem para explicar e conformar a sub-representação das mulheres na política institucional (Lovenduski, e Norris, 1993; Pate-

2 O termo *gender gap* tem sido utilizado no sentido de indicar um conjunto de diferenças entre homens e mulheres em termos de acesso à educação, oportunidades no mercado de trabalho, *empowerment* e participação política que tem favorecido os primeiros. Mais informações e dados podem ser encontradas em Hausmann, Tyson e Zahidi (2010).

man, 1993; Philips, 1995; Genovese, 1997; Prá, 1997; Araújo, 2001, 2005, 2009; Avelar, 2001, 2002; Fontes e Costa, 2003; Dahlerup, 2003; Pinto, 2003; Miguel e Queiroz, 2006; Sanchez, 2006; Mateo-Diaz, 2006; Bohn, 2007; Pinheiro, 2007; Neiva, 2008; Brabo, 2008; Novellino, 2008; Rangel, 2009; Pinto & Moritz, 2009; Miguel e Feitosa, 2009; Sacchet, 2009; Alves e Cavenaghi, 2008, 2010; Hausman, Tyson e Zahidi, 2010; Ribeiro, 2011; Paiva, 2011).

Uma pergunta que norteia vários estudos é: as mulheres fazem diferença na política? Alguns autores afirmam que as mulheres abrandariam o caráter agressivo da política e valorizariam mais a solidariedade e a compaixão. Ademais, haveria não só um *trade off* entre a *política de interesses*, masculina e egoísta, por uma *política de desvelo* que priorizaria não só a esfera familiar, mas também a possibilidade de mais generosidade e altruísmo na disputa pelo poder. (Miguel e Queiroz, 2006; Ribeiro, 2011).

Esses autores, porém, argumentam que, embora essa corrente de pensamento preconize que a paridade entre os sexos terá como resultado natural a mudança de comportamento e padrões, a experiência das mulheres no poder revela que essa não é uma relação automática, existindo vários exemplos contrários. Outra questão apresentada por Miguel & Queiroz é que, ao se caracterizar a mulher como uma agente *da política do desvelo*, se fortalece a noção tradicional da figura feminina como mãe dedicada que se sacrifica pela família, sem interesses próprios e mascarada por uma superioridade moral. Outros estudos argumentam que é necessário o acesso das mulheres, ou das demais minorias, às instâncias de representação política e de deliberação pública, não pelo compartilhamento de ideias, mas por uma dimensão social vinculada a padrões de experiências compartilhadas (Philips, 1995; Varikas, 1996; Miguel e Queiroz, 2006).

Como se pode verificar, o embate na literatura relaciona-se às razões para se considerar como fato relevante a presença feminina nas arenas de representação e deliberação públicas. Outro aspecto importante do debate refere-se à qual a melhor forma de representar os interesses das mulheres: uma perspectiva descritiva, na qual o agente compartilha um conjunto de características semelhantes com aqueles que representa, ou a representação substantiva na qual o mandatário serve aos interesses da comunidade que representa independentemente de seus traços distintivos fundamentais. De acordo com essa visão, mesmo sem pertencer a determinado grupo ou classe social, o representante reúne condições de representar suas ideias. (Philips, 1995; Mateo-Diaz, 2005, Mansbridge, 1999).

Segundo Alves e Cavenaghi (2010), embora o questionamento sobre o fato de as mulheres fazerem ou não diferença na política seja legítimo, ele pode nos induzir a pensar que as mulheres precisam fazer diferença para poder entrar na política. Ademais, argumentam os autores, como essa exigência jamais foi feita aos homens, não há, portanto, razão para determinar que se justifique a presença das mulheres no cenário político. Desse modo, a questão central, em nosso entendimento, é a importância da ampliação do espaço das mulheres na arena político-eleitoral com vistas a assegurar equidade entre os sexos e, por conseguinte, diminuir, ou mesmo extinguir o *gender gap*.

Os dados analisados por diferentes autores mostraram que a participação das mulheres na política tem aumentado de forma quase contínua. Todavia, na maior parte dos países esse processo ocorre de forma muito paulatina e tímida nas diferentes esferas da política institucional. No Brasil esse cenário não é distinto, conforme mostram as estatísticas disponíveis na *Inter-Parliamentary Union* (IPU). Na próxima sessão analisaremos, de forma específica, *gender gap* existente no legislativo brasileiro, tema central desse artigo.

2. A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO PODER LEGISLATIVO: DEVAGAR SE VAI AO LONGE?

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres perfazem 51,7 % do eleitorado, porém sua participação política e eleitoral está muito aquém desse percentual e a paridade longe de ser alcançada. No Brasil, a mulher obteve o direito de votar e ser votada em 1932 (Decreto nº. 21.076, 1932), embora, primeiramente com a “autorização do marido.” Dois anos mais tarde, a Constituição de 1934 contou com a participação de duas mulheres na elaboração do anteprojeto: a deputada Carlota Pereira de Queiroz – primeira e única deputada federal eleita em 1932 e Bertha Lutz, nomeada pelo então presidente Getúlio Vargas (Backes, 2011).

O Brasil adotou uma posição de vanguarda no que tange à participação política feminina.³ Em 1894, a cidade de Santos (São Paulo), promulgou o direito das mulheres ao voto, mas a medida foi derrubada no ano seguinte. Em 1905, três mulheres conseguiram se alistar e votar em Minas Gerais. Em 1927, o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, conseguiu alterar a legislação eleitoral estadual, para dar o direito de voto às mulheres.

3 As mulheres no Brasil obtiveram o direito de votar e serem votadas antes que algumas democracias modelares e/ou bem mais longevas como França (1944), Bélgica (1948) e Suíça (1971). Sobre esse tema ver: <http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>

Em novembro daquele ano, quinze mulheres votaram no município de Lages, elegendo a primeira prefeita da história do Brasil: Alzira Soriano de Souza. Todavia, a candidatura não se materializou em mandato, a Comissão de Poderes do Senado impediu que a prefeita eleita tomasse posse e anulou os votos de todas as mulheres da cidade.⁴

Dez anos antes do sufrágio feminino nos Estados Unidos (1920), a professora Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, liderou uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres. Apesar da precocidade do movimento, hoje a representação feminina, em média, mal alcança dois dígitos. Nas eleições mais recentes, realizadas em 2010, apenas 13% das deputadas estaduais são mulheres, na Câmara dos Deputados esse índice ficou em 8,8%. No Senado Federal onde a primeira senadora, Eunices Michilles (PFL/AM), ingressou como suplente apenas em 1979 – a bancada feminina eleita alcançou 14,81%.

A tabela 1 mostra o número de candidatas e a bancada feminina eleita para a Câmara dos Deputados em cada legislatura desde a conquista do sufrágio, em 1932.⁵ Observa-se que as mulheres sempre foram minoria na Câmara dos Deputados, chegando mesmo a estarem ausentes na 38ª Legislatura (1946-1950). Sua participação, no entanto, aumentou consideravelmente a partir do processo de transição política e consequente democratização do país a partir dos anos oitenta.

Embora a presença das mulheres na Câmara de Deputados tenha iniciado uma trajetória ascendente, tanto no que se refere ao número de candidatas quando de parlamentares eleitas a partir dos anos oitenta – conforme demonstrado na tabela 1 – a tendência tem sido de estabilidade do número de cadeiras conquistadas. Aliás, essa estabilidade se encontra em um patamar que mantém a grande desigualdade em termos de gênero, uma vez que a bancada feminina tem se mantido em cerca 8% desde o início da 52ª Legislatura (2003-2007).

Esse dado se torna ainda mais curioso, se considerarmos que a legislação eleitoral brasileira prevê cotas partidárias para as mulheres desde 1997. O que se observa (Tabela 1) é que houve uma ampliação considerável das candidaturas femininas, mas não se verifica um aumento correspondente do número de

4 Sobre essas informações ver: <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/mulheres-na-politica>.

5 A tabela considera apenas as parlamentares eleitas e não a bancada feminina em cada legislatura. Portanto, não estão incluídas as parlamentares que assumiram o cargo como suplente dado que nosso objetivo é enfatizar não só a participação das mulheres no legislativo, mas também seu desempenho eleitoral.

eleitas. Desse modo, no Brasil, ao contrário de outros países, as cotas não tem apresentado resultados efetivos para reverter a sub-representação das mulheres no parlamento (Araújo, 2001; Martins, 2007; Alves e Araújo, 2009).

Tabela I. *Total de Mulheres Candidatas e Eleitas para a Câmara de Deputados 1934-2010**

Legislatura	Número de Candidatas	Total de Eleitas
36ª Legislatura (1934-1935)	1	1
37ª Legislatura (1935-1937)	-	2
38ª Legislatura (1946-1950)	18	0
39ª Legislatura (1951-1954)	9	1
40ª Legislatura (1955-1958)	13	3
41ª Legislatura (1959-1962)	8	2
42ª Legislatura (1963-1966)	9	2
43ª Legislatura (1967 – 1970)	13	6
44ª Legislatura (1971 – 1975)	4	1
45ª Legislatura (1975-1979)	4	1
46ª Legislatura (1979-1983)	-	4
47ª Legislatura (1983 – 1987)	58	8
48ª Legislatura (1987 – 1991)	166	26
49ª Legislatura (1991 – 1995)	-	29
50ª Legislatura (1995 – 1999)	189	32
51ª Legislatura (1999 – 2003)	352	29
52ª Legislatura (2003 – 2007)	490	42
53ª Legislatura (2007 -2011)	737	45
54ª Legislatura (2011-2014)	1268	45

Fonte: TSE, CFEMEA, Backes, 2011.

* Não foi possível a informação sobre o número de candidatas para a 49ª legislatura.

Na prática, as cotas têm funcionado apenas como um indicativo, ao estabelecer um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo, sem prever qualquer sanção ao descumprimento da norma. De acordo com a lei 9504/1997 (§3º, Art. 10): “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”.

Embora haja determinação legal, o percentual não vem sendo cumprido pela maioria dos partidos, que alegam não conseguir candidatas, devido ao baixo interesse das mulheres. A Lei 12.034/09 alterou a redação deste dispo-

sitivo, reforçando seu conteúdo, embora sem obtenção de resultados efetivos. De acordo com a nova redação:

“Do número de vagas resultante [...] cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (§3º, art. 10, Lei 9.504/1997, nova redação dada pela Lei nº12.034 de 29-9-2009)”.

Backes (2011) afirma que o descumprimento decorre de uma divergência de entendimento do texto por parte dos Tribunais Regionais Eleitorais, que são os responsáveis pela observância do cumprimento das cotas. A esses elementos de ordem legal deve ser somada a resistência masculina e partidária para a indicação de candidatas, e, por fim a existência de um baixo contingente de mulheres dispostas a se candidatar (Araújo, 2001). Portanto, o cenário é de manutenção do *gender gap* na Câmara de Deputados.

A situação não é muito diversa no Senado Federal, embora mais desigual, as mulheres tenham conquistado um assento naquela casa legislativa mais tardiamente, apenas nos anos oitenta. Até as eleições de 2010 apenas vinte e nove mulheres lograram conquistar uma cadeira no Senado⁶. Ao analisar o tema, Bohn (2007) afirma que o Senado permanece um território desconhecido para as mulheres, fato comprovado pelos dados da tabela 2. Uma agenda profícua de estudos seria explorar as razões da baixa presença das mulheres no Senado e quais os fatores de ordem institucional, socioeconômicos ou culturais contribuem para explicá-la de forma mais efetiva.

A partir dos anos noventa, embora de forma tímida, foi se ampliando a bancada de senadoras. Foi em 2002 que a participação das mulheres apresentou um aumento mais significativo, a proporção de eleitas passou de 2,4% para 9,8%, patamar verificado na atual legislatura (2011-2014), como se pode conferir na tabela 2.

Em relação a distribuição regional das eleitas, podemos verificar que essa acontece de forma consideravelmente homogênea. Dentre as 27 unidades da federação apenas cinco ainda não elegeram uma senadora (Piauí, Espírito Santo, Amapá, Distrito Federal e Paraíba). No que tange a filiação partidária o destaque fica com o PT, seguido pelo PFL/DEM em terceiro lugar temos PTB e PSDB. As demais senadoras eleitas estão distribuídas em diferentes partidos. Portan-

6 Não estamos considerando as senadoras que assumiram o cargo como suplente.

to, não se pode falar em uma clivagem ideológica, que caracterize as senadoras eleitas, dado que a distribuição é bem heterogênea ainda que o PT se destaque.

Tabela 2. *Senadoras Eleitas no Brasil*

Eleição	Nº de senadoras Eleitas	Eleitas/Estado Partido
1982	0	
1986	1**	Alacoque Bezerra PFL/RN
1990	2*	Júnia Marise – PRN/MG; Marluce Pinto – PTB/RR
1994	4**	Marina Silva – PT/AC; Marluce Pinto – PTB/RR; Emília Fernandes- PTB/RS; Benedita da Silva – PT/RJ
1998	2*	Heloísa Helena – AL/PT; Maria do Carmo – PFL/SE
2002	8**	Marina Silva – PT/AC; Serys Marly – PT/MT; Ana Júlia – PT/PA; Fátima Cleide – PT/RO; Idely Salvati – PT/SC; Patrícia Gomes – PPS/CE; Lucia Vânia – PSDB/GO; Roseana Sarney – PFL/MA.
2006	4*	Kátia Abreu (PFL-TO); Maria do Carmo do Nascimento Alves (PFL-SE); Marisa Serrano (PSDB-MS) e Rosalba Ciarlino Rosado (PFL-RN).
2010	8**	Lúcia Vânia PSDB/GO; Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM; Lidice da Mata – PSB/BA; Marinor Brito – PSOL/PA; Gleise Hoffman – PT/PR; Angela Portela – PT/RR; Ana Amélia Lemos- PP/RS; Marta Suplicy – PT/SP

Fonte: <http://www.senado.gov.br/> Elaboração das autoras.

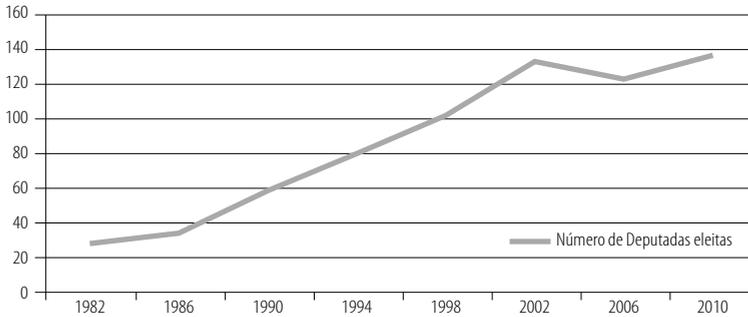
* Renovação de 1/3 das cadeiras do Senado e **renovação de 2/3.

A participação das mulheres nos legislativos estaduais: um crescimento lento e contínuo

Como mostra a Figura 1, existe uma clara tendência de ampliação da representação feminina, não obstante o pequeno declínio verificado em 2006. Os dados analisados por Barsted e Pintanguy (2011), atestam que as primeiras candidaturas aos legislativos estaduais foram registradas em 1946. As autoras mostram também que tanto o número de candidatas como de eleitas foi bastante reduzido até os anos oitenta, quando a tendência de ampliação se manteve conforme demonstra a Figura 1.

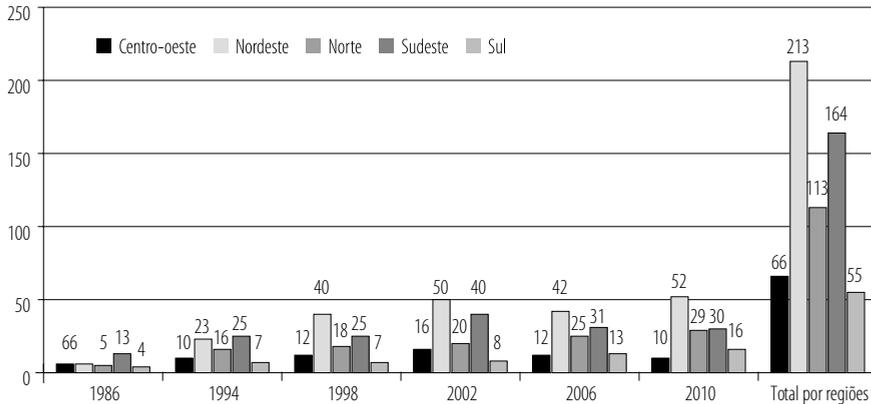
Se tomarmos os estados da federação como elemento de comparação, para a eleição das deputadas estaduais, veremos que, de forma geral, existe uma alternância entre o aumento e o declínio do número de cadeiras ocupadas pelas mulheres a partir dos anos oitenta. O destaque fica por conta das bancadas femininas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que tem sido mais expressivas e consistentes quando comparadas com as demais unidades da federação. Todavia em todos os estados a banca feminina ainda permanece bastante reduzida (Paiva, 2011).

Figura 1. Deputadas estaduais eleitas – Brasil, 1982-2010



Fonte: TSE e CFEMEA.

Figura 2. Mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas – Brasil, 1986-2010



Fonte: TSE e CFEMEA.

Foram excluídas as eleições de 1982 e 1990 por não dispormos do número de deputadas eleitas por estado da federação, mas apenas do total geral.

A região Nordeste apresenta, consecutivamente, o maior número de eleitas para as Assembleias Legislativas. Esse fato pode ser investigado em outros estudos dado que isoladamente, o destaque fica para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme mencionado acima. No período de 1986 a 2010 prevalecem as regiões Nordeste e Sudeste. Os resultados da região Nordeste podem estar ligados ao maior número de candidatos. O sucesso eleitoral das mulheres no sudeste pode estar ligado a variáveis socioeconômicas de estados que a compõem mas, de toda forma, é interessante que novos estudos investiguem essas tendências. Em contrapartida a região Sul apresenta um nível

de sub-representação feminina evidente e constante. O Centro-Oeste apresenta variações, mas a tendência geral é de crescimento. Aliás, é importante destacar que todas as regiões apresentaram movimentos ascendentes no que se refere à eleição de deputadas estaduais. Nenhuma regrediu a ponto de diminuir o número de eleitas referente à eleição anterior. Isso aconteceu apenas uma vez, em 2006 o Nordeste elegeu 42 deputadas, sendo que em 2002 havia elegido 50.

Não obstante, os dados analisados nos permitem afirmar que a sub-representação das mulheres no legislativo brasileiro permanece bastante alta. As mulheres têm ampliado sua participação, mas de forma bastante lenta e tímida, ao longo de oitenta anos de sufrágio. A superação do *gender gap* no legislativo brasileiro ainda está muito longe de ser alcançada, há um caminho extenso a ser percorrido e desafios a serem superados.

3. VOCÊ VOTARIA EM MULHER OU POLÍTICA É “COISA DE HOMEM”? A OPINIÃO DOS ELEITORES BRASILEIROS

Diante dos dados apresentados na sessão anterior, resta perguntar será que os eleitores têm alguma resistência em relação às candidaturas das mulheres para postos eletivos? Como o eleitor avalia a participação das mulheres na política? Do ponto de visto do eleitorado, os homens são mais preparados/adequados para a carreira política? Com vista a responder a essas perguntas analisaremos os dados de dois estudos de *survey*, o Estudo Eleitoral Brasileiro⁷ (ESEB) e Barômetro das Américas.⁸

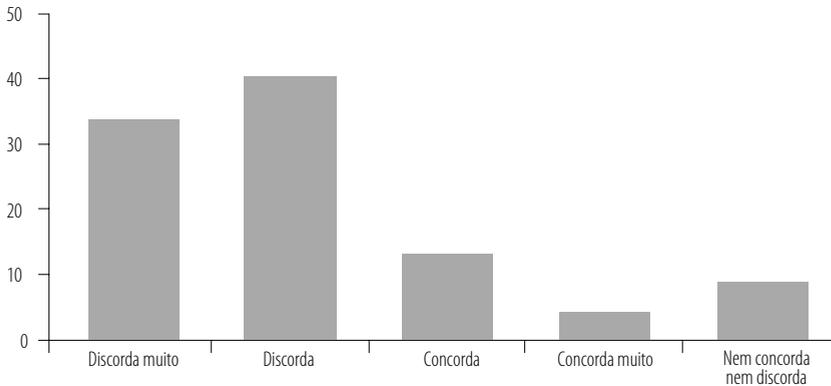
De acordo com os dados do ESEB, para 74% dos entrevistados os homens não são mais adequados para a carreira política que as mulheres, como

7 O ESEB é um estudo pós-eleitoral que agrega pesquisadores de várias instituições em torno de investigações sobre os seguintes temas: comportamento político e social, funcionamento do governo representativo. O estudo é coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade de Campinas/Brasil e está vinculado ao projeto internacional *Comparative Study of Electoral Systems* da Universidade de Michigan (www.cses.org). O estudo está em sua terceira edição e foi realizado em 2002, 2006 e 2010. Nesse artigo analisaremos os dados de 2010.

8 O Barômetro das Américas é um estudo coordenado por pesquisadores da Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, com apoio da *United States Agency for International Development* (USAID). O principal objetivo do estudo é dar voz aos cidadãos sobre uma ampla gama de questões (democracia, direitos das minorias, participação política) bem como fornecer dados e informações para os formuladores de políticas públicas na América Latina e no Caribe. As informações estão disponíveis no endereço: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2012/AB2012-comparative-Report-V7-Final-Cover-01.25.13.pdf>

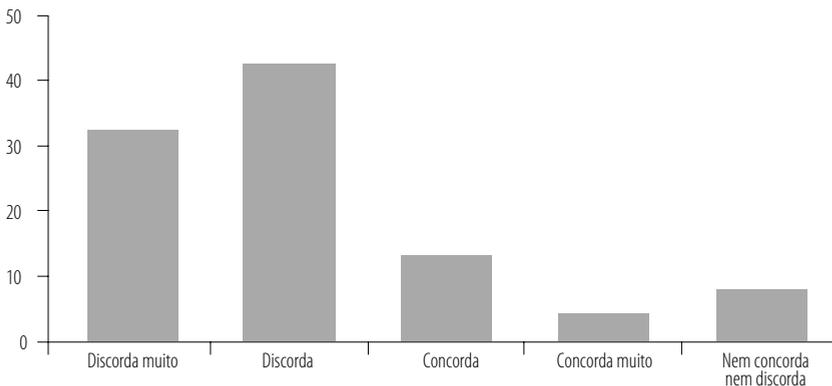
mostra a Figura 3. Ainda de acordo com a pesquisa 74,8% discorda da afirmação: “as mulheres não tem experiência para governar bem” contra 17,5% que concordam, como mostra a Figura 4. Em relação a outra afirmação semelhante: “os homens governam melhor do que mulheres quando eleitos” observou-se também percentuais semelhantes de discordância, 74,7%. Assim, os dados mostram que não existe uma predisposição por parte dos eleitores em votar em mulheres, além disso, não se detecta um preconceito significativo em relação à atuação feminina na arena política participação/representação política feminina.

Figura 3. *Em geral os homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres.*



Fonte: ESEB, 2010.

Figura 4. *As mulheres não têm experiência para governar bem*



Fonte: ESEB.

Os dados do Barômetro das Américas também vão na mesma direção, apenas 28% dos entrevistados concordam com a afirmação de que os homens são melhores líderes. Um dado interessante é que o Brasil é o segundo país com opinião mais favorável à participação das mulheres na política, o primeiro colocado é o Uruguai (26,6%).

Os dados analisados nos permitem perceber que as explicações para o *gender gap* na arena política e institucional devem ser buscadas em outras esferas dado que não existe, por parte do eleitorado, preconceito em relação às candidaturas femininas, e também no que confere à sua capacidade política e de liderança. Outra evidência dessa situação foi a eleição da presidente Dilma Rousseff em 2010, primeira mulher a ocupar o cargo no país. Outro elemento que corrobora nosso argumento é que durante a campanha eleitoral o fato de ser mulher não foi elemento que tenha se destacado no sentido de criar quaisquer resistências a sua candidatura.⁹ Portanto, podemos afirmar que para os brasileiros, política é sim “coisa de mulher”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Se, como mostram os dados não há resistência dos eleitores em relação à participação das mulheres na política, por que a participação das mulheres é tão baixa? As mulheres têm alcançado em média 10% das cadeiras nas duas casas legislativas (Câmara de Deputados e Senado Federal), se observa patamar semelhante nos legislativos estaduais e locais e um cenário análogo nos demais cargos para o poder executivo, não obstante termos, atualmente, uma mulher ocupando o cargo de Presidente da República.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que essa não é uma peculiaridade do Brasil a representação feminina ainda é baixa na maioria dos países do mundo. No entanto, considerando que não se observa uma resistência efetiva da sociedade brasileira em relação a participação das mulheres na arena política e institucional, uma profícua agenda de pesquisa seria verificar quais as explicações para a manutenção desse panorama.

9 Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) foi a candidata mais votada no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 com 46,91% dos votos. O segundo colocado foi José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 32,61% dos votos. A terceira colocada foi Marina Silva do Partido Verde (PV), que recebeu 19,33%. Dos votos, No segundo turno Rousseff foi vitoriosa com 56,05% dos votos e Serra obteve 43,95%.

O baixo incentivo e apoio efetivo dos partidos políticos às candidaturas femininas comprovado pelo não cumprimento da Lei de Cotas, aliado ao menor volume de recursos destinados às campanhas femininas, condicionantes como a dificuldade em conciliar a vida familiar com as exigências da carreira política estão entre as variáveis explicativas para esse cenário, conforme já apontaram alguns estudos. Uma agenda de pesquisas profícua seria analisar quais dessas variáveis tem mais poder de explicação ou mesmo se existem outras respostas e alternativas para a alteração dessa situação, de modo a alcançarmos a equidade em termos de participação das mulheres na política.

Denise Paiva · Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Goiás e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Email: denise@cienciasociais.ufg.br

Ana Lúcia Henrique · Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Analista Legislativo na Câmara dos Deputados. Email: analuhenrique@gmail.com

Gabriela Peixoto Vieira Silva · Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás e bolsista da Capes. Email: gabrielapvs@gmail.com

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; ARAUJO, C. A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina. 2009. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/members/congress_papers/lasa2009/files/AlvesDinizJose.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2013.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Seminário Temático 29: Relações de poder e de gênero. Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st29.html>.
- _____. *Mulheres sem Espaço no Poder*. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_MulherPolitica_Ipea_Jeda_Smc.pdf. Acesso em: 01 de janeiro de 2013.
- ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.
- ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 02, p. 23-59, 2009.
- AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP, 2001.
- AVELAR, L.. *Mulher e Política: o mito da igualdade*. 2002. Disponível em: http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf. Acesso em: 27 de maio 2010.
- BACKES, A. L. As mulheres na Câmara dos Deputados. Fonte: Consultoria Legislativa: http://www2.camara.gov.br/documentospesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheres_no_poder/copy_of_documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1 Acesso em 14 de fevereiro de 2013
- BOHN, S. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 74-107, 2007.
- BRABO, T. S. A. M. *Gênero e poder local*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/>.
- DAHLERUP, D. Quotas are changing the history of women. *International IDEA WORKSHOP*, Lima, Peru, fev. 2003. Disponível em: <http://www.idea.int/americas/index.cfm>.
- BARÔMETRO DAS AMÉRICAS. <http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2012/AB2012-comparative-Report-V7-Final-Cover-01.25.13.pdf> Acesso em 02 de março de 2013.

- BARSTED, L. L.; PITANGUY, J (orgs.) O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília, Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília; ONU/Ford Foundation, 2011 Disponível em: <http://www.cepia.org.br/progresso.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013. 436 p.
- FONTES, A. M.; COSTA, D. M. Participação feminina na construção da Democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais (1994 a 2002). Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2003. Disponível em: <http://www.ibam.org.br>. Acesso em: 10 fevereiro 2013.
- GENOVESE. M. A. *Mujeres líderes en política*. Madrid: Narcea Ediciones, 1997.
- HAUSMANN, R.; TYSON, L. D.; ZAHIDI, S. *Global gender gap report*. Genebra: World Economic Forum, Harvard University, University of California, 2007. Disponível em: <http://www.weforum.org/issues/global-gender-gap>. Acesso em: 15 janeiro de 2013.
- Inter-Parliamentary Union (IPU). Disponível em: <http://www.ipu.org/english/home.htm>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.
- LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (Orgs.). *Gender and party politics*. London: Sage Publications, 1993.
- MAIS MULHERES NO PODER. <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/mulheres-na-politica>. Acesso em 01 de março de 2013
- MANSBRIDGE, J. Should black represent blacks and women represent women? A contingent yes. *The Journal of Politics*, v. 61, n. 03, p. 628-657, August 1999.
- MARTINS, E. V. A política de cotas e representação feminina na Câmara de Deputados. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2011.
- MATEO-DIAZ, M. M. *Representing women? Female legislators in West European Parliaments*. Essex: ECPR Press, 2005.
- MATEO-DIAZ, M. M. Em busca da Panacéia para igualdade duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para aumentar a presença das mulheres no Parlamento. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. (Orgs.). *Reforma política: Lições da década recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009;
- MIGUEL. L. F.; QUEIROZ C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em Eleições Municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 02, p. 363-385, 2006.
- NEIVA, P. Women in the Upper Houses: a global perspective. *Brazilian Political Science Review*.V.02, n.01. p. 77-95, 2008.
- NOVELLINO, M. S. *Análise da (sub)representação política das mulheres no Brasil: as Eleições Municipais de 2004 e de 2008*. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/estudos.php>. Acesso em: abril de 2011.

- PAIVA, D.(2011) (org.) *Mulheres, Política e Poder*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PHILLIPS, A. *The politics of presence: the political representation to gender, ethnicity and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PINHEIRO, L. S. Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-consituente. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres (Série Documentos,) 2007.224 p.
- PINTO, C. R. J.; MORITZ, M. F. A tímida presença da mulher na política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, p. 61-87, 2009.
- PINTO, C. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRÁ, J. R. Eleições e cidadania nota sobre comportamento político de gênero. In: BAQUERO, M. (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. p. 11-35.
- RANGEL, P. O que os parlamentares pensam sobre as mulheres na política? In: DULTRA, E. V.; FLEISCHER, S. (Orgs.). *Como parlamentares pensam os direitos das mulheres? Pesquisa na Legislatura 2007-2010 do Congresso Nacional*. Brasília: CFEMEA: SAAF/Fundação Ford, 2009. p. 32-44.
- RIBEIRO, E. A. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: Baquero, M. (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, 2009.
- SANCHEZ, S.F. Mujer y Poder Político la Desigualdad como Norma. *Aposta, Revista de Ciencias Sociales*. N. 24, 1996. Disponível em <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/ferrones.pdf> Acesso em: 25 fevereiro de 2013.
- SENADO FEDERAL <http://www.senado.gov.br/> Acesso em 02 de fevereiro de 2013
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 22 fevereiro de 2013.
- VARIKAS, E. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 65-94, 1996.
- Women`s Suffrage (<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>). Acesso em 27 de fevereiro de 2013.

SÍLVIA RITA SOUZA

O Banco Mundial publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento – 2012 no qual declara:

primeiro, a igualdade de gênero tem importância intrínseca porque a capacidade de viver a vida que se deseja e ser poupado da privação absoluta é um direito humano básico e deve ser igual para todos, seja a pessoa homem ou mulher. Segundo, a igualdade de gênero tem importância instrumental porque uma maior igualdade de gênero contribui para a eficiência econômica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento.¹

Então, igualdade de gênero significa concretamente que homens e mulheres tenham oportunidades iguais e que possam alcançar o seu potencial individual em condições de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do seu país, beneficiando sua comunidade. E para atingir plenamente seu potencial as mulheres precisam ser empoderadas.

Na América Latina, as primeiras mulheres presidentes surgiram na América Central: Violeta Chamorro na Nicarágua (1990-1994) e Mireya Moscoso, no Panamá (1999-2004). Bolívia, Haiti e Equador tiveram mulheres presidentes que exerceram o cargo por menos de um ano.

1 Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, 2012.

Mais recentemente, Michele Bachelet atuou como presidente do Chile (2006-2010). Ela foi seguida por Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina (2007-2011), Laura Chinchilla, da Costa Rica (2010-2014), e Dilma Rousseff, do Brasil (2011-2015). Dos 33 países da região latino-americana, nove elegeram mulheres presidentes ou primeiras-ministras.

Para a sociedade brasileira é significativa a presença de uma mulher no mais alto cargo do Executivo Federal, Dilma Rousseff. Marcante foi sua fala no discurso de posse, afirmando que agora as portas foram abertas e que o caminho está livre para todas as que sonham alcançar o poder: “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.”

Mas porque a presença de mulheres é mais escassa nos cargos do poder executivo?

Os cargos de presidente, governador e prefeito são muito importantes para as lideranças e partidos políticos porque controlam e executam as políticas públicas em nível local, estadual e nacional bem como seus respectivos orçamentos. Isto oferece maior visibilidade ao trabalho realizado durante o mandato e facilita, sobremaneira, a reeleição ou eleição para um novo cargo. Então a disputa pela concretização da candidatura é mais acirrada dentro dos partidos políticos, onde a liderança normalmente é exercida por homens, dificultando as candidaturas femininas.

Durante séculos a mulher esteve fora do poder político, sendo este monopolizado pelo homem. Mas aos poucos estamos avançando! “As mulheres agora representam mais de 40% da mão de obra global, 43% da força de trabalho e mais da metade dos estudantes universitários do mundo.”²

No Brasil, em 1932 alcançamos o direito ao voto e, no ano seguinte, Carlota de Queirós é eleita a primeira deputada federal do País. No ano de 1990, elegemos as primeiras senadoras da República: Junia Marise (Minas Gerais) e Marluce Pinto (Roraima). Em 1994, Roseana Sarney é a primeira mulher eleita para chefiar um estado brasileiro, o Maranhão.

Novas e grandes conquistas em 2011: a presidenta Dilma Rousseff toma posse e no Congresso Nacional foram eleitas as primeiras vice-presidentas da Câmara dos Deputados (Rose de Freitas, do Espírito Santo) e do Senado (Marta Suplicy, de São Paulo).

2 Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, 2012.

A minirreforma eleitoral (Lei 12.034), ocorrida em 2009, estabeleceu que na lista de candidaturas de cada partido é obrigatório ter um número mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo e que 5% dos recursos do fundo partidário sejam usados em ações para fortalecer e promover as candidaturas femininas.

Entretanto, a União Interparlamentar avalia que o Brasil ocupa o 110º lugar na questão da inserção política por gêneros, dentre 146 países. Estamos atrás de nações como Togo e Serra Leoa!

Objetivando combater este problema, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República tem trabalhado de forma incessante para a mudança dessa situação coordenando campanhas nacionais como a de 1996: *Mulheres Sem Medo do Poder* e em 2008 e 2012 *Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso!*

Mas, em que consiste o empoderamento da mulher?



O empoderamento da mulher não se refere apenas ao acesso a cargos no legislativo, executivo e judiciário, trata-se de algo bem maior: o de influenciar a transformação da sociedade em todas as áreas. Isto alcança as decisões sociais, políticas e econômicas que afetam a vida das mulheres, das famílias e de toda a sociedade.

O empoderamento da mulher envolve ainda cinco componentes:

1. Senso de autoestima
2. Direito de ter e determinar escolhas
3. Direito de acesso a oportunidades e recursos
4. Direito de poder controlar a própria vida, dentro e fora de casa
5. Capacidade de influenciar as transformações para criar uma ordem social mais justa e igualitária

É importante que tenhamos mais mulheres em posições de poder e influência para que as meninas e demais mulheres possam visualizar esses cargos serem ocupados por mulheres e possam sonhar e aspirar a essas mesmas posições.

Entretanto, embora seja importante termos mais mulheres em posições de influência e poder, também é vital que as mulheres em tais posições façam mais em prol das outras mulheres. Elas têm que trabalhar para garantir que as vozes do coletivo de mulheres sejam ouvidas, que as políticas públicas adotadas levem em consideração as necessidades específicas das mulheres e devem ainda comprometer-se a trazer mais e mais mulheres, junto com elas, ao poder, elevando-as coletivamente.

Se isso não ocorre acabamos com apenas um símbolo de mulher no poder que, dependendo do caso, poderá até ser prejudicial para o coletivo de mulheres. Então, ter mulheres no poder não é suficiente. É necessário que as mulheres que ascenderam ao poder tenham consciência de sua importância e influência compreendendo que a desigualdade de gênero continua e que temos o compromisso de criar condições para que a mudança ocorra.

E que lacunas precisam ser preenchidas para que o empoderamento da mulher ocorra?



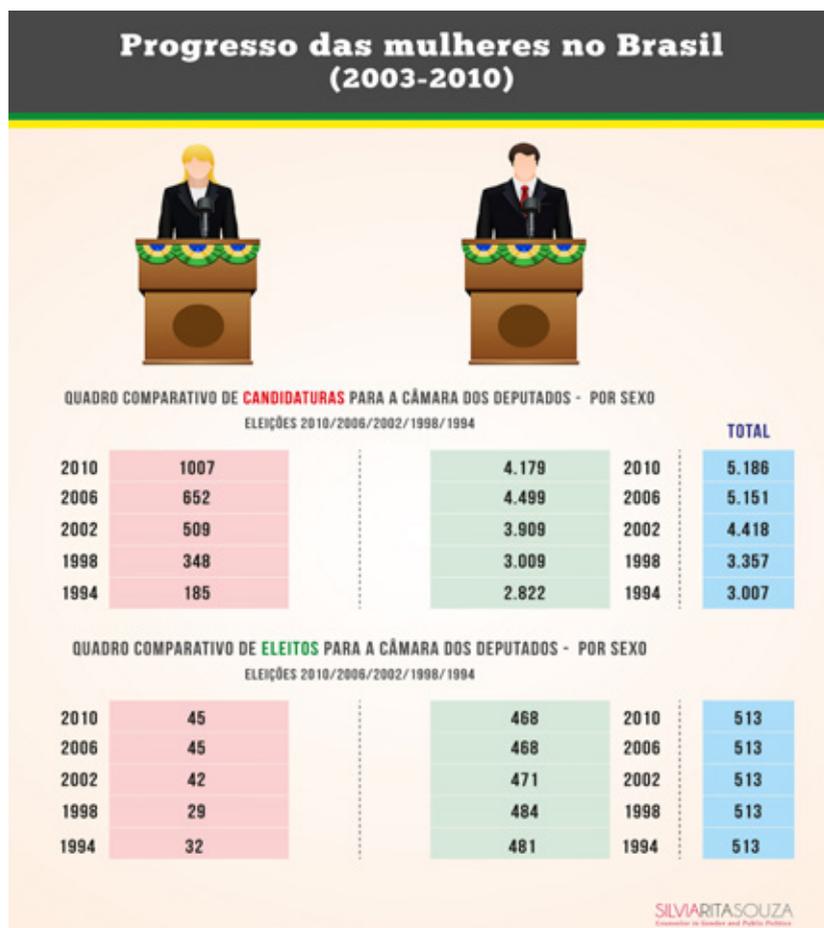
MULHERES CANDIDATAS

É necessário garantirmos o acesso da mulher aos espaços de poder decisório. Isto porque as mulheres enfrentam barreiras e desafios diferentes dos homens e que resultam da desigualdade de gênero contínuo na sociedade. Muitas vezes essas barreiras e dificuldades passam despercebidas no momento da tomada de decisões, quando não contamos com mulheres dentro do processo.

Então, a presença de mulheres candidatas sinaliza que a democracia está sendo consolidada e que o acesso a oportunidades políticas é para todos e para todas. Essas candidaturas também servem de modelo simbólico, mostrando que a política não é mais um mundo exclusivo dos homens, estimulando o engajamento de outras mulheres e transformando o espaço de poder em um lócus mais democrático e representativo.

Existem ainda evidências de que o aumento de candidaturas femininas tem impacto positivo sobre o comportamento masculino. Os candidatos homens passam a trabalhar nas suas campanhas eleitorais aspectos de políticas públicas de gênero quando seu adversário é uma mulher. Esta mudança é positiva para toda a sociedade!

Quando analisamos as últimas eleições, podemos notar o aumento gradativo das candidaturas femininas em todos os níveis. Entretanto, as barreiras para que as candidatas sejam efetivamente eleitas continuam.



Nos últimos anos, a ciência política apresentou uma vasta literatura sobre os desafios e as oportunidades que as mulheres candidatas enfrentam. Mas existem muitas questões a serem debatidas e respondidas sobre o papel que o gênero desempenha nesses desafios e oportunidades.

Esta reflexão visa contribuir com o debate e estará centrada nos seguintes tópicos:

6. Recrutamento de candidatas
7. Capacitação – ferramenta para o sucesso nas urnas
8. Campanhas eleitorais femininas

RECRUTAMENTO DE CANDIDATAS

Para que possa concorrer a um cargo eletivo, a pessoa precisa ser recrutada e ter seu nome aprovado pelo partido político ao qual pertence. Este recrutamento consiste em identificar lideranças que tenham o desejo de envolver-se na política. Então normalmente a busca centra-se em lideranças que já atuam no partido.

Alguns partidos já tem claro a sub-representação da mulher no poder público e adotam iniciativas que buscam aumentar esta participação. Outros percebem esta realidade, mas não a consideram relevante.

Estas iniciativas passam pela inclusão do segmento feminino como órgão específico nas instâncias partidárias. São os coletivos, núcleos ou secretariados de mulheres, nomenclatura utilizada por diversos partidos.

É necessário mais que isso!

As lideranças políticas normalmente acreditam que encontrarão mulheres candidatas nos mesmos lugares onde encontram os candidatos homens. Mas não acontece dessa forma. O homem encontra-se no processo político há muito mais tempo que a mulher. Este espaço é ocupado pelo homem de forma muito mais tranquila. Como a mulher adentrou neste espaço há pouco tempo, é necessário fazê-la perceber que sua presença pode acontecer muito além do simples apoio às candidaturas masculinas, no papel de voluntárias. A mulher precisa perceber-se com capacidade e potencial para a liderança política.

Então, é necessário recrutar mulheres onde elas são líderes, onde o mercado de trabalho nos informa sua predominância, onde são trabalhadas questões voltadas às políticas públicas e em organizações não governamentais.

O papel da mulher na sociedade tem mudado muito, mas a divisão das responsabilidades domésticas e com o cuidado com os filhos permanece influenciando, sobremaneira, a decisão das que almejam a carreira pública. Então, importante é buscar mulheres de diferentes idades. As mulheres mais jovens, porque ainda não estão pressionadas pelas responsabilidades familiares e as mulheres mais velhas porque, com os filhos crescidos, tem suas responsabilidades familiares reduzidas.

Apresentamos o resultado das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados, por sexo e segundo a faixa etária, para melhor ilustrar esta questão:



SILVIARITASOUZA
Consultor in Gender and Public Policies

Percebe-se que as mulheres eleitas concentram-se na faixa etária de 45 a 59 anos e o mesmo fenômeno ocorre nas candidaturas femininas à mesma Casa de Leis.

É preciso ainda buscar mulheres que são lideranças locais, que conseguem “mover” as pessoas em busca de um objetivo comum e que trabalham com seriedade junto à sua comunidade. As ONGs são especialmente importantes quando conseguem conectar as lideranças femininas dos segmentos sociais com os quais trabalham aos partidos políticos.

Algumas vezes é necessário que as lideranças partidárias saiam de sua zona de conforto e busquem as mulheres candidatas ajudando-as a verem além da situação em que se encontram.

A pergunta que devemos fazer a estas mulheres é: você já pensou em transferir esta sua paixão pelo trabalho comunitário para a política? Você consegue visualizar o quanto pode fazer se estiver ocupando um cargo eletivo? Percebe o quanto sua ação como mulher política pode transformar a vida de muito mais pessoas em sua comunidade?

Relevante lembrar que iniciar a carreira política em um cargo inferior não é pré-requisito para candidatar-se a cargos mais altos. Temos vários exemplos de políticos que iniciaram suas carreiras não como vereador, mas sim como deputado federal ou outro cargo de maior nível.

O que tenho percebido ao longo dos anos de militância política é que os homens jovens estão mais propensos a ver a política como uma carreira, ao passo que as mulheres tendem a chegar lá em uma idade mais avançada como uma forma de influenciar um problema no qual se encontram envolvidas.

Potencializar as lideranças femininas trará uma contribuição essencial ao processo de transformação da sociedade. As mulheres trazem para a humanidade um novo estilo de liderança, a liderança transformadora: valorizam a diversidade de pontos de vista e normalmente comprometem-se com trabalhos que enfocam o coletivo acima do individual.

Esta nova forma de liderança envolve uma série de características, dentre estas:

- Processo de tomada de decisão por consenso;
- Poder como algo a ser compartilhado;
- Resolução de conflitos por negociação;
- Promoção da diversidade em todas as áreas.

CAPACITAÇÃO – FERRAMENTA PARA O SUCESSO NAS URNAS

Programas de capacitação que visem potencializar a participação política das mulheres são essenciais para diminuir o espaço existente entre homens e mulheres em termos de acesso ao poder político.

Para atuarem de forma eficaz como parlamentares ou ocupantes de cargos majoritários no Executivo, as mulheres devem ter claro quais são as funções do cargo que exercerão, dominando bem as “regras do jogo”.

Mas um aspecto importante deve ser considerado: as mulheres não estão acostumadas a expor suas ideias, já que foram silenciadas por muitos e muitos anos. O primeiro passo, portanto, para trabalharmos com a questão da liderança feminina é exatamente focar na comunicação interpessoal. Isto porque falar em público, na arena política, é pré-requisito para o sucesso.

Os partidos políticos devem oferecer as ferramentas de comunicação necessárias para as mulheres que devem abranger:

- Capacitação consistente na área de comunicação;
- Construção de habilidades de liderança;
- Iniciativas que reúnam as mulheres em rede (mulheres apoiando mulheres);
- Capacitação de multiplicadoras (mulheres capacitando mulheres);
- Capacitação e monitoramento de mulheres eleitas;
- Envolvimento da juventude para proceder às mudanças de comportamentos políticos necessárias.

Na construção dos programas de capacitação devemos fazer uso da ciência que nos esclarece que o cérebro é composto de hemisfério direito e esquerdo. O hemisfério esquerdo concentra as funções lógicas e analíticas. O hemisfério direito se expressa através das artes criativas. É necessário o uso equilibrado dos dois hemisférios para que o aprendizado possa ser melhor processado e potencializado. As oficinas, jogos, artes, palestras criativas, demonstração, dramatização e estudos de caso são excelentes ferramentas que podem estimular as participantes no processo ensino-aprendizagem.

Não devemos esquecer ainda que os adultos possuem ricas experiências de vida que devem ser consideradas quando planejamos cada programa. É importante valorizar as experiências individuais e inseri-las nas capacitações, oferecendo-as como exemplos para as outras participantes.

CAMPANHAS ELEITORAIS FEMININAS

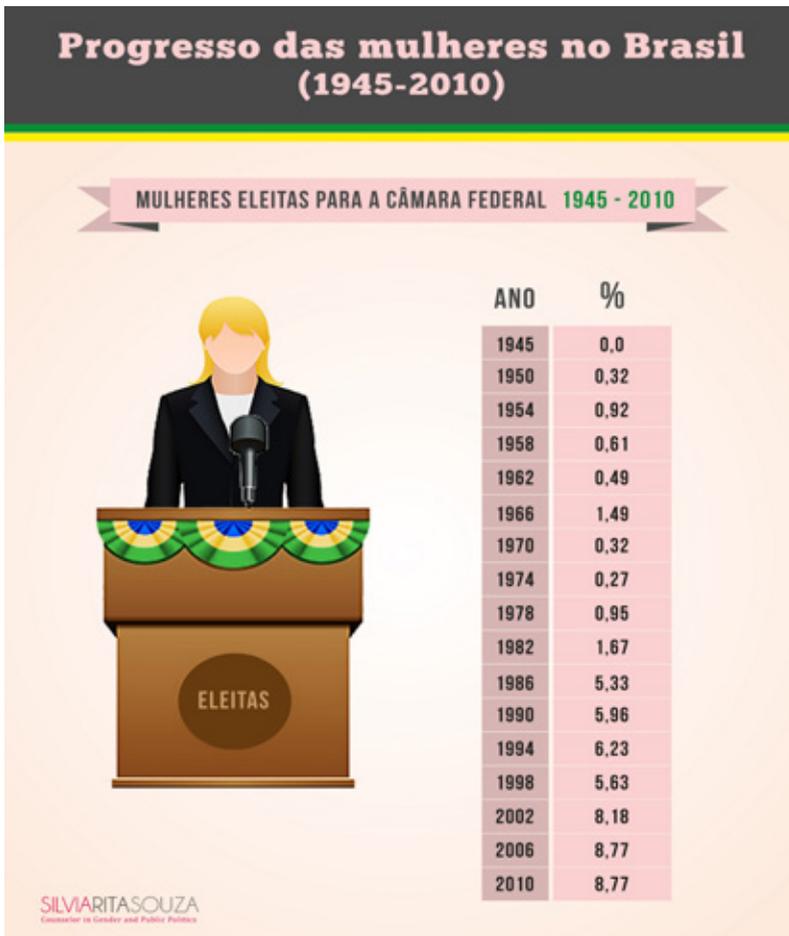
O infográfico a seguir demonstra a evolução gradativa e lenta da presença das mulheres na Câmara Federal no período de 1945 a 2010. Temos muito a conquistar!

Segundo dados de 2012 do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, as mulheres são 51,9% do eleitorado, o que representa aproximadamente 73.000.000 de votos! Isso significa que temos um vasto campo de trabalho cujos votos podem ser alcançados pelas mulheres candidatas.

Ressalte-se que estudos da ciência política tem demonstrado que a sociedade percebe a mulher e o homem na política de forma estereotipada, atribuindo a cada gênero certos traços de personalidade.

A mulher candidata é vista como passiva, meiga, atenciosa e o homem como forte, experiente, assertivo. Estes estereótipos refletem as ideias mais

gerais que a sociedade tende a manter sobre a mulher. A dificuldade das mulheres candidatas soma-se ao fato de que geralmente a sociedade valoriza as características ditas “masculinas” quando analisa como a pessoa que assume um cargo político deve ser.



Como consequência desta visão os eleitores associam as mulheres candidatas às áreas sociais como: saúde, educação, assistência social (crianças, idosos, portadores de necessidades especiais), meio ambiente e os homens com áreas consideradas mais “duras” como economia, segurança, agricultura.

Uma análise importante se impõe: será que estes estereótipos somente atrapalham ou podem contribuir para a eleição de mais mulheres aos executivos e legislativos?

Fato importante é que as mulheres candidatas são consideradas mais competentes para trabalhar com temas que afetam diretamente as mulheres como assédio sexual, direitos reprodutivos, violência doméstica, dentre outros, o que pode ser utilizado para alcançar o eleitorado feminino.

Ao iniciar o período eleitoral é necessário, então, tomar importantes decisões para o planejamento estratégico da campanha, considerando o impacto que o gênero terá sobre os eleitores.

Abraçar ou evitar o rótulo “mulher candidata”? Esta definição envolve muitas escolhas importantes sobre a forma de vestir-se, o cabelo, a forma de apresentação da família (marido e filhos), a mensagem a ser trabalhada junto aos eleitores e as propostas de trabalho concretas.

Então que decisão tomar? Reforçar os estereótipos ou trabalhar para combatê-los?

Deve existir um equilíbrio nesta questão, pois normalmente campanhas que apresentam propostas diversificadas tendem a ser vitoriosas, enquanto as que permanecem focadas em um único tema, não atingem o conjunto da sociedade e tem a probabilidade maior de fracassar.

É necessário mostrar ao eleitor que a sensibilidade da mulher pode e deve ser utilizada em áreas consideradas “duras” como na economia, por exemplo. Através da sensibilidade, característica da mulher, os escassos recursos públicos podem ser direcionados para áreas realmente prioritárias e que virão a beneficiar o maior número de cidadãos. Fazendo uso da sensibilidade, a mulher pode focar a ação das políticas públicas em benefício dos que realmente necessitam, por sua fragilidade, de uma ação consistente do poder público como os idosos, as mulheres, as crianças, os jovens e etc.

Fato é que a presença de mais mulheres candidatas tem impactado também as candidaturas masculinas. Os candidatos homens, em todos os níveis, tem procurado apresentar propostas de interesse específico da mulher.

A eficácia da estratégia eleitoral, entretanto, é moldada por uma série de questões como: o partido político e seu apoio, inclusive financeiro; o jogo eleitoral naquele exato momento e local; o cargo que se pleiteia. Todos estes aspectos devem ser considerados antes de decidir que mensagem a candidata deve transmitir aos eleitores (discurso e sua forma; peças publicitárias, apresentação pessoal e etc).

Pesquisas sugerem que a preocupação comum sobre questões específicas podem motivar o eleitorado feminino a votar em mulheres candidatas. Temas como reprodução, cuidados com as crianças e outras, tendem a ser mais importantes para as mulheres e existem hipóteses de que as mulheres

têm mais tendência a optarem por representação do mesmo sexo do que os homens.

Necessitamos de mais pesquisas para entender como os estereótipos de gênero e estereótipos vinculados aos partidos políticos influenciam o eleitor na hora do voto de forma a favorecer ou prejudicar determinado candidato ou candidata. Isto nos ofereceria um panorama geral do clima eleitoral e de como utilizá-lo a favor da eleição de mulheres.

Outro tema que vem levantando debates é o financiamento de campanha eleitoral. Sobre este assunto existem muitas questões a serem respondidas e também nesta área necessitamos de mais dados e mais pesquisas.

Por muito tempo acreditou-se que a arrecadação de recursos financeiros para a campanha eleitoral é mais difícil para as mulheres. Esta percepção persiste e isso talvez explique a dificuldade de convencimento das lideranças femininas a candidatarem-se.

CONCLUSÃO

As habilidades/capacidades dependem do acesso a recursos diversos como: educação, saúde, independência econômica, dentre outros. O acesso das mulheres a estes recursos facilita a conscientização dos próprios direitos e abre espaço para a ação política, sob todas as suas formas.

E o que é preciso para ser uma mulher política?

Exatamente o que é preciso para ser um homem político: visão de futuro, determinação, coragem, resistência física e mental, senso de humor e muita habilidade para lidar com o estresse!

Alguns desafios são particularmente relevantes para as mulheres candidatas. Estes obstáculos são classificados em cinco categorias principais: assertividade, captação de recursos, redes de apoio, relações com a mídia e habilidade para falar em público.

A capacitação em oratória e relações com a mídia é ferramenta indispensável no processo de empoderamento político que deve estar aliada ao apoio partidário necessário para a captação de recursos e à potencialização das redes de apoio.

É necessário transformar a cultura interna dos partidos políticos para que estes se tornem mais comprometidos em abrir espaços para as mulheres, viabilizando oportunidades iguais de participação na tomada de decisões. Importante mecanismo é a determinação do percentual de 50% de cada sexo nos cargos das executivas partidárias nos três níveis: nacional, estadual e municipal.

Esta mudança de comportamento dos partidos políticos inclui ainda a forma como as reuniões são agendadas, a fim de considerar a dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, o financiamento de campanha, a implantação de programas de capacitação em habilidades de liderança e gestão bem como comprometimento com o recrutamento de mulheres candidatas.

Segundo dados da ONU, mantendo-se o ritmo atual de crescimento por gênero – 1 a 2% – o Brasil só atingirá a paridade daqui a 400 (quatrocentos) anos. Nesse sentido, impõe-se a prática de ações afirmativas, preconizadas pelos diversos Tratados e Conferências Internacionais das quais o Brasil é signatário.

E o que as mulheres querem?

As mulheres querem estar ao lado dos homens na tomada de decisões em todos os níveis. As mulheres querem e lutam pelo aprofundamento da democracia. E uma sociedade justa requer políticas públicas universais e ações afirmativas, assegurando a igualdade de direitos.

A humanidade não poderá avançar, não poderá alcançar o pleno desenvolvimento, se 51% da população continuar na retaguarda, sem participar do processo de tomada de decisões que afetam a vida de todos nós.

Fortalecer a mulher é, portanto, fortalecer a democracia, os direitos da pessoa humana, o marido ou companheiro, a criança, a família, a sociedade, a nação, o mundo.

Temos à nossa frente grandes desafios e é necessário estarmos vigilantes, não aceitando retrocessos nas conquistas obtidas através das lutas travadas pelo movimento de mulheres.

O século XXI está dando seus primeiros passos e nós mulheres temos muito a caminhar, a romper barreiras e a vencer. Temos o legado da conquista da igualdade e equidade a deixar para as futuras gerações.

Deixo para nossa reflexão, frase do escritor alemão Hermann Hesse, prêmio Nobel de Literatura em 1946:

“Nada lhe posso dar que já não existe em você.

Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria existência.

Nada lhe poderei dar, a não ser a oportunidade, o impulso, a chave.

Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo.”

- **Agenda de gênero:** Incorporação da perspectiva de gênero, como ação que promove a redução de desigualdades entre homens e mulheres.
- **Política pública:** Curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses.
- **Políticas públicas com recorte de gênero:** São políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para as mulheres.
- **Focalização em mulheres nas políticas públicas** (*targeting women*): tem como base o argumento de que a atenção privilegiada às mulheres terá impacto na sociedade como um todo.
- **Gênero:** se refere aos atributos sociais, comportamentais e culturais, expectativas e normas associadas a ser uma mulher ou um homem.
- **Igualdade de gênero:** diz respeito à maneira como esses aspectos determinam como mulheres e homens se relacionam um com o outro e às diferenças resultantes do poder entre eles.
- **Empoderamento:** é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.
- **Ações afirmativas:** são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização.

Silvia Rita Souza é educadora, pós-graduada em Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, conselheira da ONG *Women's Democracy Network-WDN*, foi conselheira do Programa de Liderança no Timor Leste, membro da Rede de Escritoras Brasileiras-REBRA e autora do livro *A Mulher Candidata – Competindo para Vencer* (2012). E-mail: silviaritasouza@gmail.com.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, Cathy. *Taking back politics: an insider's guide to winning*. Toronto: Jalapeño Press, 1996.
- AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, ano I, n. 2, mar. 2002.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Ed. Unesp, 2001.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, Igualdade de Gênero e Desenvolvimento*, s.l: Banco Mundial, 2012.
- BELLO, Mercedes Elena. *El proceso de Financiamiento Privado para Campanas Electorales*. Palestra apresentada em evento promovido pela George Washington University em Washington, 2005.
- CRUZ, Mabel; COSTA, Jimena; SCOTTO, José Luis. *Mujeres Participando em Política*. Bolívia: Instituto Republicano Internacional (IRI), 2009.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, jan./abr. 2004.
- KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2. ed. In: _____ *Wrapping things up – session Agenda setting*. New York: Harper Collins, 1995. cap. 9.
- REIS, Elisa Pereira. Política e políticas públicas na transição democrática. In: MOURA, Alexandrina de Moura (Org.). *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice Editora, *Revista dos Tribunais*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 90-104.
- SOARES, Cristiane. Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista do Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero*, Edição especial. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. jul., 2010.
- SOUZA, Sílvia Rita. *A Mulher Candidata: competindo para vencer*. Brasília: Alpha Gráfica e Editora, 2012.
- SOUZA, Sílvia Rita. *As Mulheres e a Política*. Diálogo e Intercâmbio entre Partidos Políticos y Sociedad Civil em Mercosur. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2008.
- THE WORD BANK. *Toward Gender Equality: the Role of Public Policy*. Washington (D.C.): The World Bank, 1997.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



Relações Brasil-Alemanha
(edição especial, 2013)

Candidatos, partidos e coligações nas
eleições municipais de 2012 (n. 2, 2013)

Perspectivas para o futuro da União
Europeia (n. 1, 2013)

Democracia Virtual
(n. 3, 2012)

Potências emergentes e desafios globais
(n. 2, 2012)

Economia verde (n. 1, 2012)

Caminhos para a sustentabilidade
(edição especial, 2012)

Municípios e Estados: experiências com
arranjos cooperativos (n. 4, 2011)

Ética pública e controle da corrupção
(n. 3, 2011)

O Congresso e o presidencialismo
de coalizão (n. 2, 2011)

Infraestrutura e desenvolvimento
(n. 1, 2011)

O Brasil no contexto político regional
(n. 4, 2010)

Educação política: reflexões e práticas
democráticas (n. 3, 2010)

Informalidade laboral na América Latina
(n. 2, 2010)

Reforma do Estado brasileiro:
perspectivas e desafios (n. 1, 2010)

Amazônia e desenvolvimento sustentável
(n. 4, 2009)

Sair da crise: Economia Social de
Mercado e justiça social (n. 3, 2009)

O mundo 20 anos após a queda do
Muro (n. 2, 2009)

Migração e políticas sociais (n.1, 2009)

Segurança pública (n. 4, 2008)

Governança global (n. 3, 2008)

Política local e as eleições de 2008
(n. 2, 2008)

20 anos da Constituição Cidadã
(n. 1, 2008)

A mídia entre regulamentação e
concentração (n. 4, 2007)

Partidos políticos: quatro continentes
(n. 3, 2007)

- Geração futuro (n. 2, 2007)
- União Europeia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional (n. 1, 2007)
- Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006 (n. 4, 2006)
- Brasil: o que resta fazer? (n. 3, 2006)
- Educação e pobreza na América Latina (n. 2, 2006)
- China por toda parte (n. 1, 2006)
- Energia: da crise aos conflitos? (n. 4, 2005)
- Desarmamento, segurança pública e cultura da paz (n. 03, 2005)
- Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)
- Reformas na Onu (n. 01, 2005)
- Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)
- Revolução no Campo (n. 03, 2004)
- Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)
- Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia (n. 01, 2004)
- Mundo virtual (n. 06, 2003)
- Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)
- Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)
- Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)
- Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas (n. 02, 2003)
- Eleições e partidos (n. 01, 2003)
- O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)
- O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)
- Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)
- Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)
- Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)
- Bioética (n. 01, 2002)
- As caras da juventude (n. 06, 2001)
- Segurança e soberania (n. 05, 2001)
- Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)
- Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)
- União Europeia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)
- A violência do cotidiano (n. 01, 2001)
- Os custos da corrupção (n. 10, 2000)
- Fé, vida e participação (n. 09, 2000)
- Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)
- Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)
- Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)
- A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)
- Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)
- Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)
- O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)
- Pobreza e política social (n. 01, 2000)